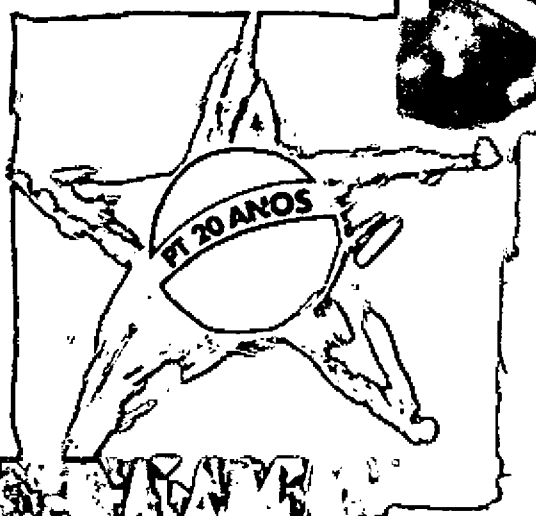


Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de História



O Equilíbrio do Pêndulo:
O Partido dos Trabalhadores e a
Educação nos anos 90

Tatiana Poliana Pinto de Lima

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**



**O EQUILÍBRIO DO PÊNDULO: o Partido dos
Trabalhadores e a Educação nos anos 90**

Tatiana Polliana Pinto de Lima

NATAL/ RN

2000

TATIANA POLLIANA PINTO DE LIMA



**O EQUILÍBRIO DO PÊNDULO: o Partido dos
Trabalhadores e a Educação nos anos 90**

*Monografia apresentada à disciplina Pesquisa
Histórica II, ministrada pela Professora Denise
Mattos Monteiro, do Curso de História da
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a
orientação do Professor Doutor José Willington
Germano.*

NATAL/ RN

2000_x

É tão impossível negar a natureza política do processo educativo quanto negar o caráter educativo do ato político. Isto não significa, porém, que a natureza política do processo educativo e que o caráter educativo do ato político esgotem a compreensão daquele processo e deste ato.

Paulo Freire

Uma dedicatória é algo muito especial. Deve ser vista como um reconhecimento e uma homenagem. Por isto, dedico esta pequenina pedra que irá compor meus caminhos acadêmicos,

*à minha mãe,
Conceição de Lima;*

*à minha tia,
Graça Pinto.*

AGRADECIMENTOS

Aqui gostaria de lembrar de todos aqueles que contribuíram para que esta pequenina pedra pudesse hoje estar pronta. Se porventura esqueço alguém, perdoe-me.

Agradeço à Deus por ter me dado forças e proporcionado meios para que eu pudesse concluir este trabalho. À Ele meus agradecimentos pela minha vida.

Aos meus pais, Elias Alves de Lima e Maria da Conceição Pinto de Lima, por terem me dado sempre a melhor educação que puderam e pela preocupação com as noites em claro e com as refeições não realizadas. Sem vocês eu não estaria aqui hoje.

Aos meus irmãos, Tércia, Talmom e Tiago. Pela alegria e amor que sempre demonstraram a mim

À minha tia Graça Pinto, por muito ter me auxiliado e me apoiado nesta caminhada.

Aos meus amigos de Universidade, Paula Pires e Miguel Gergar que de professora e colega, passaram a ser pessoas muito queridas e amigos pessoais, dando-me outros como Ana Antunes, esposa de Miguel. Obrigada por terem me ouvido nos momentos mais difíceis desta minha caminhada e terem permitido que eu chorasse em seus ombros.

Aos meus amigos de Base de Pesquisa Formiguinha Atômica (Núbia), Flink (Lúcia) e ao meu consultor para assuntos aleatórios do PT, Gordo (Rodson) que me agüentaram nos momentos mais tensos e ouviram minhas dúvidas e irritações. Um beijo da Moniquinha.

A todos os que compõe a Base de Pesquisa, pois foi neste recinto que eu me “criei”.

A minha turma de diversão, Geisianne, Shirley (branca), Lucas, Geison, Hélio Júnior, Shirley (preta), Swerda. Obrigada pelas férias e noites repletas de alegria e principalmente pelas conversas na calçada aos fins de semana.

Ao meu consultor de informática e meu primo, Charles César. Sem você a parte gráfica deste trabalho não teria ficado tão linda.

Aquele que um dia foi muito importante na minha vida, Helder. Obrigada por ter me guiado e orientado durante os primeiros anos de curso.

Ao Diretório Regional do PT no Rio Grande do Norte que muito gentilmente sempre me cederam os dados necessários para a pesquisa.

Agradeço igualmente aos meus colegas do CAde e do COC por terem sempre me apoiado durante a etapa final do meu curso.

Enfim a todos que de forma direta ou indireta contribuíram de alguma forma para que eu pudesse concluir mais esta etapa da minha vida, Lisieux, D. Lúcia com seus almoços, Tarcisinho e Anderson da Secretaria do Departamento de Ciências Sociais, aos meus professores no curso de História, especialmente à Aurinete que pacientemente normalizou a minha monografia e a Valéria Arauz que realizou a correção ortográfica da mesma.

Um agradecimento especial àquele que foi meu orientador ao longo de três anos e quatro meses, Professor José Wellington Germano, pela paciência demonstrada ao longo da minha Iniciação Científica.

Um abraço e uma coelhada à todos.

LISTA DE ABREVIATURAS

*(de preferência, colocar em
ordem alfabética)*

PCB – Partido Comunista ^{Brasileiro} do Brasil
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PDC – Partido Democrata Cristão
PRP – Partido da Representação Popular
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PSP – Partido Social Progressista
PST – Partido Social Trabalhista
PTN – Partido Trabalhista Nacional
PRT – Partido Republicano Trabalhista
PSD – Partido Social Democrático
UDN – União Democrática Nacional
PR – Partido Republicano
PL – Partido Libertador
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
PDS – Partido Democrático Social
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PT – Partido dos Trabalhadores
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PFL – Partido da Frente Liberal
PL – Partido Liberal
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PRN – Partido da Reconstrução Nacional
PSC – Partido Social Social Cristão
PMN – Partido da Mobilização Nacional
PRONA – Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PRP – Partido Republicano Progressista
PPS – Partido Popular Socialista (antigo PCB)
PV – Partido Verde
PT do B – Partido Trabalhista do Brasil
PPB – Partido Progressista Brasileiro
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PST – Partido Social Trabalhista
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSN – Partido da Solidariedade Nacional
PSDC – Partido Social Democrata Cristão
PCO – Partido da Causa Operária
PTN – Partido Trabalhista Nacional
PAN – Partido dos Aposentados da Nação
PSL – Partido Social Liberal
PGT – Partido Geral dos Trabalhadores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CUT – Central Única dos Trabalhadores
PLANFOR – Plano Nacional de Formação
PEA – População Economicamente Ativa
FMI – Fundo Monetário Internacional
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos.

SUMÁRIO

RESUMO	08
1 - INTRODUÇÃO	09
Cap. 2 - PARTIDOS: UMA ARENA POLÍTICA	15
2.1. A Concepção de Partido Político	16
2.2. Os Partidos Políticos no Brasil	18
Cap. 3 - NASCE UMA ESTRELA	28
Cap. 4 - A VISÃO DO PT: A EDUCAÇÃO EM CONTEXTOS ELEITORAIS	42
4.1. Sob o Signo da Moeda	46
4.2. O Brasil Desempregado	57
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
6 - FONTES E BIBLIOGRAFIA	69
6.1. Fontes	70
6.1.1. Documentos Partidários	70
6.1.2. Jornais	70
6.1.3. Documentos Gerais	71
6.2. Bibliografia	71
7 - ANEXOS	77

Falta p. 13
Notas de resumo numeradas
Contribuição para o livro p. 13
Cópia

RESUMO

Na década de 1990, a educação volta a desempenhar um papel central nos debates e discursos contemporâneos, em função das mudanças ocorridas no mundo do trabalho. Mudanças estas proporcionadas pelo atual contexto histórico marcado pela globalização e pelo neoliberalismo. Inserido neste quadro político-econômico o Partido dos Trabalhadores se destaca como um partido de oposição às políticas neoliberais adotadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso. O presente trabalho tem, portanto, por finalidade, empreender uma análise acerca da visão de educação contida nos programas oficiais (impressos) de governo do candidato à Presidência da República Luís Inácio Lula da Silva durante os anos de 1994 e 1998. Para tanto foram utilizados o *Jornal Folha de São Paulo*, bem como documentos oficiais do partido, além de bibliografia específica. Ora, a visão de educação adotada pelo Partido apesar de não perder a sua preocupação com o aspecto humanista da formação humana, insere-se em um quadro no qual as preocupações com o desemprego são muito prementes. A partir deste pressuposto, esta abordagem estará impregnada com o discurso da empregabilidade, reconhecendo a importância da relação existente entre educação e mercado de trabalho. Assim, verificou-se que as propostas em relação à educação estão intimamente ligadas com o contexto histórico no qual o “mercado como modelo” é encarado como paradigma das políticas educacionais brasileiras e mundiais.

1 - Introdução

O povo não deve ser chamado à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, e sim para participar coletivamente da construção de um saber que vai além do saber feito de pura experiência, que leve em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe transformar-se em sujeito de sua própria história.

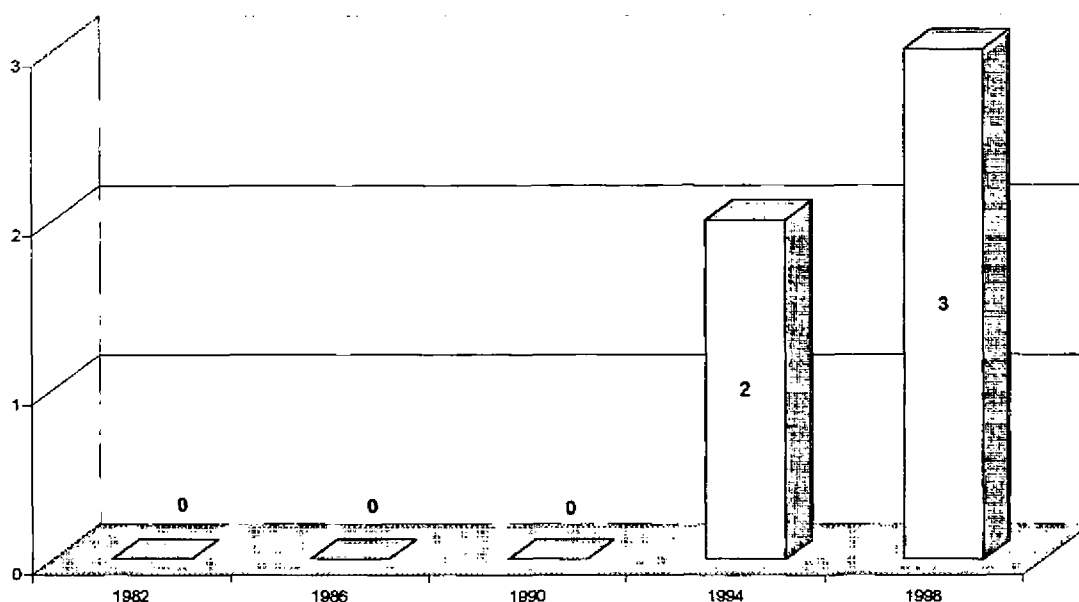
Moacir Gadotti

O presente trabalho empreende uma análise da visão acerca da educação, empreendida pelo Partido dos Trabalhadores, nas eleições presidenciais de 1994 e 1998. Objetiva, desta forma, analisar as diretrizes para a educação contidas nos programas de governo, do candidato à Presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva, ^{naquelas} nas eleições de 1994 e 1998.

Para tanto, utilizaremos como referencial teórico-metodológico Noberto Bobbio e seu conceito de partido político; Regina Vinhaes Gracindo que, em seu livro “O Escrito, o Dito e o Feito: educação e partidos políticos” realiza um levantamento das relações existentes entre os temas em questão; Alberto Damasceno, organizador de um livro que trata diretamente sobre a temática em questão, intitulado “A Educação como Ato Político Partidário”, bem como Adam Przeworski ^o por analisar em seu livro “Capitalismo e Social-Democracia” as mudanças de programas dos partidos denominados socialistas em função do jogo eleitoral.

A importância de um estudo desta natureza ocorre em função do Partido dos Trabalhadores ter sido um dos partidos de maior crescimento nos pleitos eleitorais nos últimos vinte anos.

GOVERNOS ESTADUAIS ELEITOS PELO PARTIDO DOS TRABALHADORES 1982 - 1998



Fonte: AGENDA dos mandatos petistas; nov. 1999

Além disso, o corte temporal centrado na década de 1990, toma por base as contribuições de Eric Hobsbawm¹ que defende a possibilidade do historiador investigar o seu tempo apesar dos inúmeros fatores em contrário. Esta década é igualmente justificada pelo fato de ser um período de profundas e inúmeras transformações no cenário brasileiro.

É o momento em que uma nova ideologia começa a ser colocada em prática: o neoliberalismo. Esta, apesar de ganhar força tardiamente, não constitui, no entanto, uma ideologia nova. Conforme Anderson:

*(Logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo) Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é o Caminho da Servidão, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política.*²

O neoliberalismo influirá não somente no campo da política mas igualmente

¹ HOBSBAWM, Eric. Sobre História, p. 243.

² ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. p. 9.

no domínio social, no econômico e no cultural. O neoliberalismo atingirá quase todas as áreas, entre as quais a educação e o mercado de trabalho, cujas modificações irão além do discurso. O desemprego em massa é uma das principais conseqüências desta ideologia, proporcionado, dentre outros fatores, pela reestruturação produtiva das empresas que abandonam o *fordismo* e o *taylorismo*, adotando o *toyotismo*.³ Ainda assim, o discurso governamental afirma que não existe desemprego em virtude da falta de vagas, mas sim, proporcionado pela não qualificação do trabalhador.

Nesse contexto, coloca-se a educação como “tábua salvadora” do problema do desemprego, já que *a globalização e o neoliberalismo estão devastando as populações pobres, estão criando uma “nova pobreza” e ampliando a precarização do trabalho*⁴ o que proporciona a exclusão⁵ de grande parte da população inserida na denominada PEA. *(população econômica ativa)* Desta forma, ela – a educação – seria o guia responsável pela requalificação e pela (re)inserção daquele trabalhador considerado desqualificado para este mercado em constante mutação, no novo modelo de mercado de trabalho, apresentado pelo contexto globalizado e neoliberal. Contudo, segundo Steffan, a situação da educação pode ser configurada da seguinte forma:

*a) Elite 0.1 – 0.3%, crescentemente escolas privadas e do exterior; b) Nível Médio 10 – 15%, universidades privadas/públicas; c) Massa Industrial 20 – 30%, em educação primária – secundária; d) empregos precários, desempregados, lumpem-proletariado 45 – 75%, educação primária incompleta (2-3 anos) e analfabetismo.*⁶

A partir da análise desses dados pode-se perceber que os denominados “excluídos da sociedade” continuariam igualmente excluídos do sistema educacional caso as atuais tendências das políticas neoliberais prossigam. O discurso atualmente veiculado pelas agências internacionais e por diferentes governos afirma que a escolarização continua sendo a chave do sucesso no mercado de trabalho.

Este aporte decorre da hegemonia da visão produtivista a qual enfatiza *o que*

³ A este respeito ver ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho, p. 29-34.

⁴ GERMANO, José Willington. Globalização, reforma do Estado e Políticas Educacionais Neoliberais na América Latina, p. 20.

⁵ Acerca da exclusão e seu conceito ver mais detalhadamente CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. p. 15-48.

⁶ STEFFAN, Heiz D. apud GERMANO, José Willington, Op. cit., p. 20.

é chamado pelos economistas de *acumulação de capital humano*.⁷ Ora, este mesmo produtivismo *concebe a educação escolar como preparação dos indivíduos para o ingresso no mercado de trabalho*⁸, sendo esta concepção encontrada nas políticas educacionais adotadas pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) o qual, por sua vez, é influenciada por organismos internacionais como o Banco Mundial e o FMI.

A educação deixa de privilegiar, portanto, o caráter formador do ser humano, posição esta defendida pela corrente democrática ou civil democrática⁹, em oposição à visão produtivista, para se tornar uma concepção que inserida nas novas tendências, transforma-se em um ensino técnico, meramente operacional, voltado para as necessidades do novo capitalismo globalizado, que necessita de mão-de-obra “qualificada” e acrítica.

Este trabalho, entretanto, não se configura como o primeiro a ser escrito sobre o Partido dos Trabalhadores. Inúmeros outros existem sobre temas diversos e sob ângulos vários, a saber: sobre a história do PT, seja no Brasil ou nos estados em particular¹⁰, sobre a ideologia no PT¹¹, dentre outros. ^{No entanto,} Por conseguinte, com exceção de um trabalho organizado por Alberto Damasceno em 1988, aparentemente não existe publicado um outro trabalho específico sobre o tema a ser desenvolvido, ou seja, nenhum outro analisando o Partido a partir de uma temática que volta à pauta das discussões com toda a sua força - a educação. É portanto, a partir desta necessidade premente da existência de um trabalho que supra uma pequena fresta da imensa lacuna deixada pelos trabalhos anteriores que a presente pesquisa se assenta.

Para que uma análise substancial pudesse ser realizada recorreu-se às seguintes fontes: jornais e documentos oficiais do Partido dos Trabalhadores que abrangem o período entre 1979 e 2000. A utilização destas fontes justifica-se pelo fato do jornal

⁷ GERMANO, José Willington. *Globalização, reforma do Estado e Políticas Educacionais Neoliberais na América Latina*. p. 21.

⁸ *Ibid.*, p. 21.

⁹ *Ibid.*, p. 21.

¹⁰ A este respeito podemos citar FERNANDES, Marcos. *O PT no Acre: a construção de uma terceira via*; AZÉVEDO, Alessandro Augusto de. *Sem medo de dizer não: o PT e a política no Rio Grande do Norte (1979-1990)*.

¹¹ A este respeito podemos referenciar os seguintes trabalhos: FRANCO, Augusto de; ^{et alii} COUTINHO, Carlos N.; ALMEIDA, Jorge; PAULO NETTO, José; KONDER, Leandro; GARCIA, Marco Aurélio; ROLIM, Marcos; LÖWY, Michael; ROMANO, Roberto; ROCHA, Ronald; GENRO, Tarso. *O PT e o Marxismo*; POMAR, Walter (org.) *Socialismo ou barbárie: documentos da Articulação de Esquerda (1993-*

possibilitar uma reconstituição de uma época principalmente quando se trata de um veículo de ampla circulação nacional, como é o caso do jornal Folha de S. Paulo. A visão de educação e a história do partido, por sua vez, serão analisados a partir dos documentos oficiais do Partido como as Resoluções de Encontros e Congressos e Programas de Governo elaborados durante os períodos eleitorais de 1994 e 1998, além de pesquisas na bibliografia específica.

Para tanto, este trabalho foi estruturado em três partes principais. Na primeira, enfocaremos o conceito de partido político e realizaremos uma rápida trajetória dos partidos políticos no Brasil, para que possamos observar o contexto histórico quando da criação do PT. No segundo capítulo, abordaremos o processo de surgimento do Partido dos Trabalhadores, bem como do seu crescimento de 1980 a 1998. A seguir, faremos um rápido demonstrativo acerca da situação política, social e econômica na década de 1990 no âmbito internacional, enfocando principalmente o Brasil. A partir, ~~portanto~~, deste quadro histórico-social, realizaremos, por fim, a análise da visão de educação para o Partido nos períodos eleitorais de 1994 e 1998.



2 - *Partidos: uma arena política*

... Os partidos continuaram a ser bem mais que lícitos. São necessários: e aqui está a sua força.

Norberto Bobbio

2.1. A Concepção de Partido Político

Em se tratando de um trabalho investigativo, torna-se importante explicitar alguns aspectos conceituais que poderão tornar melhor a compreensão do presente estudo. Buscar a conceituação de partido político não é algo simples. De acordo com Benevides *definir partido político é tarefa tão árdua quanto temerária, neste campo cada vez mais vasto onde o ideal de clareza se confunde com a sedução da ambigüidade*.¹² Contudo, ainda assim, tentaremos garimpá-lo na literatura política e encontrar uma definição satisfatória.

De acordo com Bobbio, *historicamente, a origem do partido pode remontar à primeira metade do século XIX*¹³. No que diz respeito ao vocábulo em si, a sua concepção moderna coincide com a de outra, a de democracia. Isto porque uma sociedade democrática *requer, entre outras coisas, a extensão do sufrágio popular e as prerrogativas parlamentares, exigências estas que encaminham para uma maior organização dos grupos sociais, visando sua participação nesta experiência*.¹⁴

Desta forma afirma ainda Gracindo,

à medida que a sociedade democrática se amplia e, como consequência, fica mais complexa, surge a necessidade de um tipo de organização que, por seu caráter mais amplo, possibilite a participação efetiva de todos na condução dos destinos da nação: o partido político.¹⁵

Na visão de Brum, o partido político deve ser *o instrumento de mediação entre a Nação e o Estado, ponte entre o povo e o poder*¹⁶ apesar do seu ... *principal objetivo (...), na busca de hegemonia, [ser] (...) o controle do governo. [Assim] para tanto,*

¹² BENEVIDES, Maria Victória ^{apud} GRACINDO, Regina Vinhaes. O escrito, o dito e o feito: educação e partidos políticos. p. 33.

¹³ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. p. 889.

¹⁴ GRACINDO, Regina Vinhaes. O escrito, o dito e o feito: educação e partidos políticos. p. 34

¹⁵ Ibid., p. 34.

¹⁶ BRUM, Argemiro J. Democracia e Partidos Políticos no Brasil. p. 19

*ele deve ser o principal meio para expressão de interesses, para o recrutamento de líderes e para a formação de opinião pública*¹⁷. Esta visão é igualmente defendida por Bobbio que assinala:

*(...) os partidos transmitem o que nos livros de sociologia e de política se chama de "questionamento político" da sociedade e que, através dos partidos, as massas participem no processo de formação das decisões políticas, são as duas funções que unanimemente são reconhecidas para os partidos.*¹⁸

Na literatura política existem várias conceituações disponíveis. Todavia, *existe uma noção comum de partido como organização permanente de um agrupamento humano unido por uma identidade de opiniões acerca da vida política e consagrado a conquistar o poder com técnicas mais ou menos semelhantes.*¹⁹ Desta forma,

*segundo a famosa definição de Weber, o Partido político é "uma associação... que visa a um fim deliberado, seja ele 'objetivo' como a realização de um plano com intuítos materiais ou ideais, seja 'pessoal', isto é, destinado a obter benefícios, poder e, conseqüentemente, glória para os chefes e sequazes, ou então voltado para todos esses objetivos conjuntamente".*²⁰

No que se refere aos tipos, Charlot estabelece uma classificação dividida em três grandes grupos:

a) o **Partido-organização**, onde a agremiação partidária é vista como uma organização .. *coincidente com a sua estrutura interna e é focalizado apenas quanto ao seu recrutamento, tamanho, ligações administrativas e forma de coordenação.*²¹ Neste sentido podemos citar ainda Duverger, para quem *um partido não é uma comunidade, mas um conjunto de comunidades, uma reunião de pequenos grupos disseminados através do país (seções, comitês, associações locais, etc.), ligados por instituições coordenadoras.*²²

b) o **Partido-portador** de ideal em que ele é definido como *locus* ideológico – ... *é visto como representante de princípios, de idéias e valores claramente definidos e*

¹⁷ GRACINDO, Regina Vinhaes, op. cit., p. 35. A respeito dos líderes nos partidos políticos ver igualmente DUVERGER, Maurice. Os partidos políticos. p. 170-241.

¹⁸ BOBBIO, Norberto, et al. Op. cit., p. 904.

¹⁹ CERRONI, Umberto. Para uma teoria del partido politico. p. 1

²⁰ BOBBIO, Norberto, et al. Op. cit., p. 898.

²¹ GRACINDO, Regina Vinhaes. Op. cit., p. 35.

²² DUVERGER, Maurice. Os partidos políticos. p. 52.

que, por serem comuns, suportam e dirigem a ação partidária.²³

c) o **Partido-função** – ... é concebido apenas com vistas à sua finalidade funcional – a busca do exercício do poder. Para tanto definem seu funcionamento, onde os meios estejam compatíveis com seus fins.²⁴

Contudo, as definições existentes privilegiam, freqüentemente, apenas um dos aspectos anteriormente citados e descartam ou menosprezam os demais. Para os autores que assim procedem os elementos essenciais na dinâmica constitutiva do partido estão em acordo apenas com a faceta destacada. No entendimento de Gracindo, no entanto,

a existência de um dado partido político está diretamente ligada à existência e delimitação de:

- a) uma doutrina;
- b) um programa;
- c) uma ideologia;
- d) uma organização que seja: durável (...) [e] completa ...;
- e) uma atuação congruente²⁵

2.2. Os Partidos Políticos no Brasil.

A partir, portanto, desses aspectos pode-se ter uma visão mais clara sobre o que seria e o que comporia um partido político. No que diz respeito ao quadro político-partidário brasileiro, as facetas negativas dos partidos existentes advêm da própria formação política do Brasil. Isto porque desde a chegada dos portugueses, segundo Sérgio Buarque de Holanda, à terra onde tudo que se planta dá, a política é encarada não como espaço público, mas sim como a extensão do privado.

No Brasil, onde imperou, desde tempos remotos, o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização(...) ia acarretar um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem até hoje. Não era fácil aos detentores das

²³ GRACINDO, Regina Vinhaes. Op. cit., p. 35.

²⁴ Ibid., p. 36.

²⁵ Ibid., p. 36.

*posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. Assim, eles se caracterizaram justamente pelo que separa o funcionário patrimonial do puro burocrata conforme a definição de Max Weber. Para o funcionário patrimonial, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles aufera, relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos (...). A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as suas capacidades próprias.(...) É possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares ...*²⁶

Essa junção entre público e privado pode ser encontrada nas Câmaras Municipais, controladas pelos homens bons no período colonial; no quadro partidário dominado inicialmente pelos Senhores de Engenho no Nordeste e posteriormente pelos barões do café no Sudeste brasileiro, no Império. Desta forma, os partidos e a ação política são encarados como fontes de poder para uns e de *status* para outros. Assim, pode-se afirmar que a história dos partidos políticos no Brasil apresenta três características bem marcantes, a saber: ... *a descontinuidade, a falta de estabilidade e a incapacidade de reconhecerem e praticarem o jogo dialético governo-oposição – todas estas refletidas no fisiologismo e no patrimonialismo desencadeados na política brasileira.*²⁷

Conseqüentemente, os partidos políticos brasileiros ao longo da nossa história constituíram-se de modo por demais distintos. Segundo Vamireh Chacon²⁸ a história dos mesmos pode ser dividida em seis momentos que, se observados com o mínimo de atenção, acompanharão os períodos em que a história do Brasil está periodizada: Império, Primeira República, Segunda República, Terceira República, Quarta República e Quinta República. Contudo, de acordo com Gracindo²⁹, esta será dividida em: Império (1822-1889); República Velha (1889-1930); República Nova (1930-1964); Regime Militar de Exceção (1964-1984) e Nova República (a partir de 1985).

Seja Chacon ou Gracindo, o certo é que ambos iniciarão suas análises a partir do Império Brasileiro. Qual a causa? Por uma única razão. No cenário brasileiro só podemos falar de partidos políticos depois que a Constituição e o Parlamento começaram

²⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque apud CHACON, Vamireh. História dos Partidos Brasileiros. p. 19-20.

²⁷ GRACINDO, Regina Vinhaes. Op. cit., p. 39.

²⁸ A este respeito ver CHACON, Vamireh. História dos Partidos Brasileiros.

²⁹ A este respeito ver GRACINDO, Regina Vinhaes. Op. cit.

a funcionar.³⁰ Até então (1824), o que existia não eram partidos políticos constituídos em sua essência; mas sim, tendências, associações, agremiações. Segundo Chacon, eram *de início meras projeções de alianças familiares rurais, coroadas por elites urbanas estamentais, com treinamento em Coimbra e nas Faculdades de Direito do Recife e São Paulo.*³¹

Para sermos ainda mais precisos, podemos falar em organização de partidos como instrumentos de ação, apenas a partir do Período da Regência (1831-1840). Em seus estudos, Franco identificou



*... três tendências ideológicas presentes na Constituinte³²: a) uma representada pelos mais radicais, chamados de "democratas" ou "exaltados", que visavam limitar radicalmente o poder da coroa; b) outra que representava uma postura mais moderada ou de centro, cujos participantes eram chamados de "independentes" e pretendiam limitar (como os primeiros) o poder da coroa, porém sem hostilizar o monarca; e c) a terceira que representava a ala mais conservadora, composta dos chamados "monarquistas" (que eram a maioria) que claramente agiam para fortalecer o poder da coroa.*³³

Desse modo, foi a partir dessas tendências, que os primeiros partidos políticos brasileiros desenvolveram-se. Surgem assim o Partido Brasileiro e o Partido Português, compostos por proprietários rurais e intelectuais urbanos e pela burguesia mercantil portuguesa, respectivamente. Estes são os partidos constituídos no Brasil até a abdicação de D. Pedro I. Iniciando-se a partir deste momento a Regência (1831),

*... as inúmeras contradições sociais começam a ser externalizadas através dos movimentos de rebeldia [que] refletiam reivindicações populares que já denotavam um certo grau de consciência política [e que quando] sufocados [farão com que o Brasil passe por um período de "tranqüilidade" sob o comando dos barões do café].*³⁴

Esta tranqüilidade foi uma característica marcante do período imediatamente posterior, o do Segundo Reinado (1840-1889). Assim, apesar de no I Reinado (1822-1831) termos a existência de dois partidos, os primeiros formalmente organizados foram aqueles

³⁰ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. História e teoria dos partidos políticos no Brasil. p. 25.

³¹ CHACON, Vamireh. História dos Partidos Brasileiros. p. 20

³² O autor ao falar sobre a existência de uma Constituinte refere-se à Constituição Outorgada de 1824.

³³ FRANCO, Afonso Arinos apud GRACINDO, Regina Vinhaes. Op. cit., p. 40.

³⁴ GRACINDO, Regina Vinhaes. Op. cit., p. 41.

surgidos neste momento: o Partido Liberal e o Partido Conservador, que possuíam suas diferenças apenas em nível teórico, pois na prática não havia diferenças em suas ações. Assim, segundo dizeres da época, *nada mais conservador que um liberal no poder, e nada mais liberal que um conservador fora dele*. Segundo Ferreira Neto,

*os dois grandes 'partidos' do Segundo Reinado foram o Partido Conservador e o Partido Liberal, cujas bases remontam ao Período Regencial. Tomando alguns marcos institucionais que tiveram relativa importância direta sobre a organização partidária brasileira é necessário considerar que eles jamais darão conta dos processos que marcaram a vida política, mas podem ser indicadores dos esforços do Estado em manter a ordem social sob o seu controle, a manutenção do poder que vimos estar no íntimo da criação de uma organização partidária consentida.*³⁵

O governo monarquista é deposto em 1889 por meio de um golpe militar liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, e com ele toda a antiga estrutura partidária vem abaixo a partir da Proclamação da República. Inicia-se o período da história brasileira cuja política será dominada pelo coronelismo, pela política dos governadores e pela política café-com-leite. Enfim, é o período dominado pelas oligarquias brasileiras. Segundo Gracindo,

*nesta época, a autonomia e o poder estavam instalados nos estados; nesse sentido, praticamente não tínhamos partidos políticos nacionais. Existiam, na primeira metade desta fase, apenas três partidos nacionais, que não tinham maior influência na política da época: o Partido Republicano Nacional, o Partido Republicano Conservador e o Partido Republicano Liberal.*³⁶

O poder estava concentrado nos Partidos regionais, dominados pelas famílias oligárquicas, que por sua vez influirão diretamente no poder central como forma de garantir a continuidade e a imobilidade econômica e política. Um destaque especial deve ser dado aos estados de Minas Gerais e São Paulo, que se alternavam no exercício da Presidência da República. A explicação para este fenômeno advém do fato de serem ambos centros econômicos do país na República Velha (1889-1930), por meio da produção do leite e seus derivados, bem como da exportação do café, respectivamente. Duas posturas republicanas – o ideal federalista e a mentalidade antipartidária – foram as responsáveis por este quadro de desprivilegiamento dos partidos nacionais. Contudo,

³⁵ FERREIRA NETO, Edgard Leite. Os partidos políticos no Brasil, p. 19.

a partir da Segunda metade deste período (...) conjugada à decadência da lavoura cafeeira e ao movimento tenentista, ressurgiu a mentalidade partidária nacional. Foi neste período (1922) que o primeiro partido nacional foi fundado: o Partido Comunista do Brasil. Em seguida (1926 e 1928, respectivamente) surgiram os partidos Democrático Nacional (...) e o Libertador.³⁷

Ainda de acordo com Gracindo, ao focalizar uma nova fase da história dos partidos, *todo o período de 1930 a 1964 reflete a contradição própria dos países de periferia, como o Brasil, que ingressaram [tardamente] no Capitalismo Monopolista,³⁸ cujo marco no nosso país é assinalado pela Revolução de 1930. Este período se traduz no campo político pelo autoritarismo ditatorial do Estado Novo (1937-1945) e por meio da política populista³⁹ pós-1945. A partir de então, a nação começa a ter consciência de si mesma e de seus interesses, ao mesmo tempo em que as exigências do capitalismo internacional pressionavam para ser atendidos. Outro fato marcante ... *significa a passagem do poder hegemônico da burguesia agrário-exportadora para outra fração burguesa, a urbano-industrial ascendente.⁴⁰**

Este período pode ser ainda separado em dois outros: um que abrange os anos compreendidos entre 1930 e 1945 (Era Vargas) e outro que compreende os anos entre 1946 e 1964. No primeiro, podem ainda ser percebidas duas fases bastante distintas: uma de 1930 a 1937 e outra de 1937 a 1945.

A primeira fase é marcada pela efervescência partidária, com uma mudança do direcionamento estadual para uma visão partidária nacional. A segunda, pelo desmantelamento dos partidos políticos feito por Vargas quando da extinção dos mesmos, através do decreto n.º 37, de 2 de dezembro de 1937.⁴¹

É igualmente nesta primeira fase que ocorre o crescimento acentuado dos dois extremos partidários - a esquerda que se articula em torno do Partido Comunista do

³⁶ GRACINDO, Regina Vinhaes. Op. cit., p. 44.

³⁷ Ibid., p. 45

³⁸ Ibid., p. 46.

³⁹ Alguns autores como Octávio Ianni em seu livro "O colapso do populismo no Brasil" enfatiza o aspecto referente a manipulação. Contudo Francisco Weffort em "O populismo na política brasileira" afirma que além de pura manipulação, o populismo foi igualmente um modo de expressar as diversas insatisfações das classes populares. Nesta linha temos igualmente Boris Fausto e Fernando Henrique Cardoso que destacam o papel do Estado.

⁴⁰ COVRE, Maria de L. Mazini. Capitalismo monopolista no Brasil: uma abordagem social. p. 21.

⁴¹ GRACINDO, Regina Vinhaes. Op. cit., p. 48.

caracterizou por uma ampla experiência multipartidária com acentuada proliferação de partidos políticos, embora alguns com quase nenhum ou nenhum embasamento doutrinário no que se refere às suas bases sociais e às suas posições ideológicas. Temos portanto a existência neste momento do PCB, PSB, PDC, PRP, PTB, PSP, PST, PTN, PRT, PSD, UDN, PR e PL. Isto demonstra a extensa fragmentação do quadro partidário brasileiro de então.

Nesse sentido, apesar de existir um sistema político com muitos partidos,

*o período em pauta caracterizou-se pela luta entre os três maiores partidos: o PTB, o PSD e UDN (...). Isto porque, nesta época, "... a UDN, o PSD e o PTB representavam bastante bem as três grandes vertentes decisivas do debate político no Brasil Contemporâneo: a) o liberalismo político e a defesa das liberdades individuais; b) o impulso juscelinista para o enriquecimento nacional e o desenvolvimento econômico; c) a preocupação com o distributivismo e a justiça social".*⁴⁵

Em março de 1964 ocorre o Golpe Militar. Assim, a partir daí até 1985 o país iria viver sob constantes tensões e turbulências. De acordo com Covre *a chamada Revolução de 64 vai colocar no poder o partido da fração do capital internacional e assentar a denominada economia associativa no Brasil de forma mais definida através de um Estado forte que rege tudo isso.*⁴⁶ Conforme Gracindo,

*esse tipo de capitalismo mantém do capitalismo tradicional o mesmo modo de produção, mas transforma os antigos produtores em consumidores, como consequência da massificação da sociedade. Em termos políticos, o Estado concentra seu poder no Executivo, através da burocracia e da tecnologia organizatória, que se tornam instrumentos de dominação.*⁴⁷

Nessa perspectiva, o governo militar, em outubro de 1965 decreta o AI-2 (Ato Institucional n.º 2), mediante o qual os partidos políticos então existentes foram extintos. A partir desta "reforma partidária" ocorre a organização de um sistema bipartidário (Arena e MDB). Em 1979, em meio à crise do Regime, verifica-se a volta do sistema multipartidário com a "criação" de cinco partidos – PDS, PMDB, PTB, PDT e PT. Na verdade, o governo pretendia barrar o crescimento eleitoral do MDB, fragmentando a

⁴⁵ PEREIRA apud BENEVIDES, Maria Victória. O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política. p. 58.

⁴⁶ COVRE, Maria de L. Mazini. Op. cit., p. 27.

oposição. Desse modo,

*... novos partidos políticos decorrentes da reforma de 1979 foram (...) idealizados pela cúpula do governo ditatorial (Figueiredo, Golbery e Portela), cuja idéia era a de organizar um partido sucessor da ARENA (PDS), um forte partido de centro (auxiliar do governo em nível federal e concorrente estadual do ex-MDB – o PP), além de três ou quatro partidos de oposição: pelo menos um sucessor do MDB (PMDB) e um novo PTB, entre outros. Apesar das inúmeras dificuldades impostas pela legislação em vigor, os partidos que conseguiram surgir tiveram uma tímida atuação, limitada por circunstâncias internas e pela forma autoritária de governo*⁴⁸

Com a redemocratização ocorrida a partir de 1985, a herança deixada pelo Regime Militar (1964-1985) aparece com toda a sua negatividade,

*... podendo ser destacadas algumas nefastas contribuições à retomada democrática: a destruição da classe política; a monstruosa e impagável dívida externa; o reforço ao capitalismo dos oligopólios; a destruição das instituições públicas; a desmobilização política de duas gerações e, finalmente, a pauperização do povo.*⁴⁹

Conseqüentemente, “novos” comportamentos políticos influenciados por estas seqüelas surgem para caracterizar o quadro democrático. É o período quando a democracia será retomada após uma interrupção de vinte e um anos. Entretanto, não devemos criar uma bruma de ilusão em torno da palavra democracia. Gracindo afirma que

*estamos passando por um momento de renascimento de uma democracia política, na qualidade de liberdade de expressão de idéias e de participação na escolha de dirigentes. No entanto, esse fato surge num contexto onde o grau de democracia econômica e cultural é muito baixo, num quadro de miserabilidade econômica e de educação ineficiente.*⁵⁰ (Grifos nossos)

Todavia, esta exclusão política sofrida por grande parte da população brasileira não foi o suficiente para impedir o *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Melo (1989-1992). O país obteve ou desenvolveu alguma forma de consciência política. Este processo democrático influenciará sobremaneira a formação, o

⁴⁷ GRACINDO, Regina Vinhaes. Op. cit., p. 54.

⁴⁸ GRACINDO, Regina Vinhaes. Op. cit., p. 55.

⁴⁹ Ibid., p. 57.

⁵⁰ Ibid., p. 59.

desenvolvimento e a atuação dos partidos políticos brasileiros posteriormente. Estes, por outro lado, são necessários e essenciais para a efetivação democrática, pois possibilitam a organização da sociedade e sua conseqüente conscientização no aspecto político e social.

Com a liberdade político-partidária instituída em 1985, decorrente da Reforma do Sistema Partidário, um grande número de partidos que estavam na clandestinidade ressurgem (...) e, juntando-se aos demais, formavam um grupo de 30 partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral, em novembro de 1988.⁵¹ Atualmente temos registrados no Tribunal Superior Eleitoral os seguintes partidos: PMDB, PTB, PDT, PT, PFL, PL, PC do B, PSB, PSDB, PRN, PSC, PMN, PRONA, PRP, PPS, PV, PT do B, PPB, PSTU, PCB, PST, PRTB, PSN, PSDC, PCO, PTN, PAN, PSL, PGT. Entretanto, o que ocorre, apesar do grande número de partidos, é a reedição de algumas práticas clientelísticas e eleitoreiras como forma de suprir algumas lacunas que se mostram neste momento de reestrutura partidária.⁵²

Uma outra característica desta fase é a divisão ampla dos partidos em facções, o que faz surgir novos partidos cujas siglas são responsáveis apenas, em sua grande maioria, pela candidatura de políticos, seja nas eleições presidenciais, bem como para governadores do estado e deputados e senadores.

*São, na grande maioria, partidos sem propostas definidas; com um indefinido quadro ideológico; sem uma clara doutrina; com programas muito semelhantes; que resultam em uma indiferenciação partidária. Nesse sentido, eles têm exercido um papel muito mais de "agentes eleitorais", que agregam políticos em épocas de eleições, à procura de votos, desenvolvendo uma retórica vazia e inconseqüente, do que de "canal" entre o povo e o poder.*⁵³

Atualmente, o que pode ser percebido após esta rápida trajetória dos partidos políticos brasileiros é que os mesmos ainda apresentam uma grande fragilidade tanto no que diz respeito às suas funções, como em sua organização, apresentando-se portanto, disformes em sua ideologia. Neste quadro político-partidário temos o Partido dos Trabalhadores, subdividido por facções internas que divergem quando ao futuro ideológico do partido - socialismo ou social-democracia? Surgido no seio da abertura do

⁵¹ Ibid., p. 61.

⁵² A este respeito ver mais detalhadamente, BRUM, Argemiro J., op. cit.; GRACINDO, Regina Vinhaes, op. cit.; SILVA, Rosângela de Oliveira. Educação e Pobreza no Brasil: um estudo sobre o PRODASEC-PRONASEC (1980-1985) e o Comunidade Solidária (1995-1997).

ideológico do partido - socialismo ou social-democracia? Surgido no seio da abertura do Regime Militar, o socialismo que dantes parecia estar tão arraigado em sua estrutura parece estar em crise. Fim da base ideológica do partido? Apenas a história responderá a este questionamento. Surgido no seio do processo de abertura do Regime Militar, o PT é um partido que completa no ano de 2000, vinte anos de existência. Para que posteriormente possamos ter uma idéia mais objetiva acerca da sua visão de educação nas eleições da década de 1990, torna-se necessário conhecermos um pouco da trajetória da constituição do Partido. Este é o tema do próximo capítulo.

⁵³ GRACINDO, Regina Vinhaes. Op. cit., p. 61.

3 - Nasce uma Estrela

Em uma situação extremamente difícil, o PT eclodiu como a via que poderia unir os trabalhadores e seus aliados orgânicos nas várias batalhas simultâneas que deveriam enfrentar para que brotasse uma República democrática e a conquista do socialismo não se restringisse a mera retórica. O PT ainda está longe de alcançar os dois objetivos. Não obstante, acrescentaram-se outros desafios, mais complexos e árduos.

Florestan Fernandes

Como um raio de estrela surgido no céu, assim foi a formação do partido, cujo símbolo máximo é representado por uma estrela de cinco pontas – o Partido dos Trabalhadores. O seu aparecimento, contudo, não resultou apenas dos atos formais de fevereiro de 1980 quando da aprovação do Manifesto para a sua criação ou ainda quando foi encaminhada a petição com o pedido de registro no Tribunal Superior Eleitoral, em 20 de abril do mesmo ano.

Se assim pensarmos, estaremos sendo profundamente imediatistas, além de estarmos desconsiderando o processo histórico e os acontecimentos que desencadearam a solicitação de criação do PT em 1980. Desse modo, temos que voltar ao início dos anos 70 e observarmos de que forma se dariam as mudanças no movimento sindical brasileiro, as quais seriam decisivas para o nascimento da “estrela” no princípio dos anos 80.

Ora, a expansão e a diversificação ocorridas no setor industrial, principalmente em sua ala mais moderna, tiveram influências diretas na composição da classe trabalhadora e em seus sindicatos.⁵⁴ Em decorrência do crescimento da indústria ocorreu uma ampliação do número de trabalhadores situados no espaço urbano, além de um aumento no nível de educação entre estes.⁵⁵

Foi portanto nesse contexto que os sindicatos trouxeram à tona sua politização e, a partir das lutas por melhores salários, fizeram desaguar uma série de eventos que culminariam na criação de um “partido feito pelos trabalhadores e para os trabalhadores”.⁵⁶ Esta ocorreria de baixo para cima e não o inverso, como foi o caso de outros partidos surgidos das reformas partidárias do fim do regime militar. *Nascia assim, no Brasil, o primeiro partido político de “massas” e “de baixo para cima”, por vontade dos próprios trabalhadores. O primeiro partido de nossa história política que surgiu a partir das bases.*⁵⁷

Como principal ator desse processo, podemos citar o “novo sindicalismo”,

⁵⁴ OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. Trabalho e política: as origens do Partido dos Trabalhadores. p. 43.

⁵⁵ Ibid., p. 43.

⁵⁶ A este respeito ver RESOLUÇÕES de Encontros e Congressos. p. 53.

⁵⁷ GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores. p. 31

surgido como fruto das tensões entre trabalhadores, governo e empresas, originado no interior do setor mais moderno da indústria - o metalúrgico e no Estado mais desenvolvido do país à época, São Paulo.⁵⁸

*O “novo sindicalismo” emerge também no auge do processo de “abertura política”, iniciado pelo Governo Geisel (1974-1978). Este processo pode ser brevemente descrito como o da construção gradual de uma ordem política liberal, envolvendo o fim da tortura e das prisões arbitrárias, a anistia e a devolução de um conjunto limitado de direitos políticos, tais como liberdade de imprensa, eleições diretas para alguns postos executivos sobre relativa liberdade de organização partidária, etc.*⁵⁹

O “novo sindicalismo” contudo começou a se constituir muito antes destas mudanças que resultaram de um processo de concessões e conquistas envolvendo, na arena política, governo e oposição. Na verdade, o sindicalismo combativo nunca deixou de existir. Entretanto, tornou-se um movimento velado após as mobilizações de 1968 e da promulgação, no mesmo ano, do AI-5 (Ato Institucional nº 5) em virtude da ampla repressão que, a partir deste momento, foi institucionalizada.⁶⁰

Com a crise econômica do final dos anos 70, em contraposição ao “Milagre Brasileiro” do período imediatamente anterior, caracterizado pelo crescimento econômico acelerado, amplo consumismo da classe média, diminuição do desemprego, concentração da renda, várias crises explodem no cenário brasileiro.⁶¹

... as bases materiais deste ciclo, no final dos anos 70, acusavam seu esgotamento, sob o peso dos “choques do petróleo” e da elevação das taxas de juros internacionais. Era o mundo dos presos, que pediam anistia, dos banidos, que desejavam voltar, dos torturados e suas famílias, que cobravam justiça, dos trabalhadores, que se insurgiam contra os baixos salários, dos camponeses sem terra, que queriam terra para morar e produzir, dos intelectuais, limitados e humilhados pela censura, dos favelados, que não mais aceitavam a discriminação social e legal; das minorias étnicas e sexuais, dos negros e mulheres. Enfim, da quase totalidade do povo, esgotado com a longevidade de um sistema político militarizado e em que as vantagens materiais, herdadas dos idos do Milagre Econômico, esvaía-se sob a inflação crescente, a transferência de riqueza na forma de pagamento de juros aos credores externos e o contínuo desinvestimento

⁵⁸ OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. Op. cit., p. 44; MENEGUELLO, Rachel. PT: a formação de um partido, 1979-1982. p. 49.

⁵⁹ OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. Op. cit., p. 44-45.

⁶⁰ Ibid., p. 45.

⁶¹ GURGEL, Cláudio. Estrelas e borboletas: origens e questões de um partido a caminho do poder. p. 55.

*das empresas privadas e públicas.*⁶²

Estes elementos reunidos foram os responsáveis pela reversão do quadro de apatia, típico da 1ª metade dos anos 70. A crise fez portanto renascer paixões, fez ressurgir os militantes políticos, que eram, por sua vez, avessos às lideranças tradicionais de esquerda, já que estas estavam preocupadas em atender, primordialmente, em um primeiro momento, às necessidades econômicas.⁶³ Surgia assim, a denominada “liderança combativa” constituída por dirigentes sindicais, associados e trabalhadores atuantes. Esta nova liderança distinguia-se das demais por posicionar-se publicamente em defesa dos interesses dos trabalhadores que compunham os respectivos sindicatos e principalmente contra as medidas econômicas adotadas pela ditadura em vigor. A “liderança combativa”, entretanto, não era homogênea, pois,

*(..) aglutinava subgrupos informais heterogêneos, seja no tipo de interação grupal, seja em sua ideologia, (...) que, não obstante, partilhavam entre si um mesmo desejo ou disposição em modificar a estrutura sindical vigente e questionar a política salarial e trabalhista.*⁶⁴

Podemos dividir seus subgrupos em basicamente quatro: a “unidade sindical”; os “autênticos”; a “oposição sindical” e os “radicais”. A “unidade sindical” tinha por principal porta-voz Joaquim de Santos Andrade, mais conhecido por Joaquinzão, na época Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Esta se caracterizava por idéias mais moderadas e menos radicais (...) *de pressionar pelo atendimento de suas demandas e forte conexão com o aparato trabalhista do Estado.*⁶⁵

Os “autênticos” cujo maior representante era Luiz Inácio da Silva - o Lula, diferenciavam-se dos primeiros (...) *pela independência frente ao aparato estatal e pelo intuito de mobilizar a categoria, enquanto principal recurso de poder.*⁶⁶ Por sua vez, a “oposição sindical” possuía muitas afinidades com os “autênticos”, diferenciando-se, principalmente, pelo fato de seus componentes não estarem à frente dos sindicatos e por possuírem posições muito mais radicais. Seu principal expoente era José Ibrahim, à frente da Presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, em 1968. Por último, temos os

⁶² Ibid., p. 55.

⁶³ Ibid., p. 56.

⁶⁴ OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. Op. cit., p. 46.

⁶⁵ Ibid., p. 46.

“radicais”,

*(...) de pequena expressão numérica mas extremamente aguerrido (...). Este grupo questionava e rejeitava as regras do jogo existentes como legítimos ao espaço de luta, visando construir uma nova estrutura sindical baseada em comitês de fábricas, cabendo ao sindicato apenas a função representativa delegada.*⁶⁷

As primeiras lutas por reposição salarial e que irão questionar a política salarial vigente ocorreram em meados dos anos 70. A partir de 1966, o reajuste salarial dos trabalhadores passou a ser fixado pelo Ministério do Trabalho. Contudo, em 1973, um erro de cálculo fez com que os mesmos tivessem uma perda em torno de 3% no período correspondido entre 1973 e 1974. Este equívoco, foi reconhecido pelo governo apenas em 1977. Oliveira assinala que *a admissão governamental de algo que já era do conhecimento do DIEESE já muito tempo marcou o início da luta pela reposição salarial.*⁶⁸

Procuravam com isto obrigar o governo a aplicar a lei sancionada por ele mesmo. Assim, em 1977, uma Assembléia de Trabalhadores em São Bernardo liderada por Lula exigia uma reposição de 31,4% e abria a possibilidade de greve geral. Contudo, outras formas de luta foram utilizadas e vários sindicatos aderiram a esta posição.⁶⁹ A reação governamental não tarda.

*Típicas da reação governamental a estas demandas foram a afirmação de Reis Velloso, Ministro do Planejamento, de que o Governo não iria reparar o erro e admoestação de Arnaldo Prieto, Ministro do Trabalho, de que uma greve pela reposição seria considerada ilegal, não obstante sustentasse que o Governo não temia uma eventual ativação da vida sindical.*⁷⁰

Entretanto em abril de 1978, o Governo cedeu e repôs os salários. Mas, os trabalhadores não aceitaram o índice de 1,3 % acima do custo de vida como sendo justo e em 12 de maio os metalúrgicos da Ford e da Scania decretaram greve.

A greve se alastrou para outras empresas de São Bernardo, e dali para Diadema, Santo André, São Caetano do Sul, Cidade de São Paulo, Osasco, Ribeirão e várias outras cidades do interior paulista, incluindo pelo menos 30.000 trabalhadores

⁶⁶ Ibid., p. 46.

⁶⁷ Ibid., p. 46-47.

⁶⁸ Ibid., p. 47.

⁶⁹ Ibid., p. 48.

⁷⁰ Ibid., p. 49.

em seu início e mais de 70.000 ao longo de toda a sua duração. A reivindicação comum era de um aumento de 20%.⁷¹

As direções dos sindicatos, apesar de não assumirem publicamente a responsabilidade pelo deflagramento do movimento grevista, não deixaram de ter um papel oficial no desenrolar dos acontecimentos. Isto porque os sindicatos não podiam ter um posicionamento político no que tange às greves, em virtude da proibição deste meio de luta constante na lei brasileira. Por outro lado, os “líderes combativos” queriam (...) *delegar responsabilidade de luta para os trabalhadores(...)*⁷², além do fato de algumas diretorias não haverem tido experiências anteriores de greve por terem assumido o comando sindical um pouco antes da greve estourar. Estas assumem, por sua vez, um caráter de extrema importância para os acontecimentos futuros.

O “sindicalismo autêntico”, então, ganhou espaço e força como nova identidade coletiva, espalhando para o conjunto da classe operária as aspirações por autonomia política durante as mobilizações grevistas iniciadas em 1978 na região do ABC. Meneguello assinala que,

É indiscutível a importância das greves de 1978 no que respeita à dinâmica das relações trabalhistas. Essas greves vieram minar as bases da regulamentação das relações de trabalho (...) [e abriram caminho para] as greves que se seguiram nos anos de 1979 e 1980, propagadas para outras regiões e outras categorias [sendo] fundamentais para que o novo sindicalismo adquirisse o papel de força política.⁷³
(Grifos do Autor)

Em dezembro de 1978 ocorreram demissões em massa na região do ABC paulista, área de ampla organização dos sindicatos. Era o estopim para que as greves de 1979 fossem preparadas. Este foi um ano repleto de reivindicações e com muitas greves que longe de se deterem ao setor metalúrgico abrangeram outras áreas. A título de ilustração temos os seguintes dados que nos dão uma idéia geral do crescimento do movimento. Enfim, um ano de tensões.

⁷¹ Ibid., p. 50.

⁷² Ibid., p. 53.

SETORES ATINGIDOS PELOS MOVIMENTOS GREVISTAS
ENTRE 1978-1981.⁷⁴

SETORES ANOS	T. I.	T. C. C.	T. B. S.	A. C. M.	OUTROS	TOTAL
1978	104 (75,9%)	8 (5,8%)	13 (9,4%)	8 (5,8%)	4 (2,9%)	137 (100%)
1979	61 (27,2%)	15 (6,7%)	52 (23,2%)	66 (29,4%)	30 (13,3%)	224 (100%)
1980	19 (32,7%)	4 (6,9%)	11 (18,9%)	20 (34,4%)	4 (6,9%)	58 (100%)
1981	28 (29,7%)	5 (5,3%)	8 (5,3%)	42 (44,6%)	11 (11,7%)	94 (100%)

T. i. = trabalhadores industriais

T. c. c. = trabalhadores na construção civil

T. b. s. = trabalhadores de base em serviços

A. c. m. = assalariados de classe média (médicos, professores, bancários)

Outros = não assalariados (feirantes, motoristas de táxi, motoristas de caminhão).

Além do fato de comprovar que 1979 foi o ano das greves, podemos observar igualmente um amplo crescimento da greve no setor constituído por médicos, professores e bancários, sendo este aquele que, a partir de 1979, mais contribuiu em termos de adesão com o movimento grevista. Isto explica-se dentre outros motivos, pelo fato de que, com a desarticulação da economia brasileira, os setores médios passaram a sofrer compressão salarial, atingindo o seu poder aquisitivo. De acordo com Meneguello podemos observar que

(...) a sustentação da onda de mobilizações passou a residir nas categorias assalariadas de classe média, tipicamente organizadas em associações desatreladas do controle oficial do Ministério do Trabalho. (...) Tal fato indicava, em parte, certa derrota da estratégia grevista-reivindicativa de massas do novo sindicalismo de base industrial, pois, como é sabido, ao final de três anos de articulações (1978-1980), a estrutura sindical, as formas de negociação e o sistema de relações trabalhistas, pontos-chave da pauta de reivindicações não haviam se alterado. Ainda que seu funcionamento na prática se houvesse flexibilizado não ocorreram mudanças institucionais.⁷⁵

Outros fatores, além das influências do novo sindicalismo que originaram

⁷³ MENEGUELLO, Rachel. PT: a formação de um partido, 1979-1982. p. 46.

⁷⁴ Ibid., p. 47.

⁷⁵ Ibid., p. 48.

uma liderança combativa, foram de fundamental importância para o movimento de criação do PT. Dentre eles, os mais significativos foram as eleições presidenciais e parlamentares de 1978; as reformas institucionais promovidas pelo General Ernest Geisel (1974-1978) e as propostas de reformulação da Lei Salarial e da CLT⁷⁶. A partir das eleições indiretas de 78 foi constituída uma Frente Nacional de Redemocratização em prol do candidato apresentado pelo MDB, General Euler B. Monteiro, em oposição ao General João Batista de Figueiredo, da ARENA, candidato governista. Diante deste fato, os “combativos” se dividiram.

Um grupo considerava que a Frente era um caminho válido para a conquista da democracia, merecendo, portanto, o apoio dos trabalhadores, enquanto mantivesse um diálogo com os sindicatos e o compromisso de lutar pela Assembléia Constituinte e eleições diretas. Já um outro grupo se posicionava contra eventual apoio dos “combativos” à Frente, por considerá-la ampla demais e “criada de cima para baixo”; além disso, alegava que seu candidato à Presidência, tendo sido um “revolucionário”, não tinha qualquer compromisso com as demandas dos trabalhadores.⁷⁷

Amadurecia, portanto, a idéia da criação de um partido que pudesse representar os trabalhadores. As reformas, principalmente a partidária, e as leis, já postas em um momento de distensão, não foram meramente aceitas tendo sido (...) consideradas por parte da “liderança combativa”, como assunto para deliberação e espaço para participação.⁷⁸ Conseqüentemente esta se mobilizou para que medidas que interessassem aos trabalhadores fossem aprovadas. O governo por sua vez reafirmou que:

... se os trabalhadores quisessem participar, que o fizessem através dos partidos, não através dos sindicatos, tendo o Ministro do Trabalho baixado norma (Portaria nº. 3.337) proibindo sua participação, alegando que os sindicatos eram órgãos apolíticos de representação.⁷⁹

Desta forma, (...) a direção tomada pelo novo sindicalismo indicava o âmbito político-partidário, que naquele momento erigia-se sobre novas forças políticas no

⁷⁶ É o conjunto de normas constitucionais que regem as relações entre empregados e empregadores. (SANDROME, Paulo. Novíssimo Dicionário de Economia. p. 102)

⁷⁷ OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. Op. cit., p. 60.

⁷⁸ Ibid., p. 61.

⁷⁹ Ibid., p. 62.

*país, através da reforma de partidos de 1979.*⁸⁰ Assim, o novo sindicalismo, através da “liderança combativa”, iniciou o processo de escolha do Partido adequado para representar os trabalhadores. O MDB e o PTB estavam em pauta. O Partido Trabalhista, entretanto, é desconsiderado em virtude da ampla base governista existente no movimento sindical no período pré-64. Já no que se refere ao MDB, as críticas a este diziam respeito à sua constituição elitista o que possibilitava uma ampla inserção do governo em seus quadros.⁸¹

Tomada a decisão de constituir um “partido feito pelos trabalhadores” em virtude dos existentes não atenderem aos requisitos estabelecidos - necessários no sentido de representar os interesses daqueles - o importante agora é escolher o melhor momento para efetivá-lo. Importante salientar que, *a escolha do partido como instituição adequada para a expressão política decorria da relevância que assumiram, no período, as eleições congressuais e a opção feita pela forma legal de luta.*⁸²

Um outro ponto discutido a partir daí referia-se à ideologia que o partido adotaria. Em um primeiro momento, os “autênticos” fizeram aliança com a “unidade sindical”, excluindo a “oposição sindical”. A “unidade” representada por Joaquinção defendia a adoção da social-democracia, propondo um novo partido de centro-esquerda e parecido com o antigo PSB. Entretanto, a proposta vencedora foi

*aquela encaminhada por Benedito Marcilio, então Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. Em poucas palavras, sua proposta era a de caracterizar o PT como um partido de classe, aberto à todos os trabalhadores e assalariados, excluindo-se apenas os empregadores.*⁸³

Esta proposta não agradou a todos pois existiam os defensores da idéia de que a criação de um novo partido iria enfraquecer a oposição contra o regime. Estes optam por filiar-se ao MDB.⁸⁴ Podemos, desta forma, perceber três posições bastante definidas neste processo. A primeira defendida pelos Dirigentes Sindicais, que compunham a Comissão Provisória, era a favor da criação imediata de um Partido dos Trabalhadores. A segunda, apoiava a organização primeiramente de uma Central Sindical; e a última, achava o momento inoportuno, procurando privilegiar desta forma, a luta no interior dos partidos já

⁸⁰ MENEGUELLO, Rachel. PT: a formação de um partido, 1979-1982. p. 48.

⁸¹ OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. Op. cit., p. 120.

⁸² Ibid., p. 118.

⁸³ Ibid., p. 123.

⁸⁴ GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. Op. cit., p. 27.

existentes. Os defensores desta proposta acreditavam que criar um novo partido era fazer o jogo do governo: dividir a oposição por meio do pluripartidarismo.⁸⁵

Entre os que optaram pelo partido em gestação, a discussão girava em torno das bases do partido, sua ideologia e a hora exata para o seu lançamento público e oficial. Esse momento não poderia ser mais adequado para a criação do Partido dos Trabalhadores. Sua origem ocorreu em um momento em que *percorrido um longo percurso, a fusão das três crises da esquerda é mais do que palpável*.⁸⁶ Entretanto, estas seriam, em conjunto com outros fatores, as maiores responsáveis pela dificuldade do partido em assumir o socialismo como posicionamento ideológico.

A primeira grande crise da esquerda ocorreu em nível internacional, quando da transformação da ex-URSS em uma grande potência e a conseqüente subordinação a ela dos Partidos Comunistas de todo o mundo através do Comitern. A segunda, refere-se ao êxito da social-democracia nos países centrais do capitalismo. No dizer de Francisco de Oliveira,

*essa crise geral projeta-se hoje em dia em termos de descrédito generalizado do "socialismo real", para o que os acontecimentos da Polônia e a rebeldia da própria classe operária polonesa ajudaram a desfazer as últimas ilusões que ainda restavam sobre a natureza dos regimes socialistas do Leste.*⁸⁷

Uma outra crise importante diz respeito à *ultrapassagem de pontos programáticos que eram revolucionários setenta anos atrás*.⁸⁸ Por último não podemos deixar de mencionar a crise nacional da esquerda.

*Nela se fundem todos os elementos anteriormente discutidos; degradingolagem do movimento comunista internacional, êxito da social-democracia, produção de novas classes sociais, ascensão das classes médias e deslocamento da "centralidade" operária, estatização como tática para chegar-se ao objetivo estratégico da socialização. E como resultado desses processos, sobretudo como resultado dos vinte anos de autoritarismo e de uma expansão econômica inusitada, a vitória ideológica do capitalismo, com a conseqüência da assenção ao primeiro plano de uma hegemonia burguesa nunca vista na história moderna brasileira.*⁸⁹

⁸⁵ Ibid., p. 30.

⁸⁶ OLIVEIRA, Francisco de. Qual é a do PT? p. 16.

⁸⁷ Ibid., p. 18.

⁸⁸ Ibid., p. 20.

⁸⁹ Ibid., p. 20-21.

Ora, estavam postos os elementos que, em conjunto com toda uma modificação no imaginário do trabalhador, originaram a fundação do PT.⁹⁰ Portanto, se tivermos que marcar uma data para o início da efetivação do novo partido, podemos conceber como sendo o início das greves operárias do ABCD paulista em 1978. A idéia foi divulgada pela primeira vez, no Congresso dos Trabalhadores na Indústria Paulista.

A idéia andou um pouco mais no Congresso dos Metalúrgicos de São Paulo, em dezembro de 1978, na cidade de Lins. Um mês depois, (...) a 19 de janeiro de 1979, na Reunião Intersindical de Porto Alegre, o projeto seria anunciado. Mas o PT começou a engatinhar, no dizer de Lula, no Congresso Nacional dos Metalúrgicos, em Poços de Caldas, em junho de 1979.⁹¹

Nesse meio tempo, foi apresentada a Tese de Santo André (24 de janeiro de 1979) e a Carta de Princípios (1º de maio de 1979), assinada pela Comissão Nacional Provisória do Movimento pelo PT. O partido surgiu assim, *como reação contra os partidos tradicionais.*⁹² Com a divulgação da Declaração Política em outubro do mesmo ano, o Partido dos Trabalhadores começava efetivamente a concretizar-se como proposta partidária. A questão mais polêmica do Encontro, que culminou com a apresentação da Declaração, dizia respeito à inclusão ou não da palavra “socialismo”, que poderia ser entendida pelos trabalhadores como sinônimo de antidemocracia.⁹³

Em 10 de fevereiro de 1980 ocorreu o I Encontro Nacional no Colégio Sion, em São Paulo onde foram aprovados o Manifesto e o Estatuto do Partido dos Trabalhadores. Assinado por intelectuais do porte de Mário Pedrosa e de militantes emblemáticos como Apolônio de Carvalho, o livro de fundação continha cento e uma (101) assinaturas. Em seu primeiro ano de existência,

... o PT cuidava de ir-se organizando internamente, em plena campanha de filiação, pronto para atender às normas oficiais e voltado para uma reforma partidária para o qual o Partido dos Trabalhadores inclusive lutava - e que teve seus melhores desdobramentos mais tarde, como sabemos, na Constituinte.⁹⁴

⁹⁰ Mais detalhes ver OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. Op. cit., p. 11-42; GURGEL, Cláudio. Op. cit., p. 43-74; SADER, Emir. E agora PT: caráter e identidade. p. 155-157.

⁹¹ GURGEL, Cláudio. Op. cit., p. 43-44.

⁹² GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. Op. cit., p. 28.

⁹³ Ibid., p. 42.

⁹⁴ Ibid., p. 50.

O Partido conseguiu angariar para suas fileiras simpatizantes e militantes de vários setores, tais como: operários, intelectuais, líderes sindicais, estudantes, donas de casa, camponeses, dentre outros. Lutando por uma democracia,

... o partido cuidou de não representar apenas uma espécie de grande frente onde os quadros e as tendências ideológicas nele se alojassem, inclusive como trampolim para outros objetivos futuros, como a legalidade (...). Suas principais lideranças acreditavam - e acreditam - na possibilidade da construção de um projeto estratégico da transformação da sociedade, de que jamais abrirá mão.⁹⁵

Nestes vinte anos de existência, o PT passou por inúmeras crises mas por um sem fim de vitórias. Teve grandes derrotas nas urnas, como em 1982, quando disputou vagas para governos de estados, senadores, deputados, prefeitos (exceto de capitais e áreas consideradas de “segurança nacional”) e vereadores, obtendo em todo o país algo em torno de 3,1% dos votos válidos.⁹⁶ Mas obteve grandes conquistas, como em 1985, quando o partido somou nas urnas 1,4 milhão de votos.⁹⁷ A década de 80 foi particularmente crítica, não somente para o seu amadurecimento, mas igualmente para a sua própria existência.

Com a derrota sofrida em 1982, o partido em muitas áreas sentiu-se psicologicamente abalado, mesmo tendo ultrapassado os índices exigidos por lei para sua continuação como partido no cenário político nacional. No ano seguinte, 1983, com boa parte dos núcleos de base desarticulados em vista da campanha anterior para governo dos estados e municípios (...), o PT passou por uma fase difícil de crises internas e desarticulação, chegando por vezes a ser objeto de gozação da imprensa burguesa.⁹⁸

Dessa forma, apesar da derrota sofrida nas eleições de 1982, o PT reage nas eleições posteriores: 1985 e 1986, quando Lula é o deputado federal mais votado. A partir daí, a população começou a encarar o PT com mais seriedade e os frutos foram colhidos na década seguinte - a de 1990, quando constituiu uma bancada significativa no Congresso Nacional, arrebanhou prefeituras (Porto Alegre/ RS, Blumenau/ SC, Angra dos Reis/ RJ, Santo André/ SP)⁹⁹;

⁹⁵ Ibid., p. 51.

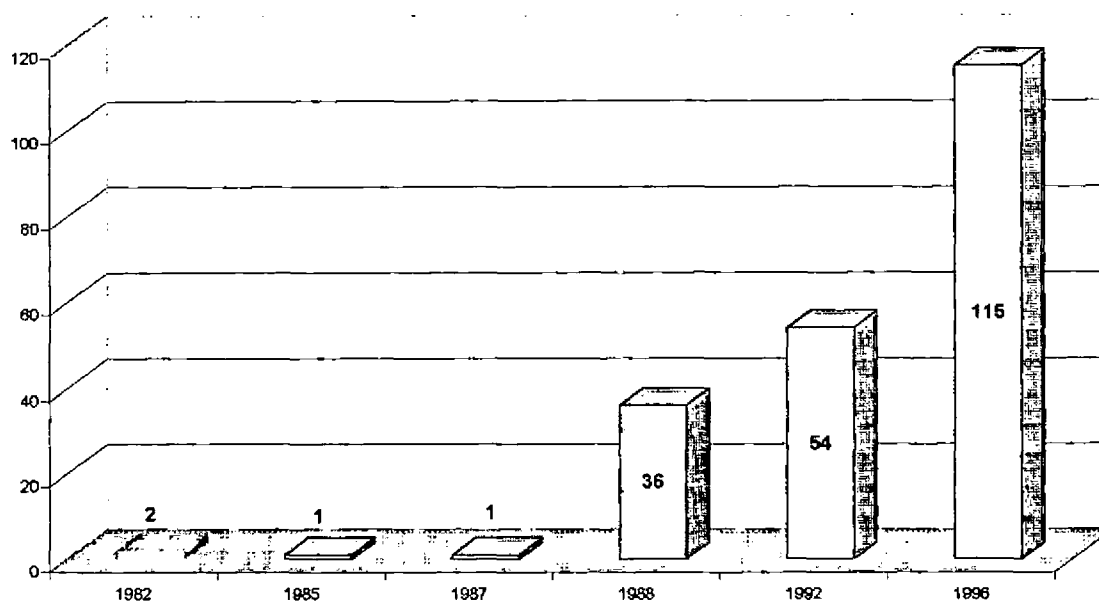
⁹⁶ GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. Op. cit., p. 246.

⁹⁷ Ibid., p. 251.

⁹⁸ Ibid., p. 129.

⁹⁹ AGENDA dos Mandatos Petistas, p. 33-44.

**PREFEITURAS ELEITAS PELO PARTIDO
DOS TRABALHADORES 1982 - 1996**



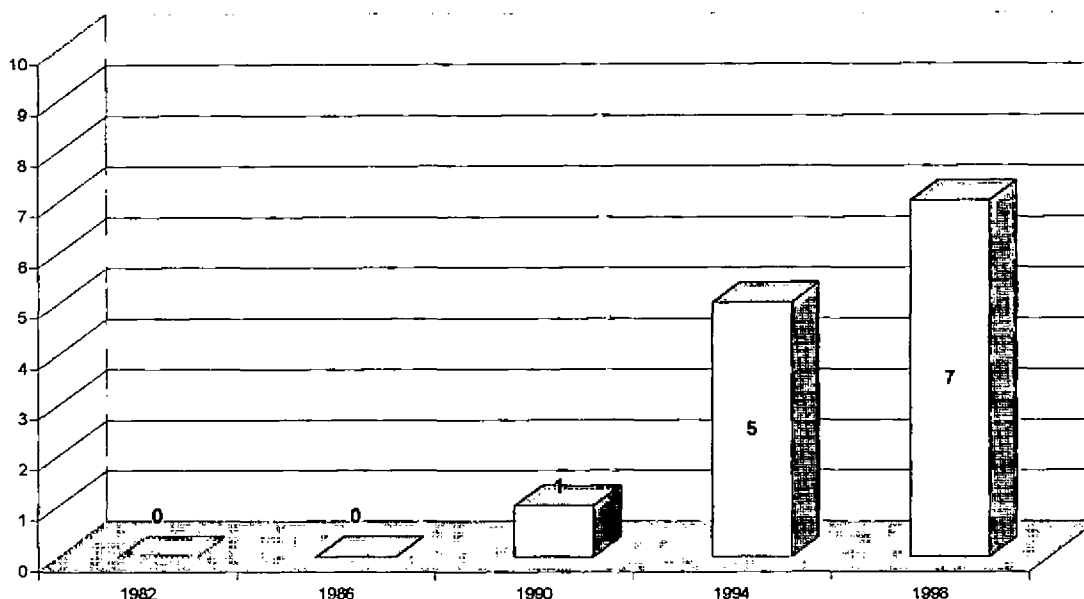
Fonte: AGENDA dos mandatos petistas; nov. 1999.

governos estaduais (Acre, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul)¹⁰⁰, além de ter disputado as três eleições majoritárias para Presidente da República ocorridas no pós-85, com candidato próprio e encabeçando coligações. A seguir, podemos verificar o crescimento do PT nestes vinte anos de existência, por meio dos dados concernentes à sua bancada no Congresso Nacional.



¹⁰⁰ Ibid., p. 30.

**SENADORES ELEITOS PELO PARTIDO
DOS TRABALHADORES 1982 - 1998**



Fonte: AGENDA dos mandatos petistas; nov. 1999.

Como podemos verificar, o PT, a cada nova eleição, cresce consideravelmente. Em termos de objetivos, entre os quais alguns já puderam ser testados em prefeituras e governos estaduais petistas,

(...) o PT luta para que todos os trabalhadores gozem dos direitos que um Estado democrático deve garantir; o direito ao trabalho, à moradia, ao transporte, à saúde e à educação e lazer(...). Entende, portanto, que a educação é um direito e dever de todos, cabendo ao Estado garanti-la.¹⁰¹ (Grifos Nossos)

É justamente sobre esse direito - a educação - tão defendido pelo PT, a que iremos nos deter no próximo capítulo, num momento quando o partido demonstrava sua mudança de configuração proporcionado pelo jogo eleitoral e em que as modificações ocorridas mundialmente, e no Brasil em particular, atingiram diretamente as campanhas eleitorais ocorridas em 1994 e 1998.

¹⁰¹ GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. Op. cit. p. 192.



4 - *A Visão do PT: a educação em contextos eleitorais*

A escola não resolve sozinha as injustiças sociais, nem a passagem por ela pode mudar a condição de classe. Mesmo assim, ela é importante para as camadas subalternas, pois pode lhes transmitir elementos úteis às suas estratégias de melhoria de vida e de organização política.

Guiomar Namo de Mello

O processo de globalização em curso no limiar do milênio tem provocado mudanças substanciais em diferentes esferas da vida social,

... atingindo de frente, (...) o Estado, as políticas sociais e o mundo do trabalho. Tratando-se de um contexto fortemente dominado pelas forças econômicas, o paradigma hegemônico de organização da vida social está ancorado, logicamente, no "mercado como modelo" e, portanto, na empresa como sinônimo de organização perfeita, na qual as várias instituições e esferas da sociedade deveriam se espelhar. O referido paradigma foi incorporado pelas denominadas "estruturas mundiais de poder", como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) e tem sido adotado por países dos diversos quadrantes do mundo, notadamente nos "ajustes estruturais" e na reforma do Estado dos chamados "países emergentes", entre os quais os da América Latina, pressionados, em grande medida, por aquelas agências internacionais.¹⁰²

Neste contexto de globalização, políticas neoliberais vêm sendo implementadas pelos diversos governos, acarretando, entre outras coisas, um profundo desemprego, desestabilizando o mercado de trabalho e ampliando a "exclusão social". Desta forma,

no que pese a evidente diferença entre países, por conta dos seus respectivos processos de formação histórica, convém frisar, no entanto, que uma ordem globalizada cria problemas mundiais, no âmbito dos quais se situa a questão social fundamental deste fim de século,¹⁰³ (Grifos do Autor)

a qual por sua vez, está intimamente relacionada com o trabalho e seus atuais meios de integração na sociedade. Nos chamados "países emergentes", os aspectos negativos, principalmente no âmbito social, decorrem da abertura indiscriminada dos mercados nacionais ao capitalismo internacional e da ausência de regulação política. Estes podem ser observados através da diminuição da intervenção do Estado em algumas áreas, principalmente na social; uma limitação no crescimento dos salários; estagnação ou diminuição dos investimentos públicos em saúde e em educação, além do próprio

¹⁰² GERMANO, José Willington. A transformação da questão social e a educação. p. 111.

¹⁰³ Ibid., p. 113.

desemprego massivo, presente no mundo globalizado, como uma das dez pragas do Egito Antigo, destruindo a vida de milhares de seres humanos.¹⁰⁴

Assim, na atualidade, o mundo abriga 800 milhões de pessoas sem emprego. (...) Na França dos últimos anos, cerca de 12% da população ativa é desempregada e aproximadamente 70% das novas admissões são contratos por tempo determinado, precários. Na Itália, o desemprego ronda 12% da população ativa e no México 25% (...). Nos EUA, onde a propaganda neoliberal se encarrega de difundir o "pleno emprego", o número de empregos temporários cresceu 500% entre 1980 e 1997, o salário médio caiu 20% nos últimos 25 anos e cerca de um quarto das pessoas empregadas têm empregos de tempo parcial. Em sete países da Ásia, por sua vez, incluindo Japão, China, Indonésia, Coreia do Sul, Tailândia, Malásia e Filipinas, em 11 meses de crise, o desemprego saltou de cerca de 22 milhões em 1997, para 43,6 milhões de trabalhadores em 1998, produzindo 21,6 milhões de novos desempregados, o equivalente à população de países como a Austrália, Taiwan ou a Venezuela. Dessa forma, o Japão, considerado antes como um país de "pleno emprego", convive hoje com a presença de "homelesses" nas ruas de suas cidades.¹⁰⁵

O quadro dos anos 90 é, portanto, de regressões, estagnações, fomes e guerras, ou seja, de um profundo sentimento de desesperança. Para comprovar o que estamos afirmando podemos citar os conflitos em Kosovo, em Sarajevo, no Iraque, na Chechênia, fome em países da África e na Índia.¹⁰⁶ Segundo Casanova, a exploração de alguns homens e países por outros, considerados centrais, por deterem grande parte do capital financeiro, resultou em uma catástrofe maior que no período anterior de capitalismo monopolista. Nos primeiros, incluindo-se aí o Brasil,

... predomina e aumenta o trabalho sem garantias de tempo de trabalho, de intensidade, de higiene, de segurança e sem "salários indiretos", de educação, saúde e alimentação. (...) A imensa maioria dos trabalhadores vive entre o terror do assalariado sem garantias e a exclusão do desempregado extremamente pobre. A política neoliberal constitui também uma redistribuição regressiva dos sistemas de produção, de educação, de saúde e segurança social.¹⁰⁷ (Grifos Nossos)

No Brasil, esta conjuntura marcou o fim de um modelo de capitalismo. Tal modelo, consagrado na literatura como "nacional-desenvolvimentista", teve início com Getúlio Vargas nos anos 30 e entrou em colapso no final da década de 80. Sader assinala

¹⁰⁴ SALAMA, Pierre. Pobreza e exploração do Trabalho na América Latina. p. 17-39.

¹⁰⁵ GERMANO, José Willington. A transformação da questão social e a educação. p. 116-117.

¹⁰⁶ MORIN, Edgar. A aventura desconhecida. p. 10.

¹⁰⁷ CASANOVA, Pablo G. A exploração global. p. 24.

que ao longo dos anos 80, a economia brasileira viveu um processo de acomodamento, com a imposição da hegemonia do capital financeiro, que finalmente desembocou no neoliberalismo, iniciado no final da década de 80, ainda no governo Sarney.¹⁰⁸ Se voltarmos um pouco na roda da história, podemos encontrar algumas tendências do neoliberalismo ainda no período ditatorial pois,

... foi a ditadura que começou o processo de dilapidação do Estado brasileiro, que prosseguiu sem interrupção no mandato "democrático" de José Sarney (...). Esta dilapidação propiciou o clima para que a ideologia neoliberal, então já avassaladora nos países desenvolvidos, encontrasse terreno fértil para uma pregação anti-social.¹⁰⁹

A partir de 1990, com a ascensão à Presidência da República de Fernando Collor de Melo, as políticas neoliberais são de fato implementadas, atingindo de frente o setor econômico e social do país.

A privatização de empresas estatais, a abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro, a política de livre negociação salarial, a desregulamentação no plano econômico, entre outras medidas, foram proclamadas pelos seus defensores como o caminho que levaria o Brasil à modernidade.¹¹⁰

Entretanto, após dois anos de governo, se tornaram evidentes os danos causados ao país pois *provocaram a desorganização da economia brasileira e o aprofundamento da desagregação social.¹¹¹* Desta forma, áreas como saúde, **educação**, trabalho foram sendo sumariamente afetadas pela nova política econômica em expansão no país. *A partir de 1990, a quantidade de pessoas sem emprego e procurando por um posto de trabalho ganhou forte relevância, sem paralelo com qualquer período no século XX.¹¹²*

Dessa feita, no Brasil, a implementação do neoliberalismo assume um caráter retrógrado por não atender as necessidades sociais, apesar do seu discurso fazer insistentes apelos à modernidade e ao progresso. Este quadro de crise, característico de todo o governo de Fernando Collor, que renuncia ao cargo de Presidente pressionado pelo processo de *impeachment*, e posteriormente de seu sucessor, Itamar Franco, influirá

¹⁰⁸ SADER, Emir. A hegemonia neoliberal na América Latina. p. 36.

¹⁰⁹ OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo à brasileira. p. 24-25.

¹¹⁰ ALCOFORADO, Fernando. De Collor a FHC: o Brasil e a nova (des) ordem mundial. p. 39.

¹¹¹ Ibid., p. 40.

¹¹² POCHMANN, Márcio. O fenômeno do desemprego no Brasil: diagnóstico e perspectivas. p. 5.

sobremaneira nas eleições presidenciais de 1994 e 1998. Isto porque os programas dos principais candidatos irão privilegiar os problemas sociais provocados pela globalização e o neoliberalismo no contexto brasileiro.

4.1. Sob o Signo da Moeda

Em 1993, estava no comando do país Itamar Franco, o qual havia ascendido à Presidência da República em decorrência do *impeachment* de Fernando Collor de Melo, este acusado de corrupção e usufruto ilegal do dinheiro público. Desta forma, toda uma situação caótica é herdada pelo novo Presidente que tinha pela frente a responsabilidade de reverter este quadro. Para tanto, procurou articular as diversas forças políticas, que se mobilizaram em favor do *impeachment* de Collor. Nesta perspectiva,

a montagem do governo Itamar aparecia como uma tentativa de ampla conciliação nacional com a participação de notáveis de quase todos os partidos, inclusive o PT e o PDT. (...) A participação de petistas e pedetistas no governo promove verdadeiro racha nas agremiações, obrigando-as a definir com clareza suas posições frente ao poder executivo. O próprio presidente apresenta-se dividido e, muitas vezes, com orientações contaditórias: ora apega-se aos velhos ideais nacionalistas e estatizantes, ora aceita a orientação neoliberal dominante no ministério, como no caso da privatização das siderúrgicas estatais.¹¹³

No início dos anos 90, a economia estava estagnada; o índice de inflação havia chegado aos 30% ao mês e o desemprego alcançava a alarmante cifra de 4 milhões de trabalhadores.¹¹⁴ Neste contexto, a disparidade de renda fez com que a bipolarização entre pobres e ricos fosse cada vez mais nítida, resultando daí, algo em torno de, 65 milhões de excluídos.¹¹⁵ No âmbito político, o PSDB começava a ganhar força como *partido dirigente da política nacional* e o PT, embora participante do governo, não adquire uma

¹¹³ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Brasil em direção ao século XXI. p. 365.

¹¹⁴ A este respeito Pochmann assinala que *para as 11,9 milhões de pessoas que ingressaram no mercado de trabalho entre 1990 e 1997, 7,9 milhões encontraram algum posto de trabalho, enquanto 4,0 milhões de pessoas foram submetidos a situação de desemprego.* (POCHMANN, Márcio. Op. cit., p. 6.)

¹¹⁵ ALCOFORADO, Fernando. Op. cit., p. 46. Como excluídos Alcoforado engloba pobres, despossuídos e miseráveis.

expressividade no nível da do partido tucano¹¹⁶, ou seja, suas propostas não ganham espaço.¹¹⁷

o quadro político nacional aparece, assim, ao final do governo Itamar Franco, profundamente dividido sobre a forma de como enfrentar tais desafios. Um conjunto importante de políticos, líderes empresariais, personalidades, etc. identificam no mercado, ou seja, no livre movimento da economia em busca de maiores lucros possíveis, o único remédio para a pobreza e a desigualdade, enquanto outros insistem que um país mais justo não pode ser alcançado através da busca do lucro pessoal e egoísta. (...) Em tal contexto, o governo Itamar lança mão de um último recurso para a recuperação do país. O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, assessorado por uma equipe de economistas, lança, em dezembro de 1993, o Plano Real.¹¹⁸

Esse Plano baseava-se (...) na idéia de uma gerência mais eficiente dos recursos monetários e no controle do déficit público.¹¹⁹ Na euforia do lançamento do Plano, tem início o ano em que os brasileiros pela segunda vez, após vinte e um anos, elegeriam um novo presidente. Logo no início de 1994, o então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, assinalava: *a recessão acabou (...). Quem diz que o plano de governo é recessivo, é gente que não sabe economia. O que está embutido no plano é uma taxa de crescimento entre 4% e 5% do PIB.¹²⁰* Para o mesmo, o ano de 1994 seria muito melhor que o anterior. Seria um período onde o brasileiro deveria acreditar no plano e nele mesmo e votar bem naquele ano que se iniciava.¹²¹ Estavam lançadas as bases para a disputa eleitoral. *Através do Plano Real, FHC se credencia a concorrer à presidência da República.¹²²*

O ano eleitoral iniciava com uma ampla campanha de imprensa em favor do Plano e de uma possível candidatura do “Pai do Real”. O ano de 1993, na ótica de FHC, *marca o fim da recessão. Há muito tempo o Brasil não via expansão da economia numa taxa razoável como em 93, expansão no emprego e aumento da massa salarial.¹²³*

Por outro lado, ainda em janeiro de 1994, o pré-candidato Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, era alvo de reportagens publicadas na **Folha de S.**

¹¹⁶ O tucano é uma ave tipicamente brasileira tida como símbolo do PSDB.

¹¹⁷ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Op. cit., p. 365.

¹¹⁸ Ibid., p. 374.

¹¹⁹ Ibid., p. 375.

¹²⁰ Folha de S. Paulo, 2 jan. 1994. Brasil. p. 1-8. Recuperado na <http://www.uol.com.br/bibliot..>

¹²¹ Folha de S. Paulo, 2 jan. 1994. Brasil. p. 1-8. Recuperado na <http://www.uol.com.br/bibliot..>

¹²² SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Op. cit., p. 375.

Paulo, que o acusavam, indiretamente, de utilizar recursos financeiros do Sindicato dos Condutores Rodoviários do ABC. A reportagem afirmava que este Sindicato havia transferido recursos ao grupo “Articulação” do PT, liderado por Lula.¹²⁴

Nesta mesma época, ocorre o assassinato de Oswaldo Cruz Jr., Presidente do Sindicato dos Rodoviários. Este caso foi amplamente divulgado pela imprensa como sendo um crime político e praticado por prováveis membros do PT. Oswaldo Cruz havia sido um dos principais denunciadores da transferência de recursos. O Plano Real, por sua vez, continuava alvo de elogios, em virtude da esperança de acabar com a inflação e diminuir as desigualdades sociais que perpassavam a sociedade brasileira.¹²⁵ A aceitação do Plano Real

juntamente com a eclosão dos escândalos da Comissão do Orçamento da União e o envolvimento de parlamentares e lideranças partidárias importantes, pareciam estar definidos os primeiros contornos da disputa eleitoral, com a indicação acentuada da preferência por Lula (é bom lembrar que o PT não teve qualquer parlamentar envolvido nos escândalos da corrupção) e por uma coalizão de centro-esquerda na disputa pela presidência da República, principal reflexo das tendências políticas até meados do ano.¹²⁶

A grande imprensa concedia seu apoio desde o início, à uma provável candidatura de FHC. Desta feita, em meados de janeiro, o ex-ministro da Fazenda do governo Sarney, Bresser Pereira, escreve no jornal **Folha de São Paulo** que Fernando Henrique era o melhor candidato do Brasil, por ser um homem comprometido com a distribuição de renda e a modernização do país. Assinalava ainda que o país teria problemas com Lula na presidência em virtude das suas idéias nacionalistas típicas dos anos 50 que permeavam o PT e do corporativismo estatal dominantes em amplos setores do partido.¹²⁷

Nas eleições de 1994, tivemos o confronto de dois principais blocos políticos e ideológicos.

o primeiro, tendo Lula como candidato a presidente apoiado pelo PT, PSB, PV e PC do B como partidos de sustentação; o segundo, com Fernando Henrique Cardoso como candidato a presidente apoiado pelo PSDB, PFL e PTB,

¹²³ Folha de S. Paulo, 2 jan. 1994. Brasil. p. 1-8. Recuperado na <http://www.uol.com.br/bibliot..>

¹²⁴ Folha de S. Paulo, 4 jan. 1994. Nacional. p. 1-10. Recuperado na <http://www.uol.com.br/bibliot..>

¹²⁵ Folha de S. Paulo, jan/fev. 1994. Recuperado na <http://www.uol.com.br/bibliot..>

¹²⁶ MENEGUELLO, Rachel. Partidos e Tendências de comportamento: o cenário político em 1994. p. 162.

¹²⁷ Folha de S. Paulo, 17 jan. 1994. Painei, p. 1-3. Recuperado na <http://www.uol.com.br/bibliot..>

*dissidências do PMDB e pela Rede Globo.*¹²⁸

Desta forma, as eleições de 1994 apresentam, portanto, uma particularidade em relação às de 1989: a formação de blocos políticos ou de coalizões com o intuito de viabilizar a participação de seus respectivos candidatos no segundo turno do pleito. Entretanto, desde o início, as candidaturas de Lula e de FHC receberam grande atenção da imprensa ficando Brizola e Quéricia em segundo plano, numa clara sinalização das duas principais coalizões. Uma situada mais à esquerda e outra mais à direita, respectivamente.

129

São constituídas assim a Coligação União, Trabalho e Progresso, composta pelo PSDB, PFL e PTB, apoiando FHC, e a Frente Brasil Popular pelo PT, PSB, PV, PC do B, PCB, PPS, PMN e PSTU, tendo Lula como candidato à presidência da República.¹³⁰ Concorreram ainda à Presidência da República os seguintes candidatos: Leonel Brizola (PDT) e Orestes Quéricia (PMDB), dentre outros. Estes juntamente com Lula e FHC foram os que alcançaram maior expressividade ao longo do pleito.

A imprensa, privilegiou a disputa entre FHC e Lula. Este último, em virtude do quadro de crise e de corrupção ainda muito vívidos na mentalidade brasileira¹³¹, chegou a disparar nas pesquisas de opinião. Em abril de 1994, o jornal **Folha de S. Paulo** divulgava que Lula era o primeiro colocado nas pesquisas de opinião com 33% das intenções de voto contra 19% de FHC. Esta vantagem havia sido reconhecida, em um momento anterior, por FHC, que assinalou que *Luiz Inácio Lula da Silva, (...) pode vir a ganhar a eleição presidencial este ano, conforme indica pesquisa feita com alguns empresários pela Câmara Americana de Comércio.*¹³² Entretanto, nesta mesma reportagem, a Folha atenta para o fato de que esta mesma pesquisa aponta que o desejo destes empresários era ter FHC na presidência.

Desta forma, apesar de estar bem cotado nas pesquisas, Lula despertava temor em alguns setores, como o empresarial. Isto porque,

a vitória de Lula representaria, por sua vez, não apenas a promoção de mudanças

¹²⁸ ALCOFORADO, Fernando. Op. cit., p. 80.

¹²⁹ Ibid., p. 80.

¹³⁰ Folha de S. Paulo, 14 jun. 1994. Brasil, p. 1-4. Recuperado na <http://www.uol.com.br/bibliot>.

¹³¹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Op. cit., p. 366.

¹³² Folha de S. Paulo, 30 jan. 1994. Brasil, p. 1-10. Recuperado na <http://www.uol.com.br/bibliot>.

*estruturais que contribuiriam para retirar a grande maioria da população brasileira da condição de marginalidade em que se encontra. Ela significaria, também, a implementação de um desenvolvimento baseado fundamentalmente no mercado interno, sem perder de vista a necessidade de integração do país à economia mundial.*¹³³

Era necessária, desta feita, a criação ou o aproveitamento de fatos que pudessem ser utilizados como meio de desacreditá-lo ou de diminuir a confiança que os eleitores estavam demonstrando. A imprensa cuidou disto muito bem. A imprensa criticou enfaticamente a decisão do Diretório Nacional do PT em não participar da Revisão Constitucional a ser realizada no ano da campanha. Por outro lado, a bancada do PT no legislativo possuía uma postura divergente, o que fez com que fossem divulgadas notas acerca das disputas internas existentes no partido, suscitando dúvidas sobre a posição ideológica e a clareza de objetivos do mesmo.¹³⁴

Fazendo parte da vida brasileira desde o final de 1993, o Plano Real foi um dos principais fatores responsáveis pelo direcionamento da campanha presidencial de 1994. O jogo eleitoral passou a ser determinado pelo seu sucesso e por uma possível posição favorável ao candidato tucano. Neste momento, uma série de acusações envolvendo o PT começavam a ser suscitadas na imprensa.

Podemos citar, por exemplo, as invasões à duas fazendas no Paraná, feitas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, acusadas de serem motivadas por interesses eleitorais como forma de favorecer a imagem de Lula e transmitir ao país a idéia de que a crise seria eminente em virtude de um possível fracasso do plano Real. Este fato era veiculado pela coligação tucana em virtude do MST ter dado apoio explícito à candidatura petista.¹³⁵ Apesar disto, Lula alcançava nas pesquisas de intenção de votos, 42% contra 15% de FHC.¹³⁶

Entretanto, os adversários de Lula não desistiram e aproveitaram das denúncias envolvendo o candidato a vice-presidente da Frente Brasil Popular, José Paulo Bisol (PSB), bem como das greves da Polícia Federal e dos funcionários públicos federais. FHC declarou publicamente que *as greves são uma estratégia de Lula e da CUT para*

¹³³ ALCOFORADO, Fernando. Op. cit., p. 107.

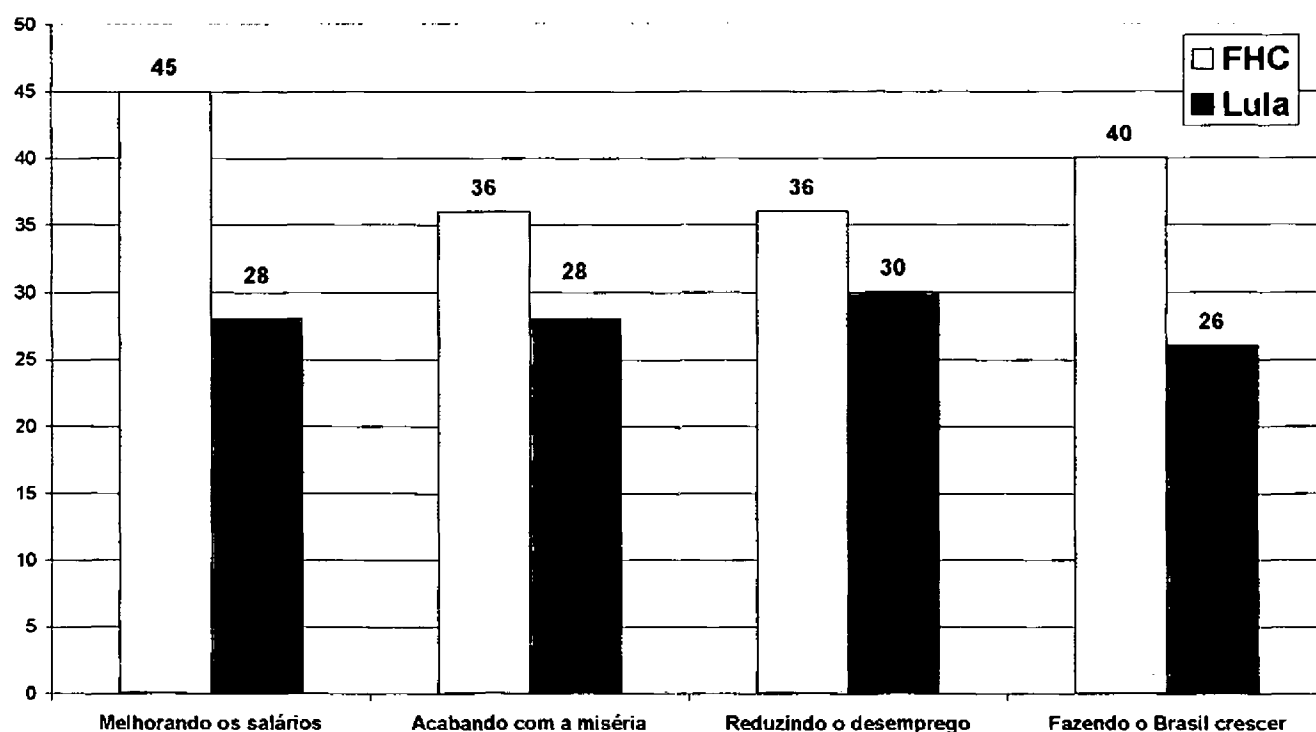
¹³⁴ Folha de São Paulo, 19 fev. 1994. Opinião, p. 1-2. Recuperado na <http://www.uol.com.br/bibliot>.

¹³⁵ Folha de S. Paulo, 04 abr. 1994. Brasil, p. 1-7. Recuperado na <http://www.uol.com.br/bibliot>.

¹³⁶ Folha de S. Paulo, 06 maio 1994. Opinião, p. 1-2. Recuperado na <http://www.uol.com.br/bibliot>.

*desestabilizar o plano econômico.*¹³⁷ Estas foram rebatidas pelo PT que defendia que as greves estariam explodindo em virtude da corrosão dos salários.¹³⁸ Com dúvidas suscitadas a respeito da integridade do partido e com o sucesso do Plano Real, o candidato tucano começava a ser visto como o candidato ideal para dar continuidade ao plano.

CANDIDATO QUE TEM MELHORES CONDIÇÕES DE DAR CONTINUIDADE AO PLANO REAL - CBPA - 22 a 28/7/1994



Fonte: ALMEIDA, Jorge. Como vota o brasileiro. p. 107

Conforme Almeida,

*o Plano Real foi elaborado para eleger o presidente, mas o candidato também foi escolhido e torneado para eleger o plano. Por isto e para isto a classe dominante mostrou uma unidade de ação sem precedentes. Sacrificou outros candidatos e continuou construindo a rejeição a Lula e ao PT com ataques pessoais e políticos sistemáticos, de todas as formas e meios...*¹³⁹

¹³⁷ Folha de S. Paulo, 13 maio 1994. Brasil, p. 1-6. Recuperado na na <http://www.uol.com.br/bibliot>.

¹³⁸ Folha de S. Paulo, 13 maio 1994. Brasil, p. 1-6. Recuperado na na <http://www.uol.com.br/bibliot>.

¹³⁹ ALMEIDA, Jorge. Como vota o brasileiro. p. 142.

Um outro assunto utilizado pelos seus adversários para abalar a confiança dos eleitores brasileiros em Lula, refere-se ao seu Programa de Governo. Quando do lançamento do pré-programa de governo do PT, ainda no mês de fevereiro, artigos e mais artigos foram escritos, assinalando o seu caráter supostamente arcaico.

Uma desastrosa volta ao passado. É isso que promete para o Brasil o esboço do programa de governo do Partido dos Trabalhadores (...). Mesmo considerando-se o retrocesso ideológico que já se vinha verificando na agremiação, o grau de arcaísmo das teses apresentadas, o radicalismo ultrapassado da própria linguagem, o intervencionismo burocrático - enfim, todo o ranço jurássico que permeia o documento são de tal ordem que causam surpresa e profunda apreensão. O que o PT propõe para o futuro do país é um programa que parece saído de um túnel do tempo, importado integral e diretamente dos anos 50 e 60.¹⁴⁰

A este respeito, foram divulgados pela imprensa, matérias acerca dos investimentos na área militar, considerados desnecessários. *A proposta do PT, porém, defende a quadruplicação dos gastos militares e o prosseguimento de projetos onerosos e polêmicos para dizer o menos - como o programa nuclear e a Calha Norte.¹⁴¹* Igualmente alvo de atenções foram as propostas petistas no que concerne às privatizações e à possibilidade de moratória da dívida externa e quanto a uma provável manutenção do monopólio dos setores de energia, telecomunicações e petróleo. Foram, portanto, interesses de caráter econômico e de setores relacionados com a segurança nacional.¹⁴² Outro ponto bastante debatido, referente ao programa petista, foi o da geração de empregos que tinha o objetivo de criar 8 milhões de postos de trabalho nos quatro anos de mandato.¹⁴³

Assim, os aspectos do programa considerados deficientes ou impossíveis de serem cumpridos sob a ótica daqueles que apoiavam FHC, foram sumariamente expostos na imprensa, restando ao PT ser defendido por intelectuais como Marilena Chauí e Paul Singer. Até chegar a sua versão final, o programa passou por modificações, frutos de debates internos à Frente na qual o PT estava inserido. Em uma primeira fase de elaboração surgiram 193 emendas e em uma segunda acrescentou-se mais 73. Isto levou Weffort a escrever:

¹⁴⁰ Folha de S. Paulo, 03 fev. 1994. Opinião, p. 1. Recuperado na <http://www.uol.com.br/bibliot>.

¹⁴¹ Folha de S. Paulo, 01 fev 1994. Opinião, p. 1-2. Recuperado na <http://www.uol.com.br/bibliot>.

¹⁴² Folha de S. Paulo, 04 fev. 1994. Brasil, p. 1-8. Recuperado na <http://www.uol.com.br/bibliot>.

¹⁴³ Folha de S. Paulo, 25 maio 1994. Brasil, p. 1-7. Recuperado na <http://www.uol.com.br/bibliot>.

É normal que no debate sobre o programa do PT surjam as opiniões as mais diversas sobre os mais diferentes assuntos (...). Por outra parte, a proposta de programa é apenas, em fim de contas, a opinião de uma comissão, por mais autorizada que esta seja (...). O que (...) não é desejável é que o debate, que deveria esclarecer, degenerasse em confusão, desviando a opinião pública para pontos secundários e oferecendo aos adversários a chance de obscurecerem o essencial.¹⁴⁴

Dessa forma, setores sociais importantíssimos para o debate político, como saúde e **educação** não foram alvos permanentes dos olhares da imprensa.

Na disputa presidencial de 1994, a predominância da estratégia maximizadora de votos ficou patente com a fuga dos candidatos da discussão sobre as grandes questões da política nacional. Procuraram, sempre que possível, evitar os chamados “temas controvertidos” que pudessem ocasionar uma possível perda de eleitores. Por isso, pontos fundamentais (e ideológicos) que estavam na ordem do dia (...) foram inteiramente abandonados em favor de um conjunto de questões sobre as quais, em princípio, todo mundo estava de acordo.¹⁴⁵

Temas, como a consolidação do Plano Real, a Revisão da Constituição, a Reforma Agrária, o desemprego e a retomada do crescimento econômico, estiveram presentes na grande imprensa, ao longo de toda campanha eleitoral. Ao longo desta, pudemos encontrar Lula “falando” no jornal Folha de São Paulo sobre o programa econômico, a criação de empregos e algumas políticas setoriais como o assentamento de famílias na realização da Reforma Agrária.¹⁴⁶ No que diz respeito à educação esta será veiculada pela imprensa relacionada diretamente com o programa de geração de empregos.

O PT promete criar pelo menos 8 milhões de empregos durante um eventual governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Para realizar esta meta, o programa petista quer ampliar o nível de investimento na economia brasileira dos 16% atuais para 25% (...). O tema é uma das prioridades do programa de governo de Lula (...). O governo também investiria em setores que poderiam criar muitos empregos, como saneamento básico, saúde, construção de estradas, educação e turismo.¹⁴⁷ (Grifos nossos)

A vinculação durante a campanha do setor educacional à política de geração de emprego é justificada pela queda constante de empregados no país. *Entre 1989 e 1995, a*

¹⁴⁴ Folha de S. Paulo, 26 abr. 1994. Painel, p. 1-3. Recuperado na <http://www.uol.com.br/bibliot>.

¹⁴⁵ RODRIGUES, Leôncio Martins. As eleições de 1994: uma apreciação geral. p. 73

¹⁴⁶ Folha de S. Paulo, 14 ago. 1994. Especial, p. 6. Recuperado na <http://www.uol.com.br/bibliot>.

¹⁴⁷ Folha de S. Paulo, 10 jun. 1994. Brasil, p. 1-9. Recuperado na <http://www.uol.com.br/bibliot>.

*quantidade de desempregados aumentou cerca de 16% em média a cada ano, um acréscimo de 442 mil pessoas por ano.*¹⁴⁸ Desta feita, é difundido um ideário de que a educação seria a responsável pela re(inserção) do trabalhador neste mercado de trabalho. Isto ocorre porque no Brasil o nível de escolaridade é historicamente baixo, mesmo em relação a países latino-americanos como a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, cujas médias giram em torno de 8,7; 7,8 e 4,9 anos respectivamente. No Brasil o índice de escolaridade é de 3,9 anos em média.¹⁴⁹ Segundo Salama, (...) *seja em razão das pressões de valorização do capital mais internacionalizado do que no passado ou devido às pressões de caráter técnico, a demanda de trabalho qualificado tende a aumentar rapidamente.*¹⁵⁰ Outro fator que auxilia o fortalecimento deste ideário é o de que

*entre 1980 e 1993, os empregados no país com curso colegial completo e superior aumentaram a sua participação relativa de 22,9 % para 38,8% no total dos trabalhadores empregados, enquanto o emprego de trabalhadores analfabetos e com primário incompleto reduziu sua participação relativa de 22,2% para 15,7%. Como a educação torna-se cada vez mais uma condição necessária para o emprego da mão-de-obra, a oferta de trabalho tende a estar mais identificada com a busca de maior qualificação profissional. A escolaridade passa a ser um recurso inadiável de elevação da qualidade da mão-de-obra, já que há correlação direta entre baixa escolaridade e baixa qualidade ocupacional, sem ser uma panacéia de resolução do problema do emprego nacional.*¹⁵¹

Na visão da **Folha de S. Paulo**, *a economia moderna, aberta e internacionalizada, gera empregos bons, isto é, bem remunerados, para trabalhadores bem educados.*¹⁵² Sabendo-se que um programa deva levar em consideração os problemas do país e propor meios para solucioná-los, na imprensa, o programa petista com relação à educação é interligado unicamente à possibilidade de solucionar o desemprego, como se suas propostas para este setor se resumissem a apenas este aspecto. Entretanto, a respeito da educação Lula, não esquecendo o seu cunho social, assinala: *a questão da educação é outra coisa que nós temos que resolver de imediato. Tentar estabelecer, no primeiro momento de governo, os critérios necessários para colocar as crianças na escola sem a*

¹⁴⁸ POCHMANN, Márcio. O trabalho sob fogo cruzado. p. 75.

¹⁴⁹ Ibid., p. 96.

¹⁵⁰ SALAMA, Pierre. Op. cit., p. 36.

¹⁵¹ Ibid., p. 96.

¹⁵² Folha de S. Paulo, 26 jun. 1994. Especial, p. 3. Recuperado na <http://www.uol.com.br/bibliot>.

*construção de prédios, porque não há dinheiro para construir.*¹⁵³

Ao colocar a educação como uma das primeiras preocupações de governo, Lula corrobora com o programa definitivo para o governo aprovado no 9º Encontro Nacional ocorrido entre 29 de abril e 1º de maio de 1994. Este setor está inserido no item 26 do capítulo 4, tendo como título “Educação: prioridade máxima”. O programa inicia contextualizando a educação no âmbito nacional.

*O Brasil tem cerca de 3,3 milhões de crianças na faixa etária dos sete aos quatorze anos, fora da escola, 18 milhões de analfabetos maiores de quinze anos e 25 milhões de pessoas maiores de dez anos semi-alfabetizadas.(...) Possui hoje, cerca de 1,5 milhão de estudantes universitários (...). Apenas 33,4% destes estudantes estão matriculados em instituições públicas e gratuitas (federais 20,4% e estaduais 13%, 1990). Os investimentos brasileiros em educação têm correspondido apenas a 3,9% do PIB (...)*¹⁵⁴

De acordo com o mencionado programa, a educação

*... deve contribuir para a realização da cidadania plena, da sobrevivência auto-sustentável, para o exercício cotidiano da cooperação e para o respeito ao desenvolvimento espiritual em todas as dimensões da vida social. Por essa razão, o governo valorizará e estimulará as experiências que contribuam para o processo de educação social visando as transformações que concorram para a construção de uma sociedade justa, pautada por valores éticos e de solidariedade.*¹⁵⁵

Podemos portanto, afirmar que esta visão de educação procura valorizar o conhecimento e a experiência do aluno. Busca desta forma,

*conhecer e explorar as inúmeras modalidades de educação do povo, as incontáveis experiências através das quais, fora das escolas, fora do “sistema oficial de ensino”, o povo da roça e da cidade reproduz os seus conhecimentos, valores de classe e comunidade. Partir disso, da experiências popular, das alternativas populares de sua própria educação.*¹⁵⁶ (Grifos do Autor)

O programa petista expunha igualmente a preocupação com uma educação crítica, defendida por educadores como Paulo Freire, e não somente a educação técnica,

¹⁵³ Folha de S. Paulo, 26 jun. 1994. Especial, p. 3. Recuperado na <http://www.uol.com.br/bibliot>.

¹⁵⁴ BASES do Programa de Governo Partido dos Trabalhadores, p. 60.

¹⁵⁵ Ibid., p. 61.

¹⁵⁶ BRANDÃO, Carlos R. Um plano popular de educação. p. 23.

prática. A educação humanista, portanto, tem aí um lugar importante. Aquela educação que *...tem sentido unicamente como educação dirigida a uma auto-reflexão crítica.*¹⁵⁷ Ao contrário da postura neoliberal, que apresenta a palavra empregabilidade como a chave para o sucesso da escola, pautada, por sua vez, na pedagogia da qualidade total,¹⁵⁸ a política educacional defendida pelo PT não se resume a isto, como a análise do programa de governo demonstra. Nesta perspectiva, a educação teria como propósito,

*valorizar a cooperação em detrimento da competição, a humanização do homem e da sociedade, visando possibilitar a primazia da justiça e da solidariedade e o exercício pleno da cidadania a partir do domínio do conhecimento que deve possibilitar a autonomia intelectual dos cidadãos e uma postura crítica e ativa na vida social.*¹⁵⁹

O referido programa, defende, portanto, uma coexistência entre as necessidades apresentadas pelo mercado de trabalho ocasionadas pelo contexto atual, sem torná-la refém do mercado, e a Pedagogia crítico-social defendida nos anos 60 por Paulo Freire cujas idéias originaram campanhas ao redor do país e do mundo em prol da educação para a cidadania. Para tanto, defende a criação de centros de alta qualidade que possam além de *...atender as demandas específicas e permanentes de qualificação de milhares de jovens e adultos, empregados ou desempregados,*¹⁶⁰ prepará-los não somente tecnicamente e instrumentalmente, mas que possam fazê-los apropriando-se *... de conhecimentos científicos e tecnológicos e de saberes culturais e sociais necessários à compreensão crítica da vida social, da evolução técnico-científica e da história do trabalho.*¹⁶¹

Desse modo trata-se de uma

*educação (...) que transcende ao mercado, a estrutura da ideologia neoliberal do "consenso de Washington". [Prima por uma educação que] diz respeito à formação do homem de forma plural, ao conhecimento, à cultura, aos valores, à participação política, enfim, ao capital sociocultural acumulado e em experimentação pela humanidade...*¹⁶²

¹⁵⁷ ADORNO, Theodor. Educação e emancipação. p. 121

¹⁵⁸ A este respeito ver GERMANO, José Willington. A transformação da questão social e a educação. p. 122; GENTILI, Pablo A. A. O discurso da "qualidade" como nova retórica conservadora no campo educacional. p. 111-178.

¹⁵⁹ BASES do Programa de Governo Partido dos Trabalhadores. Op. cit., p. 62.

¹⁶⁰ Ibid., p. 67.

¹⁶¹ Ibid., p. 67.

Esta tática de ataque por parte da coligação adversária, provocou um decréscimo das intenções de voto em Lula e um aumento substancial de FHC nas pesquisas eleitorais. Em julho de 1994, por exemplo, a pesquisa Datafolha divulgava que ambos estavam empatados estatisticamente com 32% para Lula e 29% para FHC.¹⁶³ Este resultado foi ampliado e, a um mês das eleições, FHC possuía 45% nas intenções de voto, contra 23% de Lula,¹⁶⁴ tornando claro que *à medida que a candidatura Fernando Henrique sobe nas pesquisas, já superando os 40% de intenções de voto, (...) deixa de ser a proposta de um partido ou de uma coligação de partidos para se transformar na expressão de um grande acordo nacional.*¹⁶⁵ Desta forma, em 03 de outubro de 1994, Fernando Henrique confirmava seu favoritismo e tornava-se o Presidente do Brasil eleito por 54,28% dos votos válidos. Lula recebeu a confiança de 27,04% do eleitorado brasileiro.¹⁶⁶

4.2. O Brasil Desempregado

Em reportagem publicada na Revista Carta Capital, a jornalista Adriana Wilner escreve:

*Estudantes indonésios marcham enquanto o Fundo Monetário Internacional (FMI) calcula que o quarto país mais populoso do mundo pode sofrer uma retração na sua economia de 20% neste ano. Cai Suharto. Trabalhadores coreanos cruzam os braços diante do plano da Hyundai de demitir 18% dos seus 45 mil empregados. Russos vivem o caos de uma economia que submergiu antes mesmo de brilhar entre os emergentes. Quebra-quebra em Genebra contra a globalização. No Brasil, fuga de capitais e marcha dos famintos. A imagem do deus mercado está trincada.*¹⁶⁷

Este é o cenário que perpassou todo o ano de 1998 no mundo. No Brasil,

¹⁶² GERMANO, José Willington. A transformação da questão social e a educação. p. 123.

¹⁶³ Folha de São Paulo, 29 jul. 1994. Brasil, p. 1-7. Recuperado na <http://www.uol.com.br/bibliot>.

¹⁶⁴ Folha de São Paulo, 02 set. 1994. Especial, p. 2. Recuperado na <http://www.uol.com.br/bibliot>.

¹⁶⁵ Folha de São Paulo, 04 set. 1994. Paineis, p. 1-3. Recuperado na <http://www.uol.com.br/bibliot>.

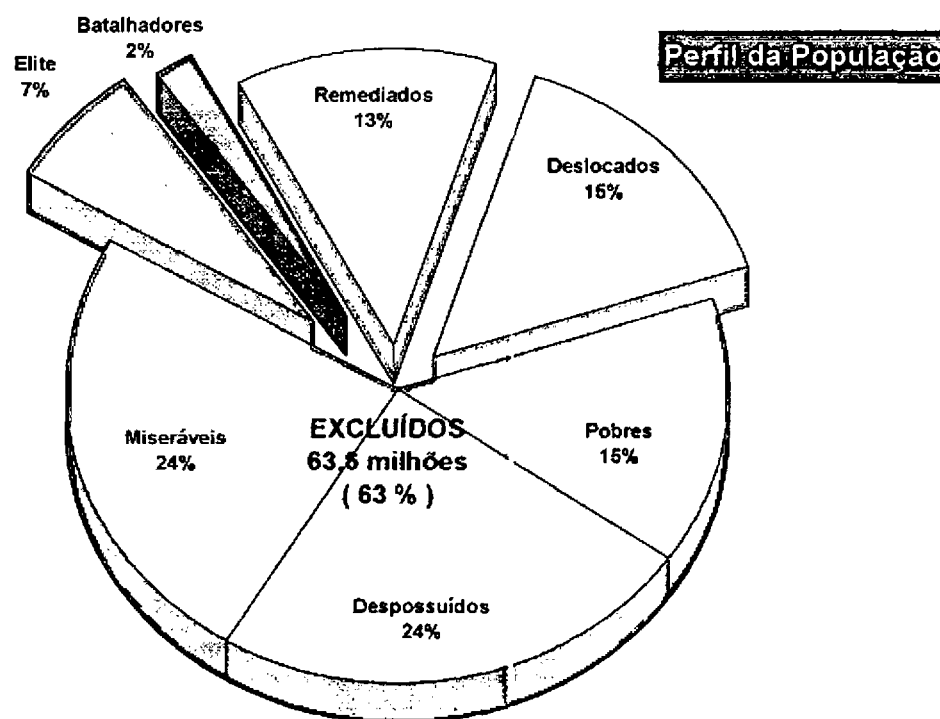
¹⁶⁶ Eleições 1994. Recuperado na http://www.tse.gov.br/eleicoes/eleicoes94/1_turno/pres_br.html.

¹⁶⁷ WILNER, Adriana. No fio da navalha. p. 28.

como o título sugere, referenciando-se ao livro de Jorge Mattoso¹⁶⁸, 1998 foi o ano em que a crise do desemprego chegou ao seu ponto crítico. O período compreendido entre 1995 e 1998, corresponde ao governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, eleito em 1994. Em seu governo o ideário neoliberal é implementado com toda a sua força.

Ao assumir o governo, o presidente Fernando Henrique Cardoso, centrou sua ação na implementação de reformas bem conhecidas preconizadas pelo Consenso de Washington; a estabilização econômica num quadro de equilíbrio de contas públicas, a privatização de empresas estatais, a liberalização comercial e a reordenação do Estado ao seu campo prioritário de atuação na prestação de serviços básicos, em particular em educação e saúde¹⁶⁹.

Estas medidas resultaram no agravamento das diferenças sociais, aumentando o índice de excluídos e desempregados no Brasil. No ano de 1998, os excluídos, englobando os pobres, despossuídos e miseráveis, perfaziam 63,6 milhões de pessoas.



Fonte: Folha de S. Paulo, 26 set. 1998. Especial, p. 3

¹⁶⁸ MATTOSO, Jorge. O Brasil Desempregado.

¹⁶⁹ ALCOFORADO, Fernando. Op. cit., p. 112.

Esta situação foi ocasionada pela má distribuição de renda no país, configurada, segundo pesquisa realizada e divulgada pelo jornal **Folha de S. Paulo**, como

*o grande divisor de águas na pirâmide social. [Mas] a educação é, (...) a principal causa da miséria. Dos 25 milhões de miseráveis, 83% são analfabetos funcionais (têm menos de quatro anos de estudo). Os outros 17% não completaram as oito séries do 1º grau. (...) Em resumo, os dados mostram que, se uma pessoa tiver 16 anos ou mais e for analfabeta funcional, ela tem mais de 80% de chances de ser também miserável.*¹⁷⁰

Desta forma, a educação é perpassada pela idéia de “empregabilidade”, a qual constitui também a palavra mágica que norteia os programas de qualificação [como exemplo podemos citar o Planfor], em si importantes, mas que transmitem uma carga de ilusões a quem está desempregado: a de que a elevação da qualificação torna o trabalhador empregável.¹⁷¹ Por outro lado, o ideário difundido por organismos como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional atribui a pobreza existente no Brasil e na América Latina ao baixo nível de escolaridade de suas populações.¹⁷² Desta feita, a idéia de empregabilidade relacionada com a educação, enfatizada na campanha presidencial de 1994, continuou sendo preconizada em 1998 com muito mais força. Influiria diretamente no jogo eleitoral e no programa educacional da Coligação “União do Povo Muda Brasil” composta pelo PT, PDT, PSB e PC do B, tendo por candidato Luiz Inácio Lula da Silva, em oposição ao candidato à reeleição Fernando Henrique Cardoso (PSDB, PFL, PTB e PPB).

A situação de crise vivenciada pelo Brasil permitiu que Lula iniciasse a disputa presidencial em uma situação relativamente estável. Em julho, uma pesquisa Datafolha apontava os dois principais candidatos como estando tecnicamente empatados - Lula com 30% e FHC com 34% das intenções de votos.¹⁷³ Em virtude da contínua queda de FHC, Lula ascende nas pesquisas. Como forma de inverter este quadro a imprensa entrou em campo e explorou como pontos negativos a Lula, a existência de divergências internas no PT, as relações existentes entre MST e PT¹⁷⁴, bem como negócios pessoais¹⁷⁵, como a

¹⁷⁰ Folha de S. Paulo, 26 set. 1998. Especial, p. 3.

¹⁷¹ GERMANO, José Willington. A transformação da questão social e a educação. p. 123.

¹⁷² GERMANO, José Willington. Globalização, Reestruturação do Estado e Políticas Neoliberais. p. 8-9.

¹⁷³ Folha de S. Paulo, 19 jul. 1998. Brasil, p. 1-12. Recuperado na <http://www.uol.com.br/bibliot>.

¹⁷⁴ Folha de S. Paulo, 04 set. 1998. Brasil, p. 1-5. Recuperado na <http://www.uol.com.br/bibliot>.

¹⁷⁵ Folha de S. Paulo, 27 ago. 1998. Especial, p. 6. Recuperado na <http://www.uol.com.br/bibliot>.

venda de um carro e a compra de um apartamento que para a imprensa não tinham ficado muito claros.

Desta forma, as invasões de terras defendidas pelo MST e pela CONTAG¹⁷⁶, a Reforma da Previdência¹⁷⁷, além do desemprego foram assuntos alvo de atenção especial no jornal Folha de S. Paulo. O desemprego foi muito veiculado, em virtude, de em 1998, os níveis de desemprego terem atingido números nunca dantes vistos. Somente na grande São Paulo havia 1,4 milhão de desempregados quando, em 1994, eram 1 milhão e o programa de FHC propugnava pela geração de empregos com maior estabilidade e segurança no trabalho.¹⁷⁸ *Em 1998, por exemplo, o Brasil registrou a quarta posição no ranking mundial do desemprego. No total de desempregados, o Brasil perdia apenas para a Índia, Indonésia e Rússia.*¹⁷⁹

A idéia de uma educação relacionada a empegabilidade não corresponde, portanto, à realidade. Em uma reportagem publicada na Folha de São Paulo foi divulgada uma pesquisa que afirmava: *as primeiras avaliações indicam que fazer cursos de formação e requalificação (...) altera pouco as chances de o desempregado conseguir uma nova colocação.*¹⁸⁰ É uma educação que, segundo pesquisas, sozinha não garante (re)inserção no mercado de trabalho. Para Pochmann,

*o desempregado com menor grau de escolaridade tem diminuída a sua participação relativa no total do desemprego. Em contrapartida, houve elevação na participação relativa no total do desemprego daqueles que possuem mais alta escolaridade. A situação aparenta ser mais difícil, especialmente para os trabalhadores com escolaridade entre o segundo grau completo e o terceiro incompleto. Na situação intermediária, encontram-se os desempregados com o primeiro grau completo e o segundo grau incompleto e o terceiro grau completo. Por conta disso, a educação, embora cada vez mais necessária, não se apresenta suficiente para garantir a todos o acesso adequado aos postos de trabalho no Brasil dos anos 90.*¹⁸¹

O desemprego apresentava-se, portanto, como o grande problema do ano de



¹⁷⁶ Em 04 de abril de 1998, o Presidente da Contag, Manoel dos Santos, defendeu o aumento do número de invasões de terras, afirmou seu apoio à Lula, mas disse que não usaria a entidade para fazer propaganda. (Folha de S. Paulo, 04 abr. 1998, Brasil, p. 1-12. Recuperado na <http://www.uol.com.br/bibliot.>)

¹⁷⁷ A este respeito ver Folha de S. Paulo, 13 maio 1998, Brasil, p. 1-5; 14 maio 1998, Brasil, p. 1-4. Recuperados na <http://www.uol.com.br/bibliot.>

¹⁷⁸ Folha de S. Paulo, 04 jan. 1998, Brasil, p. 1-11. Recuperado na <http://www.uol.com.br/bibliot.>

¹⁷⁹ POCHMANN, Márcio. O fenômeno do desemprego no Brasil: diagnóstico e perspectivas. p. 4.

¹⁸⁰ Folha de S. Paulo, 01 maio 1998. Especial, p. 9. Recuperado na <http://www.uol.com.br/bibliot.>

¹⁸¹ POCHMANN, Márcio. O fenômeno do desemprego no Brasil: diagnóstico e perspectivas. p. 9-10.

1998 a ser enfatizado pelo presidente-candidato à reeleição: Fernando Henrique Cardoso. Este constituiu um dos temas mais veiculados pela imprensa no período, a saber, o fato do presidente ser candidato, principalmente em virtude das acusações de uso da máquina do governo em benefício da campanha de FHC.¹⁸²

Assim, a exemplo de 1994, a imprensa em 1998 igualmente não primou por um amplo debate sobre educação. Isto porque

... a questão educativa não resulta num tema polêmico que incite a publicação de grandes notas ou opiniões, o fato de receber uma certa dedicação por parte dos jornais constitui por si um dado importante, já que como tem sido demonstrado, enquanto alguns temas são mais acolhidos, outros só irão aparecer de uma maneira tangencial e escassa. Os de maior presença inserem-se como causa ou produto, em temas coletivos que de forma direta ou indireta tem a ver com os processos políticos, já que podem chegar a traduzir-se em demandas ou questionamentos aos concorrentes nos processos eleitorais.¹⁸³

A educação esteve, portanto, ao longo de todo o pleito subordinada a temáticas como desemprego, sendo suprimida em favor de temas mais ligados à economia do país como a reforma previdenciária. Desta feita, a visão petista de educação foi vinculada de modo muito mais agressivo à questão do desemprego que perpassava o país, este sim considerado de modo urgente o assunto da pauta,¹⁸⁴ apesar de não ter deixado relegado a um segundo plano o aspecto social da mesma. Isto porque uma das metas da Coligação União do Povo era distribuir cerca de 4 milhões de bolsas-escola para manter as crianças na escola e garantir uma educação pública e gratuita.¹⁸⁵ Desta forma, Lula *articula seu trabalho em torno de dois temas básicos: a geração de empregos e a garantia da educação pública e gratuita.*¹⁸⁶

Em entrevista concedida a Folha de São Paulo, Lula assinalou: *Na educação,*

¹⁸² Folha de S. Paulo, 01 fev. 1998. Brasil, p. 1-5. Recuperado na <http://www.uol.com.br/bibliot>.

¹⁸³ *... la cuestión educativa no resulta un tema polémico, que incite a la publicación de grandes notas y opiniones, el hecho de que reciba cierta dedicación por parte de los diarios constituye de por si un dato importante, ya que como ha quedado mostrado, mientras algunos temas son más atendidos, otros sólo aparecen de manera tangencial y escasa. Los de mayor presencia se insertan, como causa o producto, entemarios colectivos que de forma directa o indirecta tienen que ver con los procesos políticos, ya que pueden llegar a traducirse en demandas o cuestionamientos a los concurrentes en los procesos electorales.* (ARAGÓN, Virgilio Alvarez. Educación y prensa en el contexto electoral: un estudio comparado Argentina, Brasil y México. p. 106).

¹⁸⁴ Folha de S. Paulo, 09 set. 1998. Opinião, p. 1-3. Recuperado na <http://www.uol.com.br/bibliot>.

¹⁸⁵ Folha de S. Paulo, 07 jul. 1998. Brasil, p. 1-4. Recuperado na <http://www.uol.com.br/bibliot>.

¹⁸⁶ Folha de S. Paulo, 20 jul. 1998. Brasil, p. 1-6. Recuperado na <http://www.uol.com.br/bibliot>.

vamos superar o analfabetismo.¹⁸⁷ E acrescenta a respeito da qualidade ou quantidade na educação:

Quantidade com qualidade, (...) Há 30,5 milhões matriculados no ensino fundamental. Além disso, se a gente considerar apenas os jovens entre 7 e 14 anos que não freqüentam escola, mas já freqüentaram, vamos encontrar perto de 1,5 milhão. E, se incluirmos os que não freqüentam e nunca freqüentaram, temos mais 1,2 milhão. A permanência dos estudantes na escola exige a transformação qualitativa desta, mas também a criação de condições econômicas para que as famílias mantenham seus filhos na escola, fora do mercado de trabalho. É por isso que assegurar uma complementação de renda às famílias carentes e comprometê-las com a freqüência escolar de seus dependentes é fundamental.¹⁸⁸

Desta forma, apesar de levar em consideração os problemas com o mercado de trabalho e utilizar a educação como um dos meios de solucioná-lo, os ideais do partido no que concerne às políticas educacionais, ainda puderam ser percebidos nesta fala. Para o Partido a qualidade de uma escola não deve ser medida pela quantidade de conteúdos trabalhados.¹⁸⁹ O programa Lula-98 defendia que em seu governo (...) *a escola - hoje distante da comunidade - será transformada em um um espaço privilegiado, onde as crianças aprendam, os pais participem ativamente de sua gestão e a comunidade usufrua suas instalações para atividades culturais e esportivas.*¹⁹⁰

Acrescenta ainda que

(...) a educação ganhará qualidade e atenderá às necessidades da grande maioria da sociedade a partir de três princípios: democratização do acesso e garantia de permanência, democratização da gestão escolar, articulação dos valores culturais locais e regionais com a ciência e a cultura universalmente produzidas.¹⁹¹

Neste tópico podemos perceber uma clara modificação nos escritos do partido a respeito do público alvo a ser atingido a partir desta política educacional. Quando da sua fundação, os escritos sobre educação do partido defendiam claramente a educação voltada quase exclusivamente para o trabalhador.¹⁹² *Como princípio, o PT defende o ensino*

¹⁸⁷ Folha de S. Paulo, 02 out. 1998. Especial, p. 8. Recuperado na <http://www.uol.com.br/bibliot>.

¹⁸⁸ Folha de S. Paulo, 02 out. 1998. Especial, p. 8. Recuperado na <http://www.uol.com.br/bibliot>.

¹⁸⁹ GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. Op. cit., p. 191.

¹⁹⁰ PROGRAMA de Governo - Diretrizes - Educação. p. 1.

¹⁹¹ Ibid., p. 1.

¹⁹² BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Um plano popular de educação. p. 19.

*público e gratuito em todos os níveis, voltado para as necessidades dos trabalhadores.*¹⁹³

Contudo, em 1998, a política defendida passou a abranger a grande maioria da sociedade e não somente uma classe específica. Esta modificação ocorreu em virtude da transformação do perfil do eleitor do PT. Afinal a maioria de seu eleitorado não é composto pelos trabalhadores, mas sim pela classe média urbana,¹⁹⁴ segmento que não podia ser descartado de seu programa.

O compromisso com o aspecto social da educação permaneceu muito presente na visão de educação que perpassou o programa petista em 1998.

*Para que a escola produza e difunda conhecimentos e elabore um novo projeto educacional é necessário que educadores e alunos tenham acesso à produção científica, tecnológica, filosófica e artística da humanidade; a escola leve em consideração a experiência intelectual dos alunos e respeite as diferenças físicas, culturais, de gênero, étnicas, religiosas ou ideológicas, fazendo da diversidade um elemento enriquecedor das relações humanas e da aprendizagem.*¹⁹⁵ (Grifos nossos)

Se compararmos esta visão com a defendida no I Encontro Nacional de Educação do PT ocorrido em 1989, veremos que o partido continua reafirmando sua postura e sua preocupação com a qualidade e os princípios que devem nortear a educação. *Para o PT a educação nacional deve ser inspirada nos princípios de liberdade, solidariedade e igualdade social e pautada no trabalho social enquanto princípio educativo, fonte de riqueza e bem-estar universais*¹⁹⁶. (Grifos nossos)

Por outro lado, a preocupação com os aspectos práticos da educação, influência direta dos altos índices de desemprego presentes no Brasil, encontrava-se igualmente presente no programa. No que concerne aos investimentos nesta área frisou:

*A escolaridade é uma variável que interfere nas possibilidades de inserção no mercado de trabalho e na renda. A renda dos trabalhadores escolarizados aumenta em relação aos de menor escolaridade. Na grande São Paulo, por exemplo, a diferença de renda entre os trabalhadores que têm um ciclo escolar completo e os que não o completaram é de 44%. Vale ressaltar, no entanto, que o investimento em educação, para provocar o impacto desejado, será acompanhado de uma nova política de geração de emprego.*¹⁹⁷ (Grifos nossos)

¹⁹³ GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. Op. cit., p. 193.

¹⁹⁴ ALMEIDA, Jorge. Op. cit., p. 48.

¹⁹⁵ PROGRAMA de Governo - Diretrizes - Educação. p. 1.

¹⁹⁶ GADOTTI, Moacir; PEREIRA, OTaviano. op. cit. p. 195.

¹⁹⁷ PROGRAMA de Governo - Diretrizes - Educação. p. 3.

Desta forma, o PT a exemplo de 1994, não concebe como causa do desemprego vivenciado atualmente no mundo, somente a falta de escolaridade. Segundo Germano, *atribuir à educação, ao sistema educacional o poder de resolver a questão do desemprego e da pobreza significa conceder uma autonomia ao planejamento educacional com relação ao sistema ocupacional, autonomia que ele não possui.*¹⁹⁸ Este não é o intuito do PT. Em seus programas, a educação não é, portanto, refém do mercado de trabalho. Todavia, a importância desta relação (educação-mercado de trabalho) igualmente não é descartada. Por isto as referências à políticas de geração de emprego, sem reduzi-la, contudo, a esta dimensão, e muito menos atribuindo à mesma funções miraculosas.

Sofrendo ataques pessoais constantes da grande imprensa,¹⁹⁹ a campanha de Lula foi então minada, o que abalou a confiança que o eleitor estava depositando em sua figura. Desta feita, apesar da crise que rondava o país, nas eleições de 04 de outubro de 1998, o quadro apresentado foi o seguinte:

Candidato	Partido	Votação	Válidos
45 Fernando Henrique Cardoso	PSDB	35.936.540	53,06%
13 Luiz Inácio Lula da Silva	PT	21.475.218	31,71%
23 Ciro Ferreira Gomes	PPS	7.426.190	10,97%
56 Eneas Ferreira Carneiro	PRONA	1.447.090	2,14%
33 Ivan Moacyr da Frota	PMN	251.337	0,37%
43 Alfredo Hélio Syrkis	PV	212.984	0,31%
16 José Maria de Almeida	PSTU	202.659	0,30%
70 João de Deus Barbosa de Jesus	PT do B	198.916	0,29%
27 José Maria Eymael	PSDC	171.831	0,25%
19 Thereza Tinajero Ruiz	PTN	166.138	0,25%
20 Sérgio Bueno	PSC	124.569	0,18%
31 Vasco Azevedo Neto	PSN	109.003	0,16%

Fonte: TSE.

¹⁹⁸ GERMANO, José Willington. A transformação da questão social. p. 124.

¹⁹⁹ Ao contrário do ano de 1994, o Programa de Governo de Lula não sofreu críticas por parte da imprensa.

em 1998



5 - *Considerações Finais*

O PT não separa educação de política, o educar do ser educado.

Moacir Gadotti

Ao longo deste trabalho pudemos observar rapidamente como o PT cresceu e transformou-se nestes vinte anos de existência. Quando da realização de seu primeiro Encontro Nacional em agosto de 1981, Lula em discurso defendia a adoção do socialismo como bandeira de luta²⁰⁰, em seu II Congresso Nacional realizado em 1999, a expressão do dia era Revolução Democrática.²⁰¹

Inicialmente tratamos de conceituar rapidamente “partido político” para com isso demonstrar que podemos considerar o PT como um partido de massas que pode ser adequado à concepção de Duverger no que diz respeito ao aspecto organizacional e considerado uma exceção no quadro partidário brasileiro. Segundo Meneguello as proposições de Duverger validam o modelo que interliga a ideologia dos partidos de esquerda e as principais características dos partidos de massa: Quais sejam: uma origem extraparlamentar, calcada primordialmente em movimentos sociais; uma organização interna intensa; uma forte articulação estrutural; uma centralização nacional; rigorosos requisitos para filiação; a existência de uma certa doutrina.²⁰²

↳
Nesse sentido, segundo a concepção de Duverger, a novidade do PT é ter sido, sob o aspecto organizacional, o primeiro partido de massas criado no Brasil: o PT é um partido de origem externa, extraparlamentar, de caráter societário; apresenta uma proposta definida de inserção da classe trabalhadora no sistema político; sua estrutura interna fundamenta-se em núcleos de base, órgãos básicos de trabalho e integração partidária; seu funcionamento interno define-se pela intensa articulação entre os órgãos estabelecidos de forma hierárquica. Quanto à participação, o PT define-se, em certo sentido, pela idéia “integralista” de partido: visa uma profunda integração com seus membros através de atividades políticas e tarefas de organização permanentes, fora dos períodos eleitorais (reuniões, debates, festas, contribuições financeiras periódicas, edição de boletins e jornal etc.).²⁰³ (Grifos do Autor)

A seguir nos reportamos ao quadro político-partidário em que surge o Partido dos Trabalhadores, originado em um contexto de reformulação partidária

²⁰⁰ RESOLUÇÕES de encontros e Congressos, p. 114.

²⁰¹ II CONGRESSO NACIONAL. Resoluções. p. 2.

²⁰² MENEGUELLO, Rachel. PT: a formação de um partido, 1979-1982. p. 34.

²⁰³ Ibid., p. 36.

proporcionada pelos militares. Na história dos partidos políticos brasileiros, tivemos inúmeras reformas partidárias, responsáveis pelo surgimento de partidos vários, o PT teria sido apenas mais um dentre muitos. *Com efeito, entre 1889 e 1979, respectivamente o marco da República e a data do retorno ao pluripartidarismo depois do golpe militar de 1964, nossa história partidária configura-se como um reflexo das estratégias do poder central.*²⁰⁴ Entretanto, mesmo nesta “tradição” que poderia impedir ou prejudicar o surgimento de partidos classistas, surge um partido externo aos quadros parlamentares já existentes - O PT.

*Mesmo com um exíguo espaço legal para a formação de novos partidos, imposto pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos, o PT moldou-se de forma diferenciada. Sua origem é o primeiro elemento que o destaca no quadro histórico-partidário brasileiro: o PT organizou-se em torno das mobilizações do “novo sindicalismo”; de parte dos movimentos urbanos desenvolvidos sobretudo a partir da década de 70; de setores da intelectualidade e da classe política de oposição envolvidos com o debate da reforma partidária; e de alguns grupos de esquerda.*²⁰⁵ (Grifos do Autor)

Posteriormente, observamos como o contexto histórico da década de 1990 influenciou a construção do programa educacional do partido nas eleições majoritárias para presidente da República nos anos de 1994 e 1998. Como outro fator de mudança, além deste, podemos considerar igualmente o próprio jogo eleitoral, que proporcionou uma mudança no quadro ideológico do partido, advindo de sua decisão de adentrar nas disputas eleitorais permitindo a modificação em seu discurso, principalmente no concernente à educação, como pudemos verificar.

Esta decisão de adentrar no campo inimigo – o jogo eleitoral - deu-se em virtude do partido, a exemplo dos partidos socialistas europeus, ter tido a oportunidade de escolha - lutar aberta e francamente contra o capitalismo, ou vencê-lo a partir de suas próprias instituições políticas - as eleições. *Construir uma sociedade dentro da sociedade não bastava; fazia-se necessária a conquista do poder político.*²⁰⁶

Tivemos portanto, a manutenção de algumas propostas tradicionais no que refere-se à educação, mas também a incorporação de outras, o que fez com que a visão de educação atualmente defendida pelo partido mudasse, ou seja, deixasse de ser uma visão

²⁰⁴ Ibid., p. 37.

²⁰⁵ Ibid., p. 40-41.

puramente humanista. A visão de educação do partido está agora imbuída, além do teor social, de características utilitárias, pragmáticas.

Isto porque o discurso teve que ser modificado em virtude das pretensões de ganhar ~~as~~ eleições. Segundo Pzeworski, *apesar de toda a ambivalência, (...) os socialistas ingressaram na política burguesa para ganhar eleições...*²⁰⁷ É o velho e o novo coexistindo paradoxalmente no plano histórico.

²⁰⁶ PRZEWORSKI, Adam. Capitalismo e Social Democracia. p. 20.

²⁰⁷ Ibid., p. 29.



6 - *Fontes e Bibliografia*

6.1. Fontes

6.1.1. Documentos Partidários

DIRETÓRIO Nacional do PT. Secretaria Nacional de Formação Política. Resoluções de encontros e congressos (1979-1998). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

DIRETÓRIO Nacional do PT. Secretaria Nacional de Formação Política. Agenda dos Mandatos Petistas. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

DIRETÓRIO Nacional do PT. Secretaria Nacional de Formação Política. II Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores. Resoluções. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

DIRETÓRIO Nacional do PT. Secretaria Nacional de Formação Política. Bases do Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores. Rio de Janeiro, 1994 (digitado).

DIRETÓRIO Nacional do PT. Secretaria Nacional de Formação Política. Programa de Governo. Diretrizes. Educação. Rio de Janeiro, 1998 (digitado).

6.1.2. Jornais

FOLHA de São Paulo. São Paulo, jan./dez. 1994. Disponível na Internet via www.uol.com.br/bibliot. Arquivo capturado em 22 de março de 2000.

FOLHA de São Paulo. São Paulo, jan./dez. 1998. Disponível na Internet via www.uol.com.br/bibliot. Arquivo capturado em 22 de março de 2000.

6.1.3. Documentos Gerais

ELEIÇÕES 1998. Presidente da República. 1º turno. Resultado Final Nacional. [on line] Disponível na Internet via www.tse.gov.br/eleicoes/eleicoes98/divulgacao/pres_br.html. Arquivo capturado em 04 de maio de 2000.

PARTIDOS políticos. [on line] Disponível na Internet via www.tse.gov.br/partidos/historico/historico. Arquivo capturado em 04 de maio de 2000.

POCHMANN, Márcio. **O fenômeno do desemprego no Brasil: diagnóstico e perspectivas**. Documento elaborado para o CRUB, set./99.

POMAR, Valter. **Socialismo ou barbárie: documentos da Articulação de Esquerda (1993-1999)**. São Paulo: Viramundo, 2000.

WILNER, Adriana. No fio da navalha. **Carta Capital**. São Paulo, n. 75, 10 jun. 1998.

6.2. Bibliografia

ADORNO, Theodor. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ALCOFORADO, Fernando. **De Collor a FHC: o Brasil e a nova (des)ordem mundial**. São Paulo: Nobel, 1998.

ALMEIDA, Jorge. **Como vota o brasileiro**. [s.l.]: Casa Amarela, [s.d.].

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo editorial, 2000.
- ARAGÓN, Virgílio Alvarez. Educación y prensa en el contexto electoral: un estudio comparado Argentina, Brasil y México. **Educação e Sociedade**, Campinas, n. 58, p. 84-121, jul. 1997.
- AZÊVEDO, Alessandro Augusto de. **Sem medo de dizer não**: o PT e a política no Rio Grande do Norte. Natal: UFRN, 1997. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais).
- BRANDÃO, Carlos R. Um plano popular de educação. In: DAMASCENO, Alberto et al. **A educação como ato político partidário**. São Paulo: Cortez, 1989.
- BENEVIDES, Maria Victória. **O governo Kubitschek**: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 12. ed. Brasília: UnB, 1999. (V.2.)
- BRUM, Argemiro J. **Democracia e partidos políticos**. Porto Alegre: Unijuí, 1988. (Coleção Ciências Sociais).
- CAMPELO DE SOUZA, Maria do Carmo Carvalho. Evolução e crise do sistema partidário. In: FLEISCHER, David Verge (org.). **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: UnB, 1981.
- CASANOVA, Pablo Gonzalez. A exploração global. **Novos Estudos**, v. 13, n. 28, p. 16-25, out. 1998.

- CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luis Eduardo W.; BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 1997.
- CERRONI, Umberto. Para una teoria del partido politico. In: CERRONI, Umberto, et al. **Teoria marxista del partido politico**. 10. ed. México: Siglo XXI, 1987.
- CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros**. 3. ed. Brasília: UnB, 1998.
- COVRE, Maria de L. Mazini. **Capitalismo monopolista no Brasil: uma abordagem social**. São Paulo: Garilli Gráfica e Editora, 1989.
- DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- FERNANDES, Marcos. **O PT no Acre: a construção de uma terceira via**. Natal: UFRN, 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais).
- FERREIRA NETO, Edgard Leite. Os partidos políticos no Brasil. In: FLEISCHER, David (org.). **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: UnB, 1981. (V. 1)
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1980.
- FRANCO, Augusto de; COUTINHO, Carlos Nelson; ALMEIDA, Jorge; PAULO NETTO, José; KONDER, Leandro; GARCIA, Marco Aurélio; ROLIM, Marcos; LÖWY, Michael; ROMANO, Roberto; ROCHA, Ronald; GENRO, Tarso. O PT e o Marxismo. **Cadernos de Teoria e Debate**, São Paulo, 1991.
- GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. **Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Cortez, 1989.

GENTILI, Pablo A. O discurso da “qualidade” como nova retórica conservadora no campo educacional. In: GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GERMANO, José Willington. Globalização, reforma do estado e políticas educacionais neoliberais na América Latina. In: CABRAL NETO, Antônio; ALMEIDA, Maria Doninha de (orgs.). **Estado e política educacional**. Natal: EDUFRN, 1997. (Coleção EPEN, v. 4)

_____. A transformação da questão social e a educação. In: BAGNATO, Maria Helena S; COCCO, Maria Inês M.; DE SORDI, Mara Regina L. (orgs.). **Educação, saúde e trabalho: antigos problemas, novos contextos, outros olhares**. São Paulo: [s.n.], 2000.

_____. **Globalização, reestruturação do estado e políticas neoliberais**. Natal, 1997 (digitado).

GRACINDO, Regina Vinhaes. **O escrito, o dito e o feito: educação e partidos políticos**. Campinas: Papyrus, 1994.

GURGEL, Cláudio. **Estrelas e borboletas: origens e questões de um partido a caminho do poder**. Rio de Janeiro: Papagaio, 1989.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido, 1979-1982**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. Partidos e tendências de comportamento: o cenário político em 1994. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado**: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MORIN, Edgar. A aventura desconhecida. **Le Monde**, 23 ago. 1996. p. 10.

OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. **Trabalho e política**: as origens do Partido dos Trabalhadores. Petrópolis: Vozes, 1988.

OLIVEIRA, Francisco de. Qual é a do PT? In: SADER, Emir. **E agora PT**: caráter e identidade. São Paulo: Brasiliense, [s.d.].

_____. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RODRIGUES, Leôncio Martins. As eleições de 1994: uma apreciação geral. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, p. 71-92, 1995.

SADER, Emir. **E agora PT**: caráter e identidade. São Paulo: Brasiliense, [s.d.].

_____. A hegemonia neoliberal na América Latina. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SALAMA, Pierre. **Pobreza e exploração do trabalho na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 1999.

SANDROME, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Bestseller, 1999.

SOLA, Lourdes. O golpe de 37 e o estado novo. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. 19. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

SILVA, Rosângela de Oliveira. **Educação e pobreza no Brasil**: um estudo sobre o PRODASEC-PRONASEC (1980-1985) e o Comunidade Solidária (1995-1997). Natal: UFRN, 1998. Monografia (Especialização em Educação).

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Brasil, em direção ao século XXI. In: LINHARES, Maria Yedda (org.) **História geral do Brasil**. 8. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

1910.0

7 - Anexos

PL



1994 LULA PRESIDENTE

**UMA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA NO
BRASIL**

**BASES DO PROGRAMA DE GOVERNO
PARTIDOS DOS TRABALHADORES**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

CAPITULO I

A CRISE BRASILEIRA E A ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA E POPULAR

1. Exclusão: fenômeno recorrente em nossa história
2. Queremos uma modernidade ética, uma modernidade dos fins
3. A crise e a possibilidade de um programa de caráter transformador
4. Vivemos dificuldades semelhantes às de outros latino-americanos
5. A vitória do PT em 94: mudar radicalmente o Brasil

CAPITULO II

POLITICA, CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR

6. Participação popular
7. 7.A cidadania das mulheres
8. A cidadania dos negros
9. Contra a discriminação por orientação sexual
10. Povos indígenas e a política
11. Portadores de deficiência
12. Crianças e adolescentes
13. Juventude
14. Terceira idade
15. Relações de trabalho democráticas
16. Liberdade religiosa
17. Democratização da comunicação
18. Violência e crime

CAPITULO III

REFORMA E DEMOCRATIZAÇÃO DO ESTADO

19. Reformas do sistema de representação
20. Combate à corrupção
21. A Reforma administrativa
22. A reforma do Judiciário
23. Política externa
24. Defesa e Forças Armadas

CAPÍTULO IV

MUDAR A VIDA

25. Cultura como invenção do futuro
26. Educação: prioridade máxima

27. Seguridade Social
28. Política urbana e regional
29. Direito à cultura esportiva

CAPITULO V

BASES ECOLÓGICAS DO PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

30. Assumir nova visão de economia
31. Patrimônio genético e biodiversidade, uma questão estratégica
32. Programa para as grandes questões ambientais nacionais
33. Educação Ambiental
34. Informação e participação dos cidadãos

CAPÍTULO VI

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFRA-ESTRUTURA

35. Ciência e tecnologia
36. Política energética
37. Telecomunicações
38. Reconstruir em novas bases o Sistema Nacional de Transportes

CAPÍTULO VII

TRANSFORMAR A ECONOMIA E A SOCIEDADE CONSTRUINDO A NAÇÃO

39. Desenvolvimento com distribuição da riqueza, da renda e do poder
40. Salário, emprego e distribuição de renda
41. Reestruturar a produção
42. Um programa para a agricultura brasileira
43. Política mineral e geologia
44. Reforma do Estado e economia
45. Relações soberanas e solidárias com a economia mundial
46. Sistema financeiro a serviço do desenvolvimento social
47. Combate à inflação combinado com desenvolvimento e distribuição de renda
48. Turismo
49. A questão do nordeste tem uma dimensão nacional
50. Projeto para a Amazônia
51. Que a riqueza social seja apropriada por quem a produz



PT.DOC - SECRETARIA NACIONAL DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

R. Silveira Martins, 132 - Centro- CEP 01019-000- São Paulo SP - Brasil - Tel.(+5511)233-1313
Fax(+5511)233-1391 - E-mail: PTSNAI@NUTEUNET.COM.BR

interfaces para a concretização de um projeto político unitário.

O binômio educação-cultura propiciará a ocupação cultural da infra-estrutura nacional de educação (escolas, universidades, centros de pesquisa), estimulando o intercâmbio da experiência e do conhecimento em ambos os setores, ampliando a irradiação, a produção e o acesso aos bens culturais;

O vínculo cultura-tecnologia/ciência garantirá à criação cultural, a alteração com novos meios e instrumentos tecnológicos, provendo a atividade cultural em seus esforços de experimentação e invenção.

O vínculo cultura/telecomunicações permitirá o acesso dos produtores culturais aos meios e instrumentos para seu trabalho, a ampliação em âmbito nacional da difusão da cultura, contrapondo-se aos padrões consagrados pelo mercado, rompendo as barreiras impostas pelos monopólios vigentes na mídia.

Nessa perspectiva de interação da cultura, educação, tecnologia e telecomunicações:

- traçar políticas setoriais de artes cênicas, cinema, disco, livro, rádio, televisão, vídeo, música, artes plásticas, gráficas e visuais, criando programas para a formação artística e para o aperfeiçoamento técnico nas diferentes áreas.
- implementar uma política de patrimônio histórico e ambiental, inseparável do conceito de direito à memória e à cidadania cultural, inscritos na diferença, na luta e conflitos sociais;
- criar ou reformular órgãos e instituições de caráter público capazes de operar na dinâmica da atividade cultural, tendo em vista a produção e a circulação de bens culturais, evitando novas formas de tutela do Estado ou de práticas clientelistas;
- priorizar a democratização e o fortalecimento do Conselho Nacional de Cultura e do Conselho de Comunicação Social como um dos instrumentos legítimos de participação e de representação da sociedade nas decisões governamentais;
- promover a descentralização da gestão cultural considerando a diversidade da produção e as especificidades de cada região;
- disseminar por todo o país a criação de Centros de Arte e Cultura que facilitem o acesso e a participação no processo cultural. Baseados em estruturas simples, flexíveis e dinâmicas, estes centros devem ocupar preferencialmente os locais de convivência e de exercício da cidadania organizados ou freqüentados pela população, facilitando a troca e o aprendizado das mais diferentes manifestações e experiências culturais;
- propor linhas de crédito, incentivos fiscais e outras formas de financiamento para viabilização da atividade cultural;
- coordenar e incentivar o intercâmbio de bens culturais no âmbito internacional, em ação articulada com o Ministério das Relações Exteriores favorecendo a cooperação técnica e artística;
- propiciar a reflexão permanente sobre as questões culturais, estimulando a crítica sobre a ação do governo por meio de fóruns, centros de estudos e debates, ONGs de cultura, iniciativas espontâneas da sociedade que deverão merecer o total apoio do Governo Democrático e Popular.

26 - Educação: prioridade máxima

O Brasil tem cerca de 3,3 milhões de crianças, na faixa etária dos sete aos quatorze anos, fora da escola, 18 milhões de analfabetos maiores de quinze anos e 25 milhões de pessoas maiores de dez anos semi-alfabetizadas. Dentre os não-alfabetizados, temos duas vezes mais negros do que brancos.



PT.DOC - SECRETARIA NACIONAL DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

R. Silveira Martins, 132 - Centro- CEP 01019-000- São Paulo SP - Brasil - Tel. (+5511)233-1313
 Fax (+5511)233-1391 - E-mail: PTSNAI@NUTECNET.COM.BR

O Brasil possui, hoje, cerca de 1,5 milhão de estudantes universitários (1.540.080 em 1990), número muito pequeno se compararmos, por exemplo, com a Argentina que tem, proporcionalmente, quatro vezes mais estudantes universitários. Apenas 33,4% destes estudantes estão matriculados em instituições públicas e gratuitas (federal s 20,4% e estaduais 13%, 1990). Os investimentos brasileiros em educação têm correspondido apenas a 3,9% do PIB, muito inferiores aos de outros países que já garantiram a universalização do acesso ao ensino fundamental e médio.

Esta situação é resultante da política educacional desenvolvida na década de 70 pelos governos militares—marcada por duas grandes reformas do ensino, a Reforma Universitária e a Reforma do Ensino de 1° e 2° graus—, e das ações tópicas e parciais desenvolvidas desde a década de 80, que mesclam iniciativas de inspiração neoliberal com o pragmatismo dos partidos políticos conservadores e populistas, cuja ação se reduz à "política do espetáculo", visando assegurar a sua sobrevivência eleitoral.

A ineficiência e a má qualidade da educação pública têm como principais causas:

- inexistência de uma política nacional construída a partir da parceria com os setores organizados da sociedade civil e com os executivos e legislativos das três esferas de poder, que contemple as diversidades e heterogeneidades regionais;
- a ruptura de orientação a cada mudança de governo, o que gera desperdício de recursos materiais e humanos, paralisia e acomodação dos sistemas, das escolas e universidades;
- desperdício de recursos públicos em função do mau gerenciamento dos mesmos e da estrutura burocratizada e morosa das estruturas administrativas dos vários sistemas;
- os baixos investimentos públicos decorrentes da política posta em prática pela ditadura militar e aprofundada pela adoção do receituário neoliberal pelos governos que sucederam os gerais;
- os baixos investimentos resultantes da redução da capacidade de financiamento e investimento do Estado como fruto do modelo de desenvolvimento e das políticas econômicas;
- a sistemática de planejamento dos órgãos administrativos dirigentes dos sistemas (ministérios, secretarias e departamentos), autoritária e tecnicista que despreza as unidades-fim do sistema (as escolas) e as torna desaguadouros de políticas centrais e não o seu ponto de partida;
- os baixos salários pagos a educadores e docentes e a ausência de políticas salariais;
- a estrutura das carreiras e jornadas de trabalho de educadores e docentes que, sobretudo, no caso da educação básica, privilegiam a regência de classe em detrimento do trabalho extra-classe inerente às funções pedagógicas;
- os currículos e programas que desprezam no seu desenvolvimento a realidade social, cultural, afetiva e cognitivados educandos;
- a ausência de política sistemática de manutenção dos prédios escolares e universidades, bem como de provimento de materiais;
- a ausência de autonomia das escolas para definir seus métodos, programas e ações pedagógicas;
- a ausência de participação e decisão efetiva da comunidade escolar e da sociedade na gestão das escolas, universidades e conselhos municipais e estaduais de educação.



PT.DOC - SECRETARIA NACIONAL DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS
 R. Silveira Martins, 132 - Centro- CEP 01019-000- São Paulo SP - Brasil - Tel.(+5511)233-1313
 Fax(+5511)233-1391 - E-mail: PTSNAI@NUTECNET.COM.BR

Diretrizes gerais: nossa visão de educação

O Governo Democrático e Popular realizará uma verdadeira revolução na educação do país.

Para que os padrões de desenvolvimento, crescimento e cidadania que propomos se efetivem, a educação deverá ser uma prioridade nacional.

A educação, para o Governo Democrático e Popular, deve contribuir para a realização da cidadania plena, da sobrevivência auto-sustentável, para o exercício cotidiano da cooperação e para o respeito ao desenvolvimento espiritual em todas as dimensões da vida social. Por essa razão, o governo valorizará e estimulará todas as experiências que contribuam para o processo de educação social visando as transformações que concorram para a construção de uma sociedade justa, pautada por valores éticos e de solidariedade.

De acordo com essa perspectiva, no campo da educação formal, o governo estará absolutamente comprometido com a educação pública, de qualidade e democrática, por isso deverá ampliar significativamente os investimentos em educação, tendo como meta atingir 10% do PIB, compreendendo todas as esferas da administração pública. Deverá impulsionar uma ampla mobilização nacional visando cumprir as metas constitucionais de eliminação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental e expansão significativa do ensino médio, regular e profissional, superação dos índices perversos de evasão e repetência em todos os níveis de ensino, notadamente no ensino fundamental e expansão e transformação do papel da universidade no que se refere ao ensino e à pesquisa.

Cada vez mais abandona-se a concepção de caráter tecnicista que orientou a escolarização nas décadas de 60 e 70, pois quanto maior e melhor for a formação e o domínio de conhecimentos científicos, maior será a possibilidade de apropriação da técnica e da tecnologia que transforma e se transforma na velocidade e nas proporções do sistema produtivo nos países centrais.

Assegurar o acesso à educação de qualidade significa criar condições para o exercício pleno da cidadania que vai além do direito ao sufrágio universal. O aperfeiçoamento, o aprofundamento e a radicalização da democracia implicam a socialização do poder de decisão, para o que o acesso à informação e o seu domínio são indispensáveis. Isto supõe também a universalização da educação, a mudança significativa de sua qualidade, além da mudança dos padrões culturais do país.

Tal objetivo demandará uma ampla mobilização nacional que deverá envolver as entidades sindicais, os movimentos sociais, outras entidades da sociedade civil, o empresariado, bem como o estabelecimento efetivo da parceria entre estados e municípios.

Esta mobilização deve resultar na elaboração dos planos municipais, estaduais e nacional de educação que depois de amplo debate—envolvendo as várias esferas do poder público e entidades da sociedade civil—deverá fixar objetivos, metas e prioridades de acordo com as quais os recursos devem ser aplicados. Devem ser fixados, ainda, mecanismos públicos de controle da execução e aplicação dos mesmos. O Plano Nacional de Educação deverá revisar o Plano Decenal, documento oficial do Brasil perante as outras nações, elaborado sem consulta ampla e absolutamente insuficiente para resolver os graves problemas educacionais do país.

Estes planos, como resultado da mobilização nacional, devem inibir as orientações políticas que têm reduzido a educação a instrumento de marketing eleitoral ou moeda de troca nas relações políticas marcadas pela fisiologia e pelo clientelismo.

Para a elaboração dos planos nacional, estaduais e municipais será de fundamental importância a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nas bases da negociação realizada



PT.DOC - SECRETARIA NACIONAL DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

R. Silveira Martins, 132 - Centro - CEP 01019-000 - São Paulo SP - Brasil - Tel. (+5511) 233-1313
 Fax (+5511) 233-1391 - E-mail: PTSNAI@NUTECNET.COM.BR

entre o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e a câmara Federal.

Propomos ao Brasil uma política educacional, construída e pactuada com a sociedade, como prioridade nacional que se diferencia das medidas tópicas e parciais que têm marcado os últimos governos.

Não se trata de perseguir modelos exclusivos que prescindam das redes públicas existentes, como se estas fossem patrimônio privado do governo de plantão. Não se trata, tampouco, da adoção de medidas mirabolantes ou pirotécnicas que causam impactos momentâneos, alguns frutos eleitorais, que têm transformado o sistema educacional brasileiro em um dos mais perversos do mundo.

A política educacional que propomos para o país contrapõe-se às concepções neoliberais que defendem a excelência do mercado também na área da educação, retirando do Estado seu papel, a partir do mito de que a qualidade resulta da competição e não da cooperação que só o sentido público da educação pode assegurar.

Tal política educacional contrapõe-se também a modelos como o da "qualidade total" que—elaborado visando a eficiência de empresas no Japão, Estados Unidos, entre outros países—está agora sendo transplantado para escolas brasileiras. Este modelo de gerenciamento empresarial autoritário serve ao neoliberalismo mas não à educação do país que, para alcançar novos padrões de qualidade e eficiência, deve se pautar pela perspectiva de construção democrática de uma nova qualidade de ensino geradora da cooperação, de valores éticos e humanistas, que permita a socialização do saber social e historicamente produzido.

A educação a ser desenvolvida no Brasil a partir de uma política educacional de longo prazo deve, para o Governo Democrático e Popular, valorizar a cooperação em detrimento da competição, a humanização do homem e da sociedade, visando possibilitar a primazia da justiça e da solidariedade e o exercício pleno da cidadania a partir do domínio do conhecimento que deve possibilitar a autonomia intelectual dos cidadãos e uma postura crítica e ativa na vida social.

Nossos eixos programáticos para todos os níveis da educação são a gestão democrática, a busca de uma nova qualidade do ensino e a democratização do acesso e da permanência na escola. Esta orientação é o resultado da experiência das forças políticas que aprenderam com as lutas sociais e com a experiência institucional, seja no âmbito do Parlamento ou das prefeituras onde esta política tem sido implementada, e mostraram a viabilidade da educação pública de qualidade e democrática.

A gestão democrática do sistema educacional

A gestão democrática compreendida como parte do processo global de democratização, desprivatização do Estado, auto-organização da sociedade e construção da cidadania nas diferentes instâncias do sistema escolar, deve estar articulada com a busca permanente—individual e coletiva—de uma nova qualidade do ensino.

Nosso papel nesse processo de auto-organização social será também o de levar os cidadãos a fazerem as relações entre o particular e o geral, entre seu fazer individual e a percepção mais global da realidade, para que se formem como sujeitos políticos e para que suas entidades representativas possam ultrapassar o estágio apenas reivindicativo e passem à formulação de propostas, na perspectiva de interferir e decidir sobre os rumos da política educacional e outros aspectos da vida da sociedade.

As ações de planejamento em nosso governo se constituirão em instrumentos de mobilização popular que privilegiem o poder de decisão da população. Tal concepção diferencia-se da



PT.DOC - SECRETARIA NACIONAL DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

R. Silveira Martins, 132 - Centro - CEP 01019-000 - São Paulo SP - Brasil - Tel. (+5511)233-1313

Fax (+5511)233-1391 - E-mail: PTSNAI@NUTECNET.COM.BR

concepção de "planejamento participativo" de outros governos, em que o poder da população restringe-se a opinar ou referendar políticas.

Diferencia-se, também, da visão tecnocrática de planejamento que dissocia o pensar do fazer, o planejar do executar, o educador do educando, o sujeito do objeto.

No âmbito da escola e do conjunto do sistema educacional, asseguraremos liberdade de expressão e organização para os diversos segmentos que integram a comunidade escolar, que na escola se incentive a criação e/ou reestruturação de organismos de gestão colegiada, que elaborem e discutam a política educacional como, por exemplo, os Conselhos de Escola.

O PT defende a constituição de conselhos municipais, estaduais e nacional de educação democráticos que contem com representação dos segmentos que compõem a comunidade escolar, além de outras forças organizadas da sociedade, dos executivos e legislativos em seu âmbito de ação.

Estes conselhos devem discutir, elaborar e propor ações para a educação nas cidades, nos estados e no país, além de contribuir para a formulação e decisão dos planos municipais e estaduais de educação.

Uma nova qualidade de ensino

Na área da educação há profunda relação entre a gestão democrática do sistema e a qualidade da educação. A apropriação do conhecimento implicar a construção e transformação, porque não partimos do pressuposto que o educando deva ser o receptáculo do conhecimento socialmente produzido. Cabe à escola partir da experiência social, cognitiva, afetiva e cultural do educando para, através da síntese, superá-la.

É fundamental, também, que a escola, ao construir e desenvolver seu currículo, encontre-se com a comunidade e a sociedade como objeto de investigação. Tais procedimentos contribuem para que o aluno construa sua autonomia intelectual e para definir o perfil de uma nova qualidade do ensino.

Para que esta qualidade se viabilize e se supere definitivamente os perversos índices de evasão e de repetência no país, uma série de medidas complexas e concomitantes precisam ser tomadas quanto à valorização dos educadores. A situação de penúria que o magistério tem vivido impõe uma recuperação salarial. A Constituição, em seu artigo 206, capítulo V, define que os profissionais da educação terão piso salarial profissional e Estatuto do Magistério. Será fundamental o empenho do governo federal, da sociedade, dos municípios e estados para estabelecer o diálogo e a negociação nesta perspectiva. Para isso, será indispensável que as informações quanto à arrecadação, orçamento e sua execução, sejam públicas, permitindo que o processo de fixação e negociação do piso reflita possibilidades financeiras reais dos municípios e estados, mas também que não seja uma mera adaptação às limitações de recursos.

Tomar a educação uma prioridade nacional exigirá a revisão não apenas das fontes de financiamento em nível federal, mas dos impostos privativos de cada esfera de poder, visando assegurar a recuperação dos salários dos educadores. Esta questão é chave para a qualidade da educação. Se os salários não são a única fonte para assegurá-la, é fato que, sem isso, dificilmente poderá se esperar e cobrar dos educadores maior compromisso, responsabilidade e participação.

O segundo aspecto a ser assegurado, como condição dessa valorização, é a existência nos municípios e estados dos estatutos do magistério. Particularmente, merece destaque nos estatutos a composição das jornadas de trabalho. A atividade docente tem como característica inerente o trabalho extra-classe. A preparação de aulas e a correção de avaliações são partes inseparáveis



PT.DOC - SECRETARIA NACIONAL DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

R. Silveira Martins, 132 - Centro- CEP 01019-000- São Paulo SP - Brasil - Tel.(+5511)233-1313
 Fax(+5511)233-1391 - E-mail: PTSNAI@NUTEUNET.COM.BR

da regência de classe que devem, por isso, ser remuneradas. Além disso, os profissionais da educação, que trabalham com a construção do conhecimento, necessitam discutir, planejar e elaborar o seu trabalho coletivamente. Nesse contexto, deve-se inserir o processo de formação dos educadores.

A terceira questão diz respeito à formação. Nessa área a ação federal deverá ser direta e expressiva. O investimento na formação dos educadores deve buscar a síntese entre a reflexão sobre a prática e a produção teórica nas várias áreas do conhecimento, por isso deve ser permanente e sistemática. Para tanto, os projetos de educação à distância e o envolvimento sistemático das universidades serão indispensáveis.

Concomitantemente ao processo de formação dos educadores será fundamental repensar os currículos, programas, concepções teóricas e metodológicas que têm orientado o processo pedagógico, à luz da produção teórica no campo da aprendizagem.

Será também fundamental rever as condições atuais de produção e distribuição de material didático. O governo se empenhará no incentivo à produção de materiais didáticos que permitam a efetivação da nova qualidade proposta, além de novas formas de produção e distribuição.

Democratização do acesso

Têm sido divulgadas, com certo sucesso, teses com aparente lógica de argumentação, mas exóticas quando se observa a realidade escolar brasileira. Particularmente, a que defende que já não há necessidade de construção de escolas, uma vez que estatisticamente há vagas para todos. Os dados estatísticos, se corretamente analisados, mostram que isso não é verdade. Fora a região Sudeste, e nela especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, a maioria das escolas públicas, em especial as municipais de toda a região Nordeste, Norte e Centro-Oeste, oferecem exclusivamente o ensino de 1a a 4a séries. Temos, portanto, uma terminalidade real, pela impossibilidade administrativa e pedagógica (agravada pela situação salarial) da escola (em geral, modestos prédios ou mesmo salas unidocentes) ministrarem da 5a a 8a séries. O aparente equilíbrio de distribuição e atendimento dá-se em função da somatória do total potencial de vagas, incluídas numa mesma região ou estado. É óbvio que trazer alguém do litoral do Rio Grande do Norte para o interior do Piauí resolve o problema estatístico, mas não o educacional.

Não se trata de sucumbir à tentação do "agora é a hora da qualidade, pois a quantidade está atendida", pois a dicotomia qualidade versus quantidade está falsamente equacionada, uma vez que as experiências bem sucedidas de governo demonstraram que a nova qualidade só é possível, só é gestada, quando a "quantidade" interfere no projeto pedagógico que está sendo desenvolvido.

Isto é mais evidente, ainda, quando tomamos os jovens e adultos que precisam e têm direito à educação fundamental, seja ela regular ou em modalidades especiais.

Visando a democratização do acesso, o governo se empenhará no estabelecimento de parcerias e articulações entre os estados e municípios, para estabelecer acordos de cooperação técnica que permitam equacionar as responsabilidades sobre a demanda, a ampliação e manutenção da rede física e os processos pedagógicos. Esta perspectiva de cooperação deve substituir a atual política de municipalização que tem contribuído para aprofundar a crise da educação pública.

Estão, também, carentes de atendimento público, os portadores de necessidades especiais. As estatísticas mostram que, praticamente, 90% do atendimento que é oferecido se dá por entidades, associações e escolas privadas. E este atendimento, ainda que insignificante, está concentrado nas áreas urbanas, e nestas, nas que são mais densamente povoadas.

A educação infantil incorporada pela primeira vez no sistema de ensino reconhece o direito da



PT.DOC - SECRETARIA NACIONAL DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS
 R. Silveira Martins, 132 - Centro - CEP 01019-000 - São Paulo SP - Brasil - Tel. (+5511) 233-1313
 Fax (+5511) 233-1391 - E-mail: PTSNAI@NUTECNET.COM.BR

criança de participar de um projeto educacional desde que nasce. Esta responsabilidade, estabelecida pela Constituição, como fundamentalmente do município, porque foi "revolucionada" pela nova concepção científica e política da alfabetização, pressupõe um (novo) profissional em creches e pré-escolas que responda às exigências pedagógicas atuais.

Nossas metas gerais na área de educação

Educação rural

O Governo Democrático e Popular estimulará ações educacionais nas áreas rurais em todos os níveis e modalidades de ensino que visem garantir o desenvolvimento integral dos alunos, independente de sua idade, articulando o processo pedagógico, suas experiências social e cultural e seu meio ambiente.

Privilegiando o aumento da oferta de vagas de modo a atender a demanda nestas áreas e a construção de uma qualidade de ensino nos mesmos moldes daquela que se pretende nas áreas urbanas, respeitadas suas particularidades, serão desenvolvidas orientações que garantam desde infra-estrutura adequada até projetos pedagógicos que transformem as condições de isolamento que vivem professores e alunos no campo.

A democratização do acesso Deverá ocorrer a partir de diferentes alternativas que vão desde o transporte das crianças à escola, até a construção de escolas, aproveitando a matéria-prima local ou a criação de barcos-escola que cheguem até os alunos. Da mesma forma, a construção do currículo e o calendário escolar deverão ser encaminhados levando-se em conta os ciclos agrícolas.

Serão utilizados todos os recursos disponíveis para a educação à distancia de forma complementar ao processo educativo realizado nas salas de aula. Serão incentivadas experiências diversas de organização da escola—classes multi-seriadas ou regulares —a depender da realidade local e da proposta pedagógica a ser construída.

Será garantida ainda a formação em serviço dos educadores através da educação à distancia e/ou dos campi das universidades interiorizadas .

O eixo da gestão democrática da educação deverá ser desenvolvido criando-se mecanismos para superar as enormes dificuldades de participação das comunidades escolares nas áreas rurais.

Educação à distância

O Governo Democrático e Popular deverá implementar um programa nacional de educação à distancia utilizando os modernos meios tecnológicos de informação e comunicação, como os veículos de radiodifusão e as redes de informação e satélites, bem como os telepostos já implantados com o duplo objetivo de complementar a educação e a formação dos alunos, além de assegurar a formação permanente em serviço dos educadores em articulação com uma nova política para a produção e difusão de materiais didáticos.

O programa nacional de educação à distancia não deverá em nenhuma hipótese substituir a diretriz de ampliação da oferta de vagas e o processo de aprendizagem apoiado na relação professor-aluno.

Educação de portadores de necessidades especiais

A política de atendimento aos portadores de necessidades especiais deverá pautar se pela



PT.DOC - SECRETARIA NACIONAL DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS
 R. Silveira Martins, 132 - Centro - CEP 01019-000 - São Paulo SP - Brasil - Tel. (+5511)233-1313
 Fax (+5511)233-1391 - E-mail: PTSNAI@NUTECNET.COM.BR

garantia de acesso à educação em todos os níveis de ensino visando atender necessidades de natureza física, mental, sensorial e múltipla.

A implementação dessa política deverá estar orientada pela integração de portadores de necessidades especiais em classes comuns, possibilitando-lhes o convívio com os demais alunos, assegurando-se, porém, atendimento especializado suplementar em casos de dificuldades de aprendizagem ou necessidade de terapias específicas e trabalho permanente com os familiares. A orientação de organização do atendimento em classes especiais deverá ser desenvolvida apenas nos casos em que o grau de necessidade torne impossível a permanência em classes de ensino regular.

Para isso será fundamental

- *a articulação e o planejamento conjunto educação/saúde, criando estrutura básica para avaliação e acompanhamento desses alunos;*
- *revisão dos cursos de formação dos educadores reforçando a importância da educação e não apenas da questão terapêutica;*
- *montagem de salas de recursos que possibilitem o apoio terapêutico/educacional aos portadores de necessidades especiais e aos educadores no trabalho com estes alunos.*

Alfabetização

Propomos impulsionar amplo Movimento Nacional de Alfabetização que deverá ser seguido por programas de pós-alfabetização. Nesse esforço pretendemos incorporar como parceiros da ação governamental, além dos poderes executivos e municipais, as forças organizadas da sociedade civil comprometidas com a questão (movimentos populares, igrejas, universidades, partidos políticos, sindicatos) respeitando-se sua autonomia. Além disso, procuraremos ampliar a oferta de vagas nos cursos supletivos.

Educação infantil

O Governo Democrático e Popular se empenhará no sentido de que a educação de crianças de zero a seis anos seja assumida por estados e municípios em regime de colaboração, visando ampliar o acesso e a qualidade deste nível de ensino.

Para isso será necessário superar a fragmentação e a superposição das ações atuais e rever a atuação assistencialista-clientelista da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e de outros órgãos que se utilizam das iniciativas comunitárias para desenvolverem programas de baixo custo e qualidade, além do estabelecimento de parcerias com a sociedade, visando transformar as condições de atendimento deste nível de ensino.

Ensino fundamental

O Governo Democrático e Popular terá como uma de suas prioridades a universalização do ensino fundamental, de oito anos contínuos, superando a terminalidade real na 4ª série, incentivando os sistemas públicos estaduais e municipais, através do Plano Nacional de Educação e da parceria permanente com estas esferas de poder, a desenvolverem políticas educacionais que viabilizem a permanência dos educandos na escola a partir dos eixos definidos neste programa.

O mesmo empenho será desenvolvido no sentido de assegurar o acesso ao ensino de qualidade àqueles que a ele não tiveram acesso em idade própria.



PT.DOC - SECRETARIA NACIONAL DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS
 R. Sílvio Martins, 132 - Centro - CEP 01019-000 - São Paulo SP - Brasil - Tel. (+5511) 233-1313
 Fax (+5511) 233-1391 - E-mail: PTSNAI@NUTECNET.COM.BR

A meta "nenhuma criança fora da escola" será perseguida com o acompanhamento sistemático do governo e da sociedade civil, através do Fórum Nacional, dos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, Conselhos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares.

Tanto no âmbito da educação infantil, quanto da educação fundamental, deverá ser realizado um esforço para que, progressivamente, amplie a oferta de educação em período integral como alternativa que permita a proteção, a formação e o desenvolvimento de crianças e jovens em todas as dimensões

Ensino médio

Defendemos a ampliação progressiva da oferta de vagas no ensino médio, encarando este nível de ensino como parte da educação básica que deve ser incorporada aos direitos educacionais de todos os cidadãos.

Ainda no que diz respeito a este nível de ensino, devemos superar a dicotomia entre ensino propedêutico e profissionalizante que tem servido de base para justificar uma distribuição desigual do direito de todos à educação.

A rede de escolas técnicas e agrotécnicas do governo federal não será privatizada nem estadualizada, garantindo-se sua adequada manutenção.

Ensino profissional

Defendemos a criação de centros públicos de formação profissional de alta qualidade. Centros que, com flexibilidade, possam atender às demandas específicas e permanentes de qualificação de milhares de jovens e adultos, empregados ou desempregados. Estes centros não devem se restringir ao adiestramento (como é feito no Senai), mas oferecer atividades voltadas para o desenvolvimento humano e mais geral.

Devemos desenvolver práticas de formação profissional que tenham como horizonte a cidadania efetiva do trabalhador, sua competência política e técnica, e que, portanto, não se restrinjam ao preparo técnico-instrumental mas viabilizem a apropriação, pelos trabalhadores, de conhecimentos científicos e tecnológicos e de saberes culturais e sociais necessários à compreensão crítica da vida social, da evolução técnico-científica e da história do trabalho.

Os centros públicos não concorrem com a formação escolar e nem devem substituí-la, devem ser complementares a ela.

Tal proposta pressupõe uma redistribuição de todos os fundos de natureza pública, atualmente quase que integralmente apropriados e geridos pelo empresariado, sem qualquer controle social. Deve-se incentivar a participação dos trabalhadores na gestão, controle e fiscalização dos fundos das agências e dos programas de formação profissional.

Ensino superior

As Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) constituem-se hoje, em fundamental patrimônio cultural, científico e tecnológico. Este patrimônio, extremamente rico, se traduz em rede física de edificações distribuídas pelos estados da federação, num corpo docente qualificado, embora em quantidade insuficiente; maior rede pública de hospitais do país; sistema de pós-graduação, reconhecido por sua competência; investimento na formação de recursos humanos, nas diversas áreas do conhecimento e de sua contribuição à cultura brasileira, através da manutenção de museus, orquestras, editoras e produções artísticas nas diversas áreas.



PT.DOC - SECRETARIA NACIONAL DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS
 R. Silveira Martins, 132 - Centro- CEP 01019-000- São Paulo SP - Brasil - Tel.(+5511)233-1313
 Fax(+5511)233-1391 - E-mail: PTSNAI@NUTECNET.COM.BR

Este patrimônio, que vem sendo tratado com descaso nas últimas décadas, por sua natureza pública deve estar a serviço da sociedade sem ferir-se, por isso, o caráter universal do conhecimento que deve estar à disposição de toda a humanidade.

O Governo Democrático e Popular— juntamente com as Ifes—nos marcos do respeito à autonomia universitária e ao compromisso com a transformação dos padrões de desenvolvimento do país, se empenhará na realização das seguintes metas:

- expansão da oferta de, pelo menos, 30% de vagas em cursos noturnos, aumentando significativamente a participação do setor público na oferta de vagas no ensino superior;
- criação de novas universidades federais em regiões onde esteja comprovada sua necessidade para a formação de recursos humanos de nível superior e desenvolvimento de pesquisa, garantindo-se formação de qualidade e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, considerando-se os objetivos e prioridades a serem definidos no Plano Nacional de Educação;
- revisão das formas de acesso ao ensino superior, incluindo o vestibular, objetivando a ampliação da oferta de vagas e a socialização do acesso à produção cultural e científica;
- investimentos na recuperação, manutenção e expansão da estrutura física das Ifes e dos hospitais universitários;
- utilização das tecnologias existentes (rádio, TV, TV a cabo, satélite, teleinformática) para a formação de recursos humanos nas Ifes ou em projetos de formação sob sua responsabilidade
- concessão de rádios e TVs às Ifes para melhor cumprimento de seu papel social;
- implementação de fato do princípio constitucional da autonomia universitária;
- avaliação das Ifes com a participação da sociedade;
- empenho para que os estudantes das Ifes assumam também compromisso com as mudanças sociais que se pretende implantar;
- investimentos necessários para a produção de conhecimentos e formação de recursos em áreas prioritárias definidas pelo Plano Nacional de Ciência e Tecnologia.

Será imprescindível para a viabilização destas ações, bem como das medidas para transformação da educação, a mudança dos padrões culturais do país, possibilitando o acesso à produção cultural em todos os níveis e o acesso aos meios de produção da cultura.

Será indispensável também repensar as bases de realização e financiamento da pesquisa no país, de modo a expandi-la para outros centros, não apenas em nível da pós-graduação.

O Governo Democrático e Popular se empenhará ainda na ampliação da produção científica na área educacional por meio de maiores investimentos e da garantia de canais de interlocução entre pesquisadores e educadores, visando a melhoria dos procedimentos pedagógicos e investigativos.

Ensino privado

O Governo Democrático e Popular cumprirá os princípios constitucionais da liberdade de ensino, respeitada a legislação específica. O governo envidará esforços no sentido de que se estruture o Sistema Nacional de Educação, do qual deverão fazer parte as instituições públicas e privadas de ensino.

O conjunto do sistema educacional como concessão do poder público estará submetido à fiscalização, através dos Conselhos Federal e Estaduais de Educação, a partir de padrões de



PT.DOC - SECRETARIA NACIONAL DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

R. Silveira Martins, 132 - Centro - CEP 01019-000 - São Paulo SP - Brasil - Tel. (+5511) 233-1313
 Fax: (+5511) 233-1391 - E-mail: PTSNA1@NUTECCNET.COM.BR

qualidade a serem estabelecidos. A concessão do público ao privado implicará, fundamentalmente, o estabelecimento de critérios para a criação de instituições de ensino, o cumprimento do padrão de qualidade definido para o conjunto do sistema e a fiscalização de sua implantação.

Política de financiamento

Chegar a um investimento nacional em educação de 10% em relação ao PIB durante o Governo Democrático e Popular é a meta geral.

Deflagraremos ações que aumentem o comprometimento do governo federal e que induzam as unidades federadas, os municípios, a sociedade em geral e, particularmente, o empresariado, a aumentar seus esforços nesta área.

Os mecanismos a serem utilizados para isso, são desde a ação direta do governo federal, através do mecanismo de investimento de recursos do tesouro, do repasse de recursos do salário educação, das ações conjuntas com as demais esferas da administração pública e através da busca do envolvimento da sociedade nas ações educativas, visando aumentar o seu comprometimento com uma educação universalizada e de qualidade.

Além disso, coerentemente com o seu compromisso com a edificação de uma escola pública democrática e de qualidade, o Governo Democrático e Popular enfatiza sua disposição de fechar os condutos que drenam recursos públicos, sob a forma de subsídios e outras benesses para o ensino privado. Como meta de nosso governo, pretendemos extinguir tais repasses, garantindo progressivamente a exclusividade dos recursos públicos para a escola pública.

Defendemos também medidas de financiamento visando fixar a criança na escola.

A frequência de uma criança à escola induz custos que devem ser assumidos pela família ou pelos responsáveis do educando. Entre estes estão despesas com material escolar, transporte, roupas adequadas, entre diversos outros itens. Deve-se considerar também o afastamento de crianças e jovens do trabalho remunerado, a ajuda em tarefas domésticas ou o cuidado de irmãos enquanto os responsáveis estão trabalhando. Não devemos ainda desconsiderar que a atividade escolar implica divisão do restrito espaço doméstico, muitas vezes completamente comprometido com atividades econômicas indispensáveis.

A escola pública só é efetivamente gratuita para os segmentos menos pauperizados da população. Para os segmentos mais pobres a escola pública é excessivamente cara, mesmo imperativamente cara. Nesse sentido, para a universalização do ensino fundamental é necessário o enfrentamento corajoso dos problemas que afastam as crianças prematuramente da escola. É necessário criar mecanismos que garantam permanentemente a gratuidade ativa da escola pública. Entre as medidas possíveis podemos implementar o Programa de Renda Mínima, nos termos expostos no capítulo VII deste programa e a redução dos custos do processo de escolarização.

Alguns custos induzidos pela condição de escolarização devem ser reduzidos a partir de práticas efetivas. Entre eles, devem estar incluídos o fornecimento do material escolar mínimo. Esse fornecimento deve se dar de forma descentralizada pelas próprias escolas que receberão quotas suficientes para uma porcentagem de seus alunos a serem definidos pela própria escola.

O transporte de escolares deve ser feito de forma gratuita. Embora os sistemas de transporte urbano sejam municipais, fora, portanto, da jurisdição do governo federal, essa prática poderia ser instituída mediante sugestões a governos municipais ou mediante a vinculação de ajudas federais a transportes públicos, quando adotado este procedimento pelos municípios.



PT.DOC - SECRETARIA NACIONAL DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS
 R. Silveira Martins, 132 - Centro- CEP 01019-000- São Paulo SP - Brasil - Tel:(+5511)233-1313
 Fax:(+5511)233-1391 - E-mail: PTSNAI@NUTECHET.COM.BR

Considerando-se a implementação, no Governo Democrático e Popular, de um novo modelo de Estado, será garantida uma ação integrada dos diferentes setores governamentais no sentido de assegurar a educação como prioridade nacional.

27 - Seguridade Social

A Constituição de 1988, em seu capítulo Seguridade Social, afirmou um conceito de proteção social que garante a todo cidadão brasileiro uma renda de substituição em caso de interrupção ou fim da vida laborativa; o acesso universal à saúde, e a proteção aos excluídos e àqueles que não puderem se inserir produtivamente, portadores de severas deficiências físicas ou mentais, por exemplo.

Seus princípios básicos de universalidade, solidariedade, unidade e democratização da gestão devem ser garantidos e aperfeiçoados.

Embora a inclusão deste título na Constituição, a Seguridade Social resulta hoje de ações setoriais da Saúde, Previdência e Assistência Social sendo diferenciada a trajetória de regulamentação de cada uma delas ao longo destes pouco mais de cinco anos. O acúmulo sobre a concepção de seguridade e conseqüente padrão de proteção social é ainda frágil. Com isto, o "Estado Social" que queremos construir tem fluído de respostas setoriais (educação, saúde, habitação, previdência, assistência social etc.), sem a necessária articulação a ser superada no detalhamento deste plano.

É fundamental a defesa de um orçamento próprio da Seguridade Social, distinto do Orçamento Geral da União. Suas fontes de financiamento, ao serem diversificadas e dirigidas para o conjunto das áreas, além de garantir um aporte contínuo e equilibrado de recursos, fortalece o princípio da solidariedade, distribuindo o ônus de seu custeio ao conjunto da sociedade.

Quanto à gestão da Seguridade Social, seu caráter colegiado deve ser mantido e aperfeiçoado. Isso se traduz em reforçar a participação da sociedade civil nos conselhos existentes, atribuindo aos mesmos um real poder decisório nas diferentes áreas e instâncias.

Previdência

No campo dos benefícios previdenciários, a existência de um sistema público básico, funcionando em regime de repartição, é a prova mais viva da aplicação do princípio da solidariedade. Sua manutenção garante a concessão de um benefício mínimo para quem não teria direito através de suas contribuições individuais, bem como eventuais aportes do orçamento público quando as fontes próprias forem depreciadas por prolongadas fases recessivas.

Nesse sentido, a proposta de privatizar a Previdência Social Básica, através da criação de um sistema de capitalização individual, implica a destruição da solidariedade e sua substituição pela lógica individualista. Defendemos, portanto, um sistema público básico de repartição, igual para todos e de caráter obrigatório, que compreenda as faixas de renda até dez salários mínimos.

Para fortalecer o sistema previdenciário será necessário uma reforma de seus mecanismos de arrecadação. Algumas medidas deverão ser tomadas, tais como:

- criar um sistema efetivo de fiscalização e cobrança dos débitos das pessoas físicas, das empresas e órgãos públicos;
- mudar a legislação sobre atraso e sonegação da contribuição previdenciária, impondo pesadas penalidades a esse tipo de infração;
- reformar o sistema administrativo interno da Previdência, visando aumentar a

[/univtool.map/univtool.map](#)

<http://www.uol.com.br/bibliot/http://www.uol.com.br/bibliot/>

[/folio.cgi/stdobject/buttond7.gif/fsp1994.nfo/query=partido+dos+trabalhadores/DOC/{@221}](#)

[/hit_headings/words=4/hits_only](#)

[/folio.cgi/stdobject/buttond7.gif/fsp1994.nfo/query=partido+dos+trabalhadores/DOC/{@221}](#)

[/hit_headings/words=4/hits_only](#)

Você escolheu fazer uma busca no arquivo Folha de S.Paulo - Texto Integral 1994, que reúne 98,2% dos textos jornalísticos publicados pelo jornal naquele ano. Não inclui cadernos regionais, anúncios, fascículos nem material gráfico, como tabelas e mapas. Copyright Empresa Folha da Manhã S/A. Proibida a reprodução total ou parcial sem prévia autorização da Agência Folha, e-mail agencom@uol.com.br; tel (011) 224 3714; fax (011) 224 4253.

Junho 1994

Edição 23.822 Quinta, 23/06/94

caderno especial - neo

[...anterior](#)

PT quer criar emprego com privatizações

10/06/94

Autor: AMÉRICO MARTINS

Editoria: BRASIL Página: 1-9

Edição: Nacional JUN 10, 1994

Legenda Foto: Lula, na apresentação do programa do PT contra o desemprego, transmitido via satélite

Crédito Foto: Otávio Dias de Oliveira/Folha Imagem

Observações: COM SUB-RETRANCA

Chapéu: PROGRAMA DE GOVERNO

Selo: ELEIÇÕES GERAIS

Assuntos Principais: ELEIÇÃO PRESIDENCIAL ; CANDIDATO ; ELEIÇÕES 94

PT quer criar emprego com privatizações

Plano contra o desemprego prevê taxação de fortunas, de fundos de pensão, do FGTS e dobrar o salário mínimo

AMÉRICO MARTINS

Da Reportagem Local

O PT promete criar pelo menos 8 milhões de empregos durante um eventual governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Para realizar esta meta, o programa petista quer ampliar o nível de investimentos na economia brasileira dos 16% atuais para 25%.

Esta foi a taxa de investimento dos períodos em que a economia brasileira estava em crescimento acelerado. Parte dos recursos aplicados terá origem na privatização de empresas estatais não estratégicas e no uso de fundos, como os de pensão e o FGTS, e na taxação de fortunas.

O partido apresentou ontem, através de uma rede executiva de TV da Embratel, o detalhamento de seu projeto contra o desemprego. O tema é uma das prioridades do programa de governo de Lula.

O projeto depende de várias alterações na legislação vigente, inclusive na Constituição. Isso pode comprometer o programa, já que dificilmente o PT vai conseguir maioria na próxima legislatura do Congresso.

Segundo o deputado federal Aloizio Mercadante (PT-SP), um dos coordenadores do programa econômico, a idéia é que a maior parte das verbas seja investida pela iniciativa

privada.

Para viabilizar esses investimentos privados, o projeto prevê a ampliação da oferta de crédito para investimentos, a redução das taxas de juros, o alongamento negociado dos contratos de crédito concedidos pelos bancos e o fim da "ciranda financeira".

Os recursos para esses investimentos seriam obtidos através de uma reforma tributária, da criação de novos fundos e da reformulação dos fundos já existentes.

Entre outras coisas, a reforma tributária transferiria os encargos previdenciários para o faturamento das empresas, para favorecer os setores que mais empregam mão-de-obra. Dois novos fundos seriam criados. O Fundo para a Reestruturação Produtiva teria uma administração e custeio tripartite – governo, empresas e trabalhadores. Mas o partido não explica como os recursos seriam arrecadados.

O Fundo Nacional de Solidariedade seria composto pela tributação de grandes fortunas, por recursos obtidos na privatização de estatais consideradas não-estratégicas pelos petistas e com uma parcela de recursos orçamentários.

Novamente, o partido não explica de onde esses recursos orçamentários seriam desviados.

A proposta de criação desse fundo mostra um recuo do partido com relação às privatizações.

Antes, o PT afirmava que iria rever o programa de privatização.

César Benjamin, um dos coordenadores do programa petista, chegou a chamar as atuais privatizações de "processo criminoso".

O governo também investiria em setores que poderiam criar muitos empregos, como saneamento básico, saúde, construção de estradas, educação e turismo.

O partido acredita ainda que a reforma agrária e o aumento do salário mínimo – para US\$ 115, "numa primeira fase" – ajudariam a criar empregos. Os petistas propõem uma modernização do Ministério do Trabalho e a criação de um Banco de Empregos.

próximo...

próxima ocorrência...



MUDAR A EDUCAÇÃO PARA MUDAR O BRASIL

Diretrizes da Educação da União do Povo – Muda Brasil (Versão preliminar para para discussão) MUDAR A EDUCAÇÃO PARA MUDAR O BRASIL Diretrizes para a Educação (versão preliminar para discussão)

I A qualidade social da educação

O Governo da **União do Povo** fará da educação um direito inalienável da cidadania e um dever do Estado. A educação permite a cada um usufruir o acervo cultural produzido pela humanidade. É através da educação que se formam homens e mulheres livres e conscientes, capazes de intervir efetivamente na construção de uma sociedade justa e democrática.

A educação é um elemento fundamental no desenvolvimento das nações. Nenhum país rompeu a barreira do atraso e do subdesenvolvimento sem um vigoroso esforço de escolarização.

O Brasil tem cerca de 2,7 milhões de crianças, entre 7 e 14 anos, fora da escola, 20 milhões de analfabetos maiores de 15 anos, e 25 milhões de pessoas de mais 10 anos que são semi-analfabetos.

Apesar de contar com cerca de 90% de matrículas para crianças de 7 a 14 anos, dados do IBGE mostram que dos 5,8 milhões de crianças que ingressam na primeira série, apenas 2,5 milhões chegam à oitava. Mais da metade, portanto, abandona a escola ou é vítima da repetência.

A despeito da campanha publicitária “Toda Criança na Escola”, que teria reduzido para 1,5 milhão o número de crianças e adolescentes excluídos da rede escolar, o governo FHC reduziu em cerca de 20% os gastos com a educação. O governo atual se empenha para que os alunos com mais idade saiam rapidamente do sistema, através de cursos de aceleração, desprezando o aprendizado desses jovens.

O sucateamento da escola atinge a figura do professor, submetido a baixos salários, sem condições de trabalho e com reduzidas oportunidades de formação permanente.

No governo da **União do Povo**, a escola - hoje distante da comunidade - será transformada em um espaço privilegiado, onde as crianças aprendam, os pais participem

ativamente de sua gestão e a comunidade usufrua suas instalações para atividades culturais e esportivas.

Professores e funcionários bem remunerados disporão de salas adequadas, laboratórios e bibliotecas para realizar seu trabalho pedagógico, assim como do tempo necessário para sua formação em serviço. Esses elementos são fundamentais para que se vá implantando a **escola de tempo integral**.

No governo da **União do Povo** a educação ganhará qualidade e atenderá às necessidades da grande maioria da sociedade a partir de três princípios:

- democratização do acesso e garantia de permanência;
- democratização da gestão escolar;
- articulação dos valores culturais locais e regionais com a ciência e a cultura universalmente produzidas.

A passagem pela escola deixará de ser uma formalidade. Ela dará aos estudantes autonomia e poder criativo para que possam aprender a aprender.

Para que a escola produza e difunda conhecimentos e elabore um novo projeto educacional é necessário que:

- educadores e alunos tenham acesso à produção científica, tecnológica, filosófica e artística da humanidade;
- a escola leve em consideração a experiência intelectual dos alunos e respeite as diferenças físicas, culturais, de gênero, étnicas, religiosas ou ideológicas, fazendo da diversidade um elemento enriquecedor das relações humanas e da aprendizagem.

A permanência dos estudantes na escola exige a transformação qualitativa desta, não só através da adoção progressiva do tempo integral, do atendimento médico-odontológico e da garantia da alimentação escolar, mas da criação de condições econômicas para que as famílias mantenham seus filhos na escola, fora do mercado de trabalho, como estabelece a **Constituição e o Estatuto da Criança e do Adolescente**.

Como lugar de criança é na escola, o programa **Bolsa-Escola**, já adotado em governos dos partidos da União do Povo, será estendido a todo o país, favorecendo o ingresso, a permanência e o sucesso escolar das crianças e adolescentes das famílias pobres.

Na educação, o papel dos educadores é insubstituível e é necessário uma **valorização dos trabalhadores da educação**. O governo da **União do Povo** definirá democraticamente carreiras profissionais que garantam a formação permanente em serviço. Proporará piso salarial unificado e melhorias salariais para os funcionários.

Para que todos esses objetivos sejam atingidos é necessário aumentar progressivamente os gastos com a educação de modo que venha a alcançar o dobro dos recursos atualmente investidos na área nas três esferas de governo.

Para tanto será necessária uma ação articulada da União, estados e municípios, uma política tributária progressiva e uma política econômica de desenvolvimento que promova geração de emprego e de renda.

Compromissos Básicos

[a serem desenvolvidos progressivamente nos 4 anos, em articulação com estados e municípios]

- Ampliar o acesso à educação pública em todos os níveis de ensino, garantindo a permanência dos estudantes na escola;
- Universalizar o ensino fundamental público e gratuito, expandindo o acesso e

permanência no ensino médio e ampliando as oportunidades de acesso ao ensino infantil;

- Implantar a escola de tempo integral;
- Estabelecer um Sistema Nacional de Educação que induza políticas educacionais e articule ações e a co-gestão da União, estados e municípios;
- Criar Fóruns nacional, estaduais e municipais de educação para definir diretrizes, acompanhar e avaliar as políticas e planos de educação;
- Reorganizar os Conselhos Nacional, estaduais e municipais de educação com funções deliberativas, normativas e fiscalizadoras do sistema de ensino;
- Induzir a formação de Conselhos Escolares democráticos com poder deliberativo no que se refere ao projeto educativo da escola, às questões pedagógicas, administrativas e da gestão financeira;
- Revisar a Lei de Diretrizes e Bases da educação a partir de debates com a sociedade;
- Garantir a **Bolsa-Escola** para 4 milhões de famílias a serem concedidas ao longo de 4 anos. A idéia da Bolsa-Escola é simples: se há crianças que não podem ir à escola porque têm que trabalhar, a sociedade pode tirá-las do mercado de trabalho e colocá-las na escola, garantindo uma renda às suas famílias e comprometendo-as com a frequência escolar de suas crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos de idade.
- Estimular a estruturação de programas de formação permanente e sistemática dos educadores, em serviço, com a participação de Universidades e Instituições de Pesquisa públicas;
- Reorientar os currículos em todos os níveis de ensino a partir da contribuição das Universidades e entidades científicas, tendo como referência o trabalho nas salas de aula em cada rede de ensino.

Educação Especial

Segundo dados do MEC, ainda que sofrendo uma evasão superior a 50%, 90% da população entre 7 e 14 anos têm acesso ao ensino fundamental. Este atendimento, entretanto, não chega a 15% quando se trata de crianças com necessidades educativas especiais.

Para garantir o atendimento desta população, será organizado um censo que identificará a extensão e as necessidades dessa população, dando fim à situação de discriminação em que vive. Assegurar-se-á sua inclusão, sem segregação, em todos os níveis de ensino.

O governo da **União do Povo** tratará a Educação especial como modalidade de educação regular, buscando gradativamente dar à rede escolar a capacitação física, pedagógica e na área de saúde para acolher os portadores de necessidades especiais.

Educação no Campo

O novo Governo construirá uma escola rural que leve em consideração as especificidades das crianças e jovens das áreas rurais, buscando, com estados e municípios, criar condições para a organização de escolas-polo. O Governo Federal investirá em infraestrutura e transporte para garantir o acesso à educação na área rural.

A escola rural será adaptada às características ambientais, demográficas e culturais do meio, incorporando nos currículos a experiência da população.

Educação à Distância

A educação à distância utiliza instrumentos tecnológicos que podem potencializar a ação educacional, ainda que não deva substituir as relações de comunicação e interação diretas entre alunos e educadores.

A educação à distância será utilizada nas ações pedagógicas e os conteúdos veiculados e a abordagem teórica e metodológica de cada um deles será determinada pelas necessidades locais específicas.

Ensino Superior

A Universidade terá um papel fundamental na discussão, elaboração e implementação de um novo **projeto nacional de desenvolvimento**.

Esse projeto demandará à Universidade contribuições para as políticas industrial e agrícola, geração de emprego e renda, formação e qualificação profissional, apoio e difusão tecnológica para micro, pequenas e médias empresas e para a realização da reforma agrária, além da colaboração no desenvolvimento de políticas públicas e de ações culturais.

A **autonomia universitária** será um valor fundamental no governo da **União do Povo**. É ela que garante a absoluta liberdade na criação e disseminação do saber. Cabe a Universidade desenvolver um pensamento crítico sem constrangimentos políticos e/ou ideológicos.

A Universidade terá assegurada as condições materiais para definir suas propostas científicas e pedagógicas e suas necessidades administrativas.

O novo governo organizará uma ampla e democrática consulta para definir mecanismos de avaliação interna e externa das universidades.

A Universidade pública, sendo responsável pela quase totalidade da produção científica nacional, terá um papel importante na discussão e implementação de uma política de desenvolvimento científico e tecnológico.

Para tanto, as atividades de pós-graduação serão ampliadas, bem como os recursos a ela destinados.

Compromissos Básicos

- Reconhecimento das Universidades Públicas como instituições estratégicas para o desenvolvimento econômico e social do país;
- Ampliação da rede pública do ensino superior;
- Garantia dos princípios constitucionais da gratuidade do ensino superior público, da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da autonomia universitária;
- Respeito à escolha da comunidade universitária na nomeação dos reitores e dirigentes das instituições federais de ensino superior.

Metas prioritárias

- Revisão das carreiras e da política salarial de professores e funcionários;
- Expansão de vagas na rede pública: 80% em 4 anos, especialmente no curso noturno, com ampliação do quadro de pessoal e da infra-estrutura, obedecendo critérios de distribuição regional;
- Ampliação do **Programa de Crédito Educativo**, financiado com recursos não provenientes da receita de impostos. Serão atribuídas bolsas aos estudantes de menor renda de universidades credenciadas em função do sistema de avaliação de qualidade. Constituição de um conselho gestor para acompanhamento, supervisão e avaliação do programa. Obrigatoriedade e prazos de ressarcimento, após a conclusão do curso, condicionados à situação econômica do beneficiário .
- Revisão do Exame Nacional de Cursos (Provão), adotando-se um sistema nacional de avaliação institucional pelas comunidades interna e externa à universidade, objetivando a melhoria constante do ensino, pesquisa e extensão;
- Implementação da autonomia universitária nos termos do art. 207 da Constituição;

- Ampliação do Programa Nacional de Capacitação Docente e implementação de programa para funcionários técnico-administrativos;
- Aumento de pelo menos 100% dos recursos para a pós-graduação ao longo dos 4 anos;
- Democratização do acesso às universidades públicas, conjugando o aumento de vagas e propostas de outros mecanismos de ingresso;
- Política de assistência estudantil, através de programas de alimentação, moradia e assistência à saúde;
- Estabelecimento e implantação a curto prazo de normas de fiscalização do poder público em relação ao setor privado da educação.

II METAS E CUSTOS

A alocação de recursos, escassos ou abundantes, pressupõe a escolha de objetivos e a definição de prioridades. Para a **União do Povo**, a educação é um direito da cidadania, um dever do Estado e como tal uma prioridade na atuação governamental.

A escolaridade é uma variável que interfere nas possibilidades de inserção no mercado de trabalho e na renda. A renda dos trabalhadores escolarizados aumenta em relação aos de menor escolaridade. Na Grande São Paulo, por exemplo, a diferença de renda entre os trabalhadores que têm um ciclo escolar completo e os que não o completaram é de 44%.

Vale ressaltar, no entanto, que o investimento em educação, para provocar o impacto desejado, será acompanhado de uma nova política de geração de emprego.

Educação Básica

Educação Infantil

O planejamento da educação infantil prevê duas fases: de 0 a 3 e de 4 a 6 anos de idade. O atendimento nas creches tem caráter educacional e estará ligado ao sistema de ensino.

O governo da **União do Povo** aumentará os recursos públicos para ampliar o atendimento das creches. Dada a impossibilidade de uma universalização imediata desses serviços serão estabelecidos critérios que combinem opção das famílias com as condições sócio-econômicas das mesmas.

Dos 12 milhões de crianças brasileiras nessa faixa etária (IBGE) menos de 350 mil estavam sendo atendidas em creches públicas e privadas em março de 1997.

A meta do governo da União do Povo é de possibilitar a matrícula de 1,3 milhão de crianças, a um custo de R\$1,500,00 crianças-ano. Para tanto o investimento previsto no quarto ano de governo será de R\$ 1.950 bilhão.

Existem 10,4 milhões de crianças na faixa de 4 a 6 anos, das quais apenas 3,3 milhões estavam matriculadas em estabelecimentos públicos em março de 97.

Essas matrículas serão ampliadas para 5 milhões até o ano 2002, o que exigirá um investimento de R\$ 5 bilhões (R\$1 mil por aluno).

Ensino Fundamental

Segundo o IBGE, há 27,1 milhões de crianças entre 7 e 14 anos. Entretanto, em

função da defasagem idade-série, há 30,5 milhões de matriculados em todo o país e estima-se que 2,7 milhões de crianças e adolescentes, entre 7 e 14 anos, estão fora da escola. Para que nenhuma criança fique fora da escola há necessidade de 33,2 milhões de vagas.

O governo da **União do Povo** universalizará a conclusão do ensino fundamental, inclusive para aqueles que a ele não tiveram acesso em idade própria. Para tanto será necessária a expansão da rede física, em função das diferentes necessidades regionais, a racionalização dos espaços educacionais existentes e a garantia do transporte escolar na área rural.

Para garantir a qualidade social da escola é necessário estabelecer um custo-aluno-qualidade. Nos países desenvolvidos os gastos na educação básica correspondem a valores entre 20% e 25% de suas rendas **per capita**. No Brasil isso representa uma aplicação da ordem de R\$1.600 a R\$2.000.

Dadas as dificuldades atuais, o governo da União do Povo investirá R\$1000 por aluno, valor a ser atingido em 2002, totalizando investimentos de R\$33,2 bilhões.

Com a criação do FUNDEF, o governo FHC engessou o financiamento da educação, priorizando ficticiamente o ensino fundamental e prejudicando realmente a educação básica, na medida em que impede, na prática, a realização de políticas educacionais municipais e estaduais, pois os estados e municípios estão obrigados a investir 60% dos recursos da educação no ensino fundamental, independentemente das realidades locais.

O custo do aluno foi arbitrariamente estabelecido em R\$300,00 e, em desrespeito à lei que regulamenta o Fundo, reajustado para R\$315,00 em 98, quando o valor legal deveria ser R\$437,00.

O governo da **União do Povo** não fragmentará a educação básica e proporá a criação de Fundos Estaduais de Recuperação da Escola Pública, formados de recursos estaduais e municipais vinculados conforme o que determina a Constituição Federal. Os recursos desse Fundos serão aplicados na educação básica, segundo as prioridades definidas pelos planos nacional, estaduais e municipais de educação.

A União suplementará esse Fundos, progressivamente até atingir em quatro anos o mínimo de R\$1000 por aluno-ano na educação básica.

O governo articulará atividades culturais, esportivas, de lazer, o atendimento à saúde, à alimentação, visando a formação integral do aluno. Essas atividades serão realizadas na própria escola ou naqueles espaços que a comunidade designar.

É nessa perspectiva se inscreve a educação em tempo integral, uma experiência bem sucedida, como a dos **CIEP's**, levada a cabo em governos dos partidos da União do Povo.

III EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

• MOVA - Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos

O novo governo mobilizará recursos materiais e humanos envolvendo toda a sociedade através de um grande movimento visando a superação do analfabetismo e a abertura de novos horizontes culturais para os jovens e adultos analfabetos. Será construída uma rede envolvendo diferentes instituições públicas e privadas, assim como educadores devidamente preparados para oferecer a esse setor da sociedade o acesso à leitura e às várias manifestações da cultura.

No Brasil há 20 milhões de analfabetos, 25 milhões de pessoas com mais de 10 anos semi-alfabetizados e, em março de 1997, havia 1,42 milhão de matrículas em classes de alfabetização.

O governo da **União do Povo** ampliará esse atendimento para 5 milhões de alunos. *A um custo de R\$1 mil por aluno-ano em 2002 atingir-se-á a cifra de R\$5 bilhões.*

- **Suplência**

Há no Brasil 2,21 milhões de matrículas em cursos de suplência de ensino fundamental e médio para maiores de 15 anos, sendo 2,038 milhões em instituições públicas.

O novo governo ampliará até 2002 para 5 milhões o atendimento nessa área, quando serão despendidos R\$5 bilhões, a um custo de R\$1 mil por aluno.

- **Ensino Profissionalizante sem exigência de escolaridade**

A geração de emprego e renda dependerá de mudanças econômicas no país, mas exige também a formação de jovens e adultos em cursos de curta duração que os capacitem para atividades profissionais, criando oportunidades mais imediatas de geração de renda.

Até o quarto ano do governo serão atendidos 10 milhões de alunos

Ensino Médio

Os jovens entre 15 e 17 anos, que universalmente correspondem ao ensino médio, são 10 milhões no Brasil. Conforme o Censo Educacional, há 5,1 milhões de matrículas em instituições públicas de ensino médio, de um total de 6,4 milhões.

O Governo da **União do Povo** oferecerá 9 milhões de vagas no ensino médio até o ano de 2002, para satisfazer a demanda crescente.

Para isso serão necessários R\$ 9 bilhões a serem atingido no quarto ano do governo, a um custo de R\$ 1 mil por aluno ao ano.

- **Ensino Técnico de Nível Médio**

O governo da **União do Povo** dará especial atenção à manutenção e melhoria do ensino técnico federal, garantindo uma articulação entre educação científica e a sólida formação humanística.

As escolas técnicas federais deverão discutir democraticamente programas para atender a demanda de cursos de curta duração, sem exigência de escolaridade, de modo integrado a programas de geração de emprego e renda.

O governo da União do Povo ampliará as matrículas das 130 mil atuais para 300 mil até 2002, o que exigirá daqui a quatro anos investimentos de R\$900 milhões, a um custo de R\$ 3 mil aluno-ano.

ENSINO SUPERIOR

1. Ensino de Graduação

De um total de 1.735.334 estudantes de ensino superior, cerca de 700 mil estudam em universidades públicas a um custo médio de R\$ 7 mil por aluno-ano.

O governo da **União do Povo** ampliará para 1.200.000, em quatro anos, as vagas públicas. Aumentando a eficiência através da melhoria das condições de trabalho é possível baixar o custo médio para R\$ 4.500 por aluno-ano.

Ao final de quatro anos estarão sendo investidos R\$5,65 bilhões no ensino de graduação.

2. Ensino de Pós-Graduação

O atendimento atual em nível de pós-graduação é de cerca de 42 mil alunos.

O governo da **União do Povo** aumentará para 100 mil o número de estudantes de pós-graduação, a fim democratizar o acesso e ampliar as bases do desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Os gastos ao final de quatro anos serão de R\$750 milhões.

IV FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

Os gastos totais com educação no Brasil são hoje da ordem de R\$31 bilhões em todos os níveis de governo, cabendo aos estados e municípios arcar com 70% dessa despesa.

A proposta da **União do Povo** soma **R\$ 65,45 bilhões**, o que representa **mais do que o dobro dos gastos atuais** a serem compartilhados pela União, estados e municípios.

Essa proposta está baseada nas necessidades reais em cada nível de ensino e em valores comparáveis internacionalmente.

As metas deverão ser atingidas em quatro anos, período em que serão implementadas políticas econômicas que provocarão crescimento com geração de emprego e renda, ao mesmo tempo em que a reforma tributária permitirá maior arrecadação e, em consequência um financiamento sólido e sustentado do Estado. Outras fontes de financiamento serão buscadas, particularmente para o ensino técnico e profissionalizante, cabendo ao BNDES um papel relevante nessa direção.

O governo da **União do Povo** será marcado pelo estabelecimento de novas prioridades. A educação é uma delas e por essa razão carreará grande parte dos recursos orçamentários.

[/univtool.map/univtool.map](#)

<http://www.uol.com.br/bibliot/http://www.uol.com.br/bibliot/>

[/folio.cgi/stdobject/buttond7.gif/fsp1998.nfo/query=partido+dos+trabalhadores/DOC/{@141}](#)

[/hit_headings/words=4/hits_only](#)

[/folio.cgi/stdobject/buttond7.gif/fsp1998.nfo/query=partido+dos+trabalhadores/DOC/{@141}](#)

[/hit_headings/words=4/hits_only](#)

Julho 1998

Edição 25.314 Sexta, 24/07/98 Tiragem 528,412

DINHEIRO

...anterior

Ensino gratuito é bandeira do PT

20/07/98

Autor: FÁTIMA GIGLIOTTI

Origem do texto: Free-Lance para a Folha

Editoria: FOLHATEEN Página: 6-3 7/8307

Edição: Nacional Jul 20, 1998

Legenda Foto: Julian Rodrigues é um dos coordenadores da Juventude petista

Crédito Foto: Caio Esteves/Folha Imagem

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: POLÍTICA; JUVENTUDE; PT /PARTIDO/; ELEIÇÕES 98;

CAMPANHA POLÍTICA

Ensino gratuito é bandeira do PT

free-lance para a Folha

São seis jovens que formam a Coordenação Nacional da Juventude do PT (Partido dos Trabalhadores) e representam os membros da Juventude organizada em níveis municipal, estadual e nacional. Julian Vicente Rodrigues, 23, é um dos coordenadores. Tem 8 anos de prática política e foi presidente do DCE da Universidade Federal de Viçosa (MG).

Rodrigues diz que a Juventude no PT é um setor organizado que tem um intercâmbio direto com outras entidades, como a Secretaria de Mulheres, de combate ao racismo, dos movimentos populares e de gays e lésbicas.

Para a campanha do Lula, o grupo articula seu trabalho em torno de dois temas básicos: a geração de empregos e a garantia da educação pública e gratuita.

Segundo Rodrigues, o desemprego atinge os jovens de maneira mais drástica: "Cerca de 45% da população economicamente ativa no Brasil tem menos de 29 anos. Do 1,6 milhão de desempregados da Grande São Paulo, por exemplo, metade é jovem".

Para mudar esse quadro, só revendo "o modelo político-econômico recessivo adotado pelo presidente Fernando Henrique". A partir disso, diz Rodrigues, certas medidas emergenciais ficam viáveis, como o estímulo à geração do primeiro emprego, a concessão de bolsas de estudo e mais trabalho para jovens, programas de estágio remunerado e redução de jornada para estudantes.

Em relação à Educação, Rodrigues não é menos crítico. "Reservar apenas 3% do PIB para a Educação coloca o Brasil como o país que menos gasta com o setor no mundo". Elevar o índice para 9% ou 10% é uma das medidas prioritárias do governo Lula, assim como garantir o ingresso ao ensino público para os 1º, 2º e 3º graus, democratizar o ensino com participação paritária nas decisões e valorizar a classe dos professores.

O grupo do PT tem se esforçado para se aproximar da sociedade com uma linguagem jovem.

"O apoio de grupos de música como os Racionais e o Mano Brown ajudam no contato com a periferia", afirma Rodrigues.

Mas ampliar o ensino universitário continua sendo uma das principais bandeiras da Juventude do PT, principalmente no que se refere às vagas dos cursos noturnos.

"No Brasil, há um milhão e meio de universitários, menos de 1% da população. É um dos índices mais baixos, mesmo entre os países do Terceiro Mundo", diz.

(FG)

próximo...

próxima ocorrência...

[/univtool.map/univtool.map](#)

<http://www.uol.com.br/bibliot/http://www.uol.com.br/bibliot/>

[/folio.cgi/stdobject/buttond7.gif/fsp1998.nfo/query=partido+dos+trabalhadores/DOC/{@61}/hit_headings/words=4/hits_only](#)

[/folio.cgi/stdobject/buttond7.gif/fsp1998.nfo/query=partido+dos+trabalhadores/DOC/{@61}/hit_headings/words=4/hits_only](#)

Outubro 1998

Edição 25.400 Domingo, 18/10/98 Tiragem 900,766

BRASIL

...anterior

Personalidades entrevistam Lula

02/10/98

Autor: OTÁVIO DIAS

Origem do texto: Da Reportagem Local

Editoria: CADERNO ESPECIAL Página: Especial-8 10/377

Edição: Nacional Oct 2, 1998

Legenda Foto: Os entrevistadores (da esq. para a dir.) Raul Cutait, Henry Sobel, Dirceu de Mello, Benjamin Steinbruch, Rubem César Fernandes, Agop Kayayan, José Fernando Perez, José Reis e Daniela Thomas

Crédito Foto: Folha Imagem

Observações: ELEIÇÕES; SUB-RETRANCA; ENTREVISTA

Assuntos Principais: ELEIÇÕES 98; ELEIÇÃO PRESIDENCIAL; LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Em entrevista a nove pessoas, candidato fala sobre questões sociais e as prioridades de um eventual governo do PT

Personalidades entrevistam Lula

Daniela Thomas, 39, é diretora de cinema e de teatro, autora, cenógrafa e figurinista.

Daniela Thomas - A gente que faz teatro, cinema, que pinta, que borda, vai continuar mendigando no governo Lula?

Luiz Inácio Lula da Silva - Artistas e produtores culturais são cidadãos cuja contribuição é da maior relevância para o país. Merecem tratamento à altura. O Ministério da Cultura necessita pelo menos dobrar seu orçamento. Mas deve criar um mecanismo democrático _ com participação da sociedade, em especial da comunidade cultural _ para julgar os projetos que lhe forem apresentados. Os critérios devem ser resultado de uma ampla discussão entre artistas, intelectuais e produtores. Devemos manter e aperfeiçoar os mecanismos de captação de recursos privados previstos pela Lei Rouanet, entre outras, mas não podemos condicionar a produção cultural do país aos humores do mercado. Isso significaria uma forma perversa de censura, motivada pelo poder econômico. O dinheiro público deve ser usado para manifestações de vanguarda, que muitas vezes não têm aceitação no mercado, para projetos de difusão que contribuam para a socialização dos bens culturais, para a valorização das manifestações da cultura popular.

Thomas - As esperanças de boa parte dos trabalhadores brasileiros por um futuro melhor estão nas suas costas e nas de seu partido. Você tem consciência do universo de concessões que são necessárias para alçar cada degrau? Não teme a possibilidade de repúdio de seus eleitores diante das eventuais dificuldades em domar essa máquina gigantesca, enferrujada e resistente que é o Brasil?

Lula - Não sou candidato somente em meu nome ou de meu partido. A União do Povo é

apoiada pela mais ampla coalizão de forças políticas de esquerda, progressistas e democráticas, e no segundo turno, contarei com um leque ainda maior. Governarei com o apoio de todas essas forças, dos movimentos sociais organizados e de todos os setores comprometidos com o crescimento, a produção, o emprego e a distribuição de renda.

Raul Cutait, 48, é professor do Departamento de Cirurgia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e diretor do Centro de Oncologia do Hospital Sírio Libanês.
Raul Cutait - Que medidas o sr. adotará para gerar os recursos suficientes para financiar a saúde? Virão de fontes estáveis?

Lula - Com a vinculação de receitas específicas para o setor, a exemplo do que já acontece com a área de educação. Recursos orçamentários da União, dos Estados e municípios, além de parte das contribuições sociais, serão as fontes dos recursos necessários. A definição dos recursos estáveis para a saúde será feita no âmbito de um crescimento econômico sustentado, do combate à inflação e às fraudes e de uma verdadeira reforma fiscal. É importante que fique definitivamente determinado o percentual de recursos da Seguridade Social destinado à saúde. Da mesma forma, qual será o mínimo de comprometimento que, por lei, os municípios e Estados terão de aplicar com seus recursos próprios na saúde. Já temos proposta em tramitação no Congresso, de autoria do deputado Eduardo Jorge (PT-SP), que vincula 30% dos recursos da Seguridade Social e, no mínimo, 10% dos Orçamentos dos municípios e Estados para a saúde.

Henry I. Sobel, 54, é presidente do Rabinato da Congregação Israelita Paulista.

Henry Sobel - O sr. tem grandes planos na área social. O que lhe permite achar que concretizará o que outros presidentes almejavam, mas não conseguiram?

Lula - O sr. sabe que entrei na política como expressão de um grande movimento que lutava por democracia e justiça social e me mantive intransigentemente fiel às minhas origens. Sempre insisti que não haveria real democracia política sem democracia econômica e social. Essas convicções foram reforçadas pelo conhecimento que adquiri do Brasil nos últimos dez anos. Percorri mais de 100 mil quilômetros, vi a miséria de grande parte de nosso povo. Proponho uma mudança de modelo econômico. O bem-estar de homens e mulheres será o objetivo central. O social comandará a economia.

Sobel - Hoje, quem o sr. considera o maior estadista do mundo?

Lula - Sem dúvida, Nelson Mandela. É um dos poucos governantes que merecem o título. Os governantes dos países ricos mais parecem marionetes nas mãos dos banqueiros internacionais.

Dirceu de Mello, 69, é presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Dirceu de Mello - Qual a posição do candidato ante o tema do controle externo do Poder Judiciário?

Lula - Sou favorável à criação de um mecanismo de controle externo do Judiciário. Ficaria a cargo de um Conselho Nacional de Justiça, que, sem comprometer a independência e a autonomia do poder, fiscalizaria a atividade da magistratura do ponto de vista funcional, financeiro e orçamentário.

Com vistas à remoção dos dois grandes males que afligem o Poder Judiciário _ volume de serviço e decorrente morosidade _ como o sr. pretende contribuir?

Lula - Uma Justiça ágil depende de da participação não só do Judiciário, mas também do Legislativo e Executivo. Assim, além de apoiar a multiplicação dos tribunais de pequenas causas, o desenvolvimento da Justiça agrária itinerante, bem como de todos os outros mecanismos de fácil acesso à população, nosso governo irá estimular no Congresso Nacional o debate sobre a necessidade de uma ampla reorganização e simplificação do sistema

normativo.

Benjamin Steinbruch, 44, é presidente do Conselho de Administração da Vale do Rio Doce.
Benjamin Steinbruch - As privatizações levaram a um aumento considerável da presença de grandes grupos internacionais no país. Como o sr. analisa essa questão?

Lula - A política industrial e de comércio exterior que defendemos não desconhece a importância dos mecanismos de mercado, inclusive a abertura ao exterior. Mas esses mecanismos devem estar subordinados a uma visão estratégica de desenvolvimento nacional. Também temos consciência da reestruturação realizada pela indústria localizada no Brasil no decorrer da atual década. No entanto, o aumento da participação de grandes grupos internacionais no país e a abertura indiscriminada e irresponsável exige igualdade de oportunidades para as empresas nacionais, hoje discriminadas pelas diferenças desfavoráveis de custos, resultantes das taxas de juros extraordinariamente elevadas.

Steinbruch - Seria a hora de se pensar em uma política de fortalecimento das empresas nacionais?

Lula - Já estamos atrasados neste sentido. Com o fortalecimento institucional de um novo e revigorado Ministério do Desenvolvimento Industrial e dos Serviços, a política industrial e de comércio exterior será um instrumento chave para reduzir a vulnerabilidade da economia brasileira e fortalecer as empresas nacionais, construindo as bases para um crescimento rápido e sustentado. A vigorosa elevação da nossa competitividade, o rápido crescimento das exportações e o controle das importações desleais serão prioridades centrais. O objetivo é reverter o déficit da balança comercial e diminuir a dependência de capitais externos, reduzindo a taxa de juros de forma duradoura e incentivando os investimentos produtivos.

Rubem César Fernandes, 55, antropólogo, é secretário-executivo do Viva Rio.

Rubem César Fernandes - Temos uma lei que restringe o porte de armas, mas a compra e a venda de armas é fácil no Brasil. Como o sr. pretende conter esse comércio?

Lula - Os agentes do Estado deverão intensificar a fiscalização dos estabelecimentos comerciais, coibindo a venda sem nota fiscal e exigindo sempre o registro da arma no órgão competente. Também é fundamental estimular e apoiar os movimentos sociais, como a campanha 'Sou da Paz', que alertam o cidadão de que andar armado só contribui para o aumento da violência nos centros urbanos e nas áreas rurais. Deve haver também combate ao contrabando.

Fernandes - O próprio Conselho da Comunidade Solidária propõe medidas fiscais que estimulem os indivíduos a contribuírem para projetos sociais, mas essas propostas encontram resistência na Receita Federal. O sr. se compromete a abrir esta possibilidade?

Lula - O descaso do governo para com o social ficou patente quando se impediu as deduções no Imposto de Renda de doações de pessoas físicas a obras sociais. A doação a entidades assistenciais e ONGs deve ser incentivada.

Agop Kayayan, 55, é representante do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) no Brasil.

Agop Kayayan - Que programas o sr. pretende desenvolver para atender às necessidades dos adolescentes entre 14 e 18 anos?

Lula - Os jovens são os mais atingidos pelo flagelo do desemprego. Vamos implementar três programas. O programa Primeiro Emprego vai conceder bolsas e estimular as empresas e ONGs a criarem vagas adicionais para jovens sem experiência profissional. Durante os primeiros seis meses, os recursos serão públicos. Depois, as empresas (prioritariamente micros e pequenas) ou ONGs assumirão o compromisso de manter essa vaga, às suas custas, por, no mínimo, 18 meses. O programa poderá atender 1 milhão de jovens por ano, ao custo de R\$

200,00 por mês por jovem. O Programa de Serviço Civil Solidário será para os jovens que não prestem o serviço militar. O Programa de Apoio ao Jovem Trabalhador Rural tem como objetivo favorecer, por meio de mecanismos de crédito popular, o exercício de outras atividades, além da principal, exercida no conjunto familiar. Tais atividades não desvincularão o jovem de sua família e do trabalho na agricultura, mas favorecerão uma maior valorização de sua formação e força de trabalho. Na educação, vamos superar o analfabetismo.

Kayayan - O Brasil ainda possui taxas de mortalidade infantil e materna altíssimas. Como o sr. pretende reduzi-las?

Lula - Em parceria e sintonia com os municípios, Estados e a sociedade civil, vamos estender a cobertura e melhorar a qualidade do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher e, em especial, ao pré-natal. Garantiremos qualidade na assistência ao parto e, com o Programa de Saúde da Criança, faremos o acompanhamento intensivo dos bebês considerados de risco até que completem um ano de vida. Contaremos com nosso 'exército em defesa da vida', constituído por 250 mil agentes comunitários de saúde e o programa Saúde Perto de Casa. Pretendemos reduzir a mortalidade infantil até o final do governo para níveis inferiores a 15 óbitos por 1.000 nascidos vivos/por ano. Já a mortalidade materna, acreditamos que será possível reduzi-la, em menos de dois anos, em mais de 50%.

José Fernando Perez, 53, é diretor-científico da Fapesp (Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

José Fernando Perez - Uma dificuldade histórica no financiamento à pesquisa no Brasil tem sido a falta de regularidade no repasse dos recursos previstos no Orçamento da União. Além disso, o sistema nacional de pesquisa poderá ter um grande salto se a responsabilidade sobre seu financiamento for compartilhada com os governos estaduais. Como seu governo responderá a esses desafios?

Lula - Entendo que ciência e tecnologia são fatores fundamentais para o desenvolvimento econômico e o bem-estar das nações, mas exige determinação, continuidade e regularidade nos investimentos. As diretrizes de meu governo são: a) a política de ciência e tecnologia será articulada com as diversas políticas setoriais, de modo a inserir ações nos vários programas de atuação dos governos e do setor produtivo; b) articulação com sistemas estaduais, apoiando a elaboração de estudos para a definição de estratégias de desenvolvimento local e financiando projetos conjuntos; c) o setor privado será estimulado a investir em ciência e tecnologia, tanto em centros próprios de pesquisa e desenvolvimento quanto em parcerias com as universidades ou institutos tecnológicos; d) ampliação da base de pesquisa, pois o número de pesquisadores ativos, cerca de 30 mil, ainda é pequeno; e) aumentaremos o número de laboratórios associados ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), redes temáticas de núcleos em áreas estratégicas e uma nova linha para apoiar núcleos emergentes em regiões menos favorecidas. O objetivo é dispendar nessa áreas cerca de 2% do PIB, o dobro do atual.

José Reis, 91, biólogo aposentado, é colunista da Folha.

José Reis - Educação: qualidade ou quantidade?

Lula - Quantidade com qualidade, professor. Há 30,5 milhões matriculados no ensino fundamental. Além disso, se a gente considerar apenas os jovens entre 7 e 14 anos que não freqüentam escola, mas já freqüentaram, vamos encontrar perto de 1,5 milhão. E, se incluirmos os que não freqüentam e nunca freqüentaram, temos mais 1,2 milhão. A permanência dos estudantes na escola exige a transformação qualitativa desta, mas também a criação de condições econômicas para que as famílias mantenham seus filhos na escola, fora do mercado de trabalho. É por isso que assegurar uma complementação de renda às famílias carentes e comprometê-las com a freqüência escolar de seus dependentes é fundamental.

próximo...

próxima ocorrência...

/univtool.map/univtool.map



1998 FOLHA DE S. PAULO

Eleições

PROGRAMAS DE GOVERNO

Especial ★ Página 1 ★ São Paulo, terça-feira, 25 de agosto de 1998

FHC aposta tudo na estabilidade
Lula quer gastar mais no soc